

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUARA ANTUNES STOLLMEIER

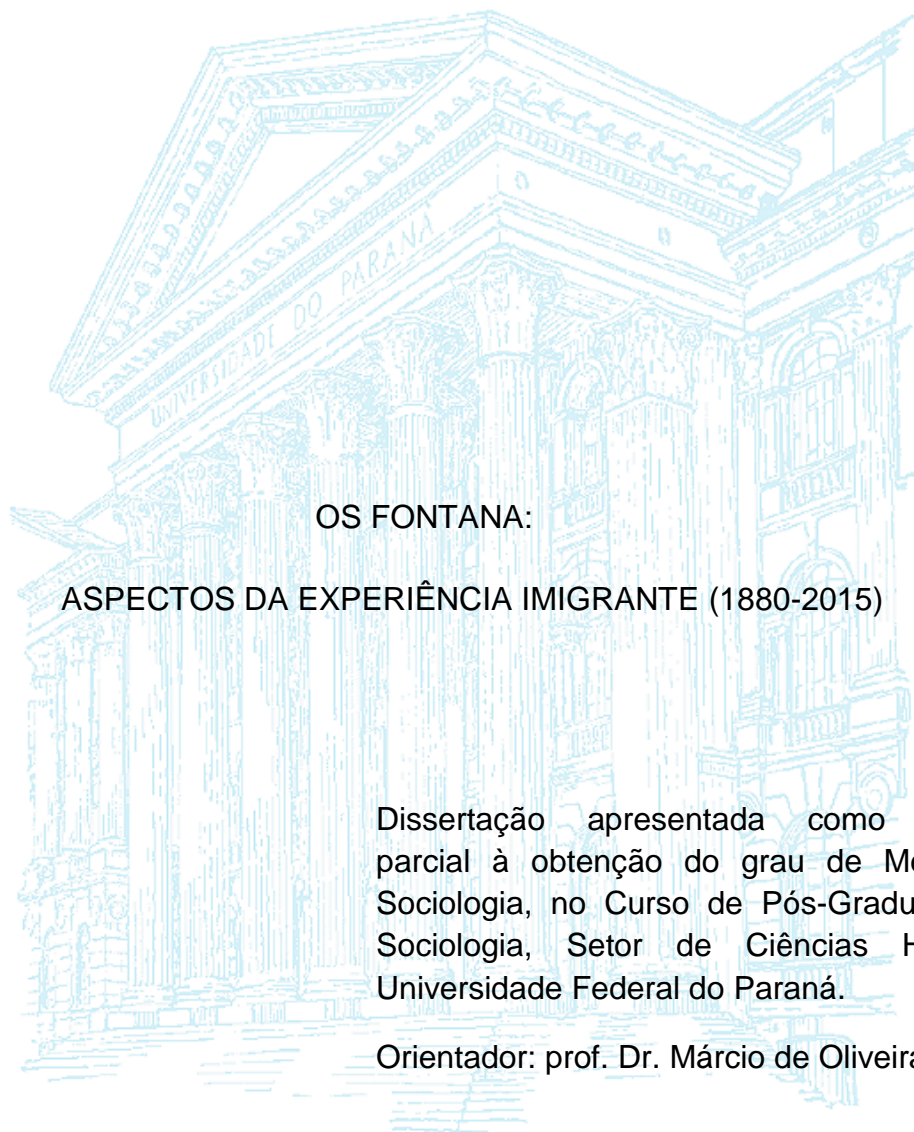
OS FONTANA

ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA IMIGRANTE (1880-2015)

CURITIBA

2016

LUARA ANTUNES STOLLMEIER



OS FONTANA:

ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA IMIGRANTE (1880-2015)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: prof. Dr. Márcio de Oliveira

CURITIBA

2016

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Stollmeier, Luara Antunes

Os Fontana: aspectos da experiência imigrante (1880-2015) /
Luara Antunes Stollmeier – Curitiba, 2016.
153 f.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.


1. Sociologia da Imigração. 2. Indústria Ervateira – Curitiba.
I. Título.

CDD 301

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUARA ANTUNES STOLLMEIER**, intitulada: "**OS FONTANA - ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA IMIGRANTE (1880-2015)**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação.

Curitiba, 15 de Abril de 2016.



Prof MÁRCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)



Prof FERNANDO KULAITIS (UEL)



Prof LORENZO GUSTAVO MACAGNO (UFPR)

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA

No dia quinze de Abril de dois mil e dezesseis às 09:00 horas, na sala 914, Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **LUARA ANTUNES STOLLMEIER** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: "**OS FONTANA - ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA IMIGRANTE (1880-2015)**". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: MÁRCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA (UFPR), FERNANDO KULAITIS (UEL), LORENZO GUSTAVO MACAGNO (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e a mestranda deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MÁRCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 15 de Abril de 2016.



Prof MÁRCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)



Prof FERNANDO KULAITIS (UEL)



Prof LORENZO GUSTAVO MACAGNO (UFPR)

Em outra ocasião, dediquei uma pesquisa aos habitantes de Hades ou outros múltiplos reinos,

dizendo que não se faz Arqueologia sem a permissão de um passado anônimo, dos que já se foram.

Bem.

Não se faz Sociologia sem a permissão dos vivos (o que às vezes é bem mais difícil de conseguir). Dedico esse trabalho a eles.

A alguns vivos específicos agradeço de coração. Família de todos os dias, família de poucos fins de semana (especialmente vô, vó e oma), amigos próximos, amigos novos ou que sempre tive, mas não sabia. É com muitas mãos que qualquer coisa nesse mundo é feita. Não conseguiria de qualquer forma mencionar todas que se envolveram na confecção dessa pesquisa ou de mim mesma, durante esse tempo. São companhias que fazem a ausência – recorrente demais quando estamos nesses projetos -, uma saudade boa de sentir. Que fazem o peso do coração e o de uma pena quase equivalerem ainda em vida. Sorte a minha!

Sobre agradecer, ainda, agradeço aos professores da Pós e ao Katiano. Ao Márcio, orientador sem economia de conselhos, paciência e tempo. Ao Fernando Fontana, que não apenas aceitou ser entrevistado novamente, mas disponibilizou dezenas de materiais de seu acervo. Ao Luiz, que traduziu o resumo, à Bruna e ao Jow, pelas árvores genealógicas e muitas cositas más.

E à todas as pessoas que trabalham sob o risco constante do caos tomar conta dos acervos. Simone, do Arquivo Público Municipal; Marli e Rubens, da Casa da Memória; Valdecir, da Junta Comercial do Paraná; Lívia, Kallil e Muniz, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Tatiana, do Museu Paranaense; Célia, do Iphan (desse também agradeço às raras, mas importantes conversas com Juliano e Lia). É importante viver perigosamente.

RESUMO

Esse trabalho propõe a análise de fragmentos da trajetória de Francisco Fasce Fontana e três de seus descendentes por uma perspectiva sociológica. Fasce era um imigrante genovês que se estabeleceu no Brasil em 1881, vindo de Nueva Palmira (Uruguai) numa segunda migração. Ele chega, portanto, no contexto da *grande imigração* (1870-1920), mas não nas mesmas condições dos seus conterrâneos peninsulares. Após esse período trabalhando no comércio do rio da Prata, ele vem à Curitiba negociar uma dívida quitada com um engenho de erva mate. O mate é um produto regional cuja industrialização foi relativamente fechada aos imigrantes, por pertencer às famílias tradicionais paranaenses e demandar um conhecimento técnico específico. Entretanto, Fontana adquiriu capitais que possibilitaram tanto o seu desenvolvimento como ervateiro como a entrada nas redes de parentesco dessa burguesia específica. Para isso ele precisou se adaptar a um contexto que categorizava continuamente os estrangeiros conforme um projeto político nacional e, simultaneamente, uma busca identitária regional paranaense. A construção dessas imagens implicava em imposições múltiplas sobre a experiência dos imigrados: ser estrangeiro ou colono tinha diferentes conotações e posições atribuídas no espaço social curitibano e para alterar o posicionamento nesse espaço, numerosas estratégias se tornaram possíveis. Ser valorizado como produto de um projeto civilizatório implicava no distanciamento dos “tipos exóticos”, como eram representados os grupos étnicos nos periódicos locais. Os espaços físicos são considerados nessa abordagem não como necessariamente equivalentes ao espaço social, mas como correlacionados aos processos sociais em curso. Na primeira geração, o estabelecimento da fábrica de beneficiamento, da casa e a execução de um projeto público – o Passeio Público-, integra as relações, assim como a captação e o câmbio de diferentes capitais, num termo bourdieiano. A análise continua na geração seguinte, quando Francisco Fido Fontana reproduz algumas estratégias comerciais, familiares e políticas do pai, mas sem retorno ao passado da família ou à origem étnica de seus antepassados. Ildelfonso Correia Fontana e Francisco Fernando são as duas últimas gerações, marcadas tanto pela continuidade do ofício ervateiro como pela pesquisa genealógica. Fernando leva essa busca a uma dimensão diferente, entretanto, se associando ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, um espaço fundado em 1900 para a criação e reforço de uma identidade paranaense que novamente reforçava as fronteiras entre os nacionais, os colonos imigrantes caricaturados e os negros invisibilizados.

Palavras-Chave: Sociologia da Imigração. Gerações. Indústria ervateira. Curitiba.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze fragments of the life story of Francisco Fasce Fontana and three of his descendants from a sociological perspective. Fasce was a Genovese immigrant who settled in Brazil in 1881 after he left Nueva Palmira (Uruguay) in a second emigration. He arrives, therefore, in the context of the *great immigration* (1870-1920), but not in the same conditions of his peninsular compatriots, for after two decades doing business on the river La Plata he comes to Curitiba to settle a debt in exchange for a yerba mate mill. Mate is a product whose industrial processing required specific technical knowledge and whose market was an oligopoly of traditional *paranaense* families, it was therefore virtually closed off to immigrants. However, Fontana acquired the capitals that allowed both his growth as *illexfactor* and his accession in the kinship networks of this specific bourgeoisie. To this end, he had to adapt to an environment that constantly categorized immigrants according simultaneously to a national political project and a pursuit for a regional *paranaense* identity. This entailed many burdens on the immigrant's experience: to be a foreigner or a colonist had different connotations and attributed positions in the city's social space. Objectively, being appreciated as product of a racial whitening and civilizational project led to a distancing from "exotic types" – the way ethnic groups were portrayed in local periodicals. The physical spaces are considered in this approach not as necessarily equivalent to social spaces, but as related to the ongoing social processes. In the first generation, the establishment of the factory, the house and the implementation of a municipal project integrate the relationships as well as the acquisition and exchange of different capitals – to use a bourdieusian term. In the following generation, Francisco Fido Fontana emulates some of his father's commercial, familial and political strategies, but does not return to his family's past or ethnic origin. Ildefonso Correia Fontana and Francisco Fernando are the two last generations, noteworthy by both the continuity of the mate business and their work on genealogical research as they reestablish contact to relatives in Uruguay and reunite all possible versions of Fasce's history. Fernando takes this investigation a step further by joining the Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, an institute founded in 1900 for the conception and invigoration of a *paranaense* identity that would reinforce the boundaries between the nationals, the caricaturized immigrants and the scorned black.

Keywords: Sociology of Immigration; Generations; Yerba Mate Industry; Curitiba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 -	Colheita nos ervais nativos.....	52
FOTO 2-	O corte do Mate.....	54
MAPA 1-	O caminho de Castro e a Estrada da Marinha (1857).....	72
FOTO 3-	Paisagem de Curitiba em 1855.....	73
MAPA 2-	Expansão de Curitiba 1895.....	82
FOTO 4-	Estrada de Ferro Paraná.....	83
FOTO 5-	Bondes á mula carregando barricas de erva mate.....	84
ILUSTRAÇÃO 1-	Interior da Silva & Irmão & Fontana.....	88
ILUSTRAÇÃO 2-	Rótulo de Mate Fontana.....	89
FOTO 6-	Mansão das Rosas após melhorias.....	92
FOTO 7-	Vista do Pântano, futuro Passeio Público.....	96
FOTO 8-	Passeio Público (sentido Boulevard 2 de jul).....	99
FOTO 9-	Passeio Público (Entrada Principal).....	99
FOTO 10-	Passeio Público (Carrossel).....	100
ILUSTRAÇÃO 3-	Rótulo do Mate Fontana produzido pelo Da Veiga.....	106
ILUSTRAÇÃO 4-	Engenho Leão Jr. (no bairro Portão).....	106
ILUSTRAÇÃO 5-	Engenho Tibagy.....	108
FOTO 11-	Italiano de Origem e Brasileiro de coração.....	117
ILUSTRAÇÃO 6-	A fábrica Tibagy-Ildefonso.....	118
ILUSTRAÇÃO 7-	Benz – o automóvel preferido.....	119
FOTO 12-	F.F.Fontana & Comp.....	120
FOTO 13-	Pilões inclinados.....	120

DECALCO 1-	Figurinha infantil.....	121
DECALCO 2-	Rótulo ervateira Van Linzeng.....	121
ILUSTRAÇÃO 8-	Rótulo do Sistema Fontana.....	122
ILUSTRAÇÃO 9-	Mate: Typically Brazilian.....	125
FOTO 14-	Incêndio na Fábrica Fontana.....	126
FOTO 15-	Interior da Mansão das Rosas.....	129
FOTO 16-	O portão e as árvores remanescentes.....	129
FOTO 17-	Maquinário da fábrica de Fido.....	130
FOTO 18-	Mesmo maquinário em 2013.....	131
FOTO 19-	Foto de imigrante na Illust. Paranaense.....	138

LISTA DE ÁRVORES GENEALÓGICAS

ÁRVORE GENEALÓGICA 1-	Lanoya e Assumpção.....	65
ÁRVORE GENEALÓGICA 2-	Maria Clara e Agostinho Ermelino.....	67
ÁRVORE GENEALÓGICA 3-	Maria Bárbara e Agostinho Ermelino.....	69
ÁRVORE GENEALÓGICA 4-	Maria Dolores e Bernardo Augusto.....	105
ÁRVORE GENEALÓGICA 5-	Francisco Fido e Iphigênia Correia.....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 NOTAS TEÓRICAS.....	23
1.1 Estudos da imigração: interdisciplinaridade ou terra de ninguém?.....	25
1.2 Imigração e fragmentos de trajetórias.....	34
2 FRANSCECO, FRANCISCO, FASCE.....	41
2.1 Ervateiros, uni-vos.....	41
3 O FONTANA, LÁ DA GLÓRIA.....	63
3.1 As dimensões do parentesco.....	63
3.2 As dimensões do espaço social.....	71
4 FRANCISCO FASCE E FRANCISCO FIDO.....	91
4.1 Uma homenagem aos nacionais.....	91
4.2 Ouro verde do Paraná: do Mate ao café.....	102
4.2.1 Chá mate correndo nas veias.....	104
4.2.2 O Paraná aos Paranistas.....	110
5 ILDEFONSO, FERNANDO E FASCE.....	122
5.1 Fernando e o Imigrante “Tipo”.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS.....	144

INTRODUÇÃO

Há, precisamente, 52 anos, 3 meses e dois dias passados, nesta cidade de Curitiba, sob inspiração de Alfredo Romário Martins, um grupo de intelectuais, entre os quais figuravam elementos alienígenas de alto valor cultural, fundava o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (26 de agosto de 1952)

Os debates que envolveram a escolha entre as designações de *colono*, *imigrante*, *estrangeiro*, presentes em periódicos locais (Jornal do Commercio, Dezenove de Dezembro e Gazeta Paranaense), recordam a necessidade de nomear “corretamente” as situações - e as pessoas. A participação daqueles *elementos alienígenas de alto valor cultural* levanta dúvidas sobre perfis muito particulares, possíveis para essas pessoas consideradas distintas dos *nacionais*. Dar os nomes certos não era, entretanto, apenas parte dos dilemas locais – durante os séculos XIX e XX, o uso sistemático dessas categorias aconteceu nacionalmente nas políticas de imigração e colonização.

Estrangeiro era, segundo Seyferth (2008:02), uma categoria que podia se referir aos excluídos de uma ideia subjetiva de nação, baseada na pressuposta existência de comunidades unívocas. Dessa ideia decorre a oposição do ‘nacional’ e do ‘não nacional’, em que ambos são simultaneamente definidos em processos de diferenciação. Ao longo da história, diversas categorias operaram nessa tensão entre pertencentes e não pertencentes (podemos pensar em “outsiders” como proposto por Elias (2000)). A definição do *alienígena* ocorre, em nosso caso, como produto de um contexto em que a consolidação de estados nacionais americanos se deparou com as grandes imigrações, propiciando a repercussão desses debates. Em síntese, podemos considerar as seguintes definições:

Estrangeiro é o indivíduo natural de outro país ou, na versão substantiva, aquele que não é natural, nem cidadão, do país onde se encontra, conforme registram os dicionários. A palavra alienígena expressa o segundo significado de forma mais categórica pois marca a

distinção entre indivíduos ou grupos desejáveis e indesejáveis, e envolve, às vezes, sentimentos de suspeita e xenofobia. Imigrante, num sentido mais geral, é aquele que se desloca para outro país e ali permanece, e a imigração tem sido qualificada justamente pela entrada de indivíduos ou grupos num país estrangeiro com intenção de ali restabelecer sua residência ou, usando uma referência mais apropriada, e que aparece nos discursos daqueles que assumiram a identidade de imigrante no contexto da imigração em massa na virada para o século XX, estabelecer um novo lar, numa nova pátria. Independentemente de outras qualificações, o imigrante é um estrangeiro, ou alienígena, apesar da possibilidade de obter a cidadania como “naturalizado” (SEYFERTH, 2008:03).

Tais categorias não dialogam apenas com a conjuntura política, mas com as experiências pessoais dos que nelas se enquadram, pois de estrangeiro à imigrante, por exemplo, é presumida uma série de mudanças. Seyferth aponta a relativa ausência desta categoria antes do ano de 1840 no campo político. Os imigrantes estabelecidos na colônia de Nova Friburgo (RJ), em 1819, eram denominados de *colonos*, pelo propósito do recrutamento de pequenos agricultores a essas terras. Conforme o Tratado de Colonização de 1818, eles poderiam ser naturalizados como ““verdadeiros portugueses” vassalos do rei” (SEYFERTH, 2008:04), atestando a condição de colônia portuguesa. De outra forma, os açorianos que se estabeleciam aqui foram considerados súditos do reino de Portugal, jamais imigrantes. Com isso lembramos que apesar de já existir a imigração como fenômeno, o “imigrante” como categoria política foi uma construção posterior.

A regulamentação da naturalização em 1830¹ estava implicada novamente na diferenciação entre “nacionais” e “estrangeiros”. Promovendo o uso dessa categoria, ela era parte do projeto de colonização que queria fazer dos estrangeiros mão de obra em terras produtivas, portanto, “colonos”. Fazer produzir as terras e povoar supostos vazios geográficos foi a proposta do início da imigração planejada, o que se mostrou um tanto enganoso – a fixação dessas famílias servia também à ocupação e manutenção de terras próximas de fronteiras e de territórios que eram historicamente ocupados por indígenas (IOTTI, 2001:21).

A incorporação das categorias *colono* e *imigrante* praticamente numa só condição indica que ambos os processos foram tratados como iguais – colonizar e

¹ Lei de 23 de outubro de 1832

imigrar foram regulados como processos únicos (Seyferth, 2008:17), visão que se manteve até o Estado Novo, ou seja, por quase um século. Nesse sentido, o contexto brasileiro muito se aproximou de seus países vizinhos, especialmente da Argentina. A Constituição argentina de 1853 e da Lei de Imigração e Colonização de 1876 estabeleciam políticas pró-migratórias pautadas no intuito colonizador. Como referencial jurídico, a lei de 1876 serviu à tentativa de unificação do país, pois a invasão dos territórios tradicionalmente indígenas – a conquista do deserto - demandou a ocupação desses espaços, ao que foi incentivado o fluxo migratório com o subsídio de passagens para os imigrantes (DEVOTO, 2007:545). As políticas pró-migratórias se manteriam até a década de 1920 (BUSSULA et al, 2007:55), em conformidade com o contexto geral do Cone Sul – em que as restrições aos imigrantes se fizeram mais radicais depois da Primeira Guerra Mundial.

A preocupação com a assimilação dessas pessoas foi uma constante. Nesse breve panorama fica claro como os imigrantes deveriam mais do que se adaptar às condições ambientais de um novo espaço; precisariam lidar com os novos condicionantes que se colocam sobre a sua própria experiência. Podemos ilustrar essa adaptação quando mencionamos que parte significativa deles entrava no país se declarando agricultor, quando nem sempre o era, ou entrava como professor, oleiro, tenente, etc, e era igualmente destinado aos encargos de uma colônia agrícola (FUGMANN, 2010:33).

Enfim, fazer do *imigrante* um *colono*, e fazer dessas duas categorias quase um sinônimo, implicou em mecanismos precisos nas práticas locais, como demonstra Nishikawa (2011) no contexto do paranaense², como manobras para garantir que essas pessoas se fixassem majoritariamente em terras pré-estabelecidas e que se dedicassem à atividade agrícola a partir da demanda provincial por produtos específicos. É claro que não foram empreitadas bem sucedidas em todos os casos – os imigrantes circularam pelas vilas, estabeleceram comércios e outros negócios, mudaram de província, emigraram novamente ou retornaram à terra natal.

² Lembrando que o Paraná era parte da comarca de São Paulo e sua emancipação política ocorreu apenas no ano de 1853.

Não podemos ignorar o fluxo minoritário de imigrantes que não compôs as colônias, fixando-se definitivamente em vilas e centros comerciais - a categoria *estrangeiro* serviu a eles no final do século XIX, posteriormente *imigrante* foi termo adotado às migrações de caráter urbano, enquanto que *alienígena*, como no discurso que abriu essa introdução³, torna-se mais recorrente depois das campanhas de nacionalização do Estado Novo, a partir de 1937. *Alienígena* seria então “atribuída a estrangeiros e a descendentes de imigrantes não assimilados, portanto, desprovidos da própria condição de nacionalidade brasileira” (SEYFERTH, 2008:16), representando o “outro” que é distinto culturalmente e etnicamente - diferenças contrastadas pelo projeto político de abasileiramento forçado.

Nesse sentido a participação de estrangeiros na fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná é emblemática e mesmo paradoxal. Desde a sua criação numa sala da biblioteca do Clube Curitibano (MÜELLER,1953:66), o Instituto participou na produção da história local curitibana e paranaense – uma tradição historiográfica que contém a imigração como tema, mas que por muito tempo não foi a história dos imigrantes, ou de forma geral, a história do “outro” (tampouco foi a história dos indígenas e dos negros).

Entre 1900 e 1930, o Paranismo tomava as rédeas das produções culturais locais, como um projeto político-cultural de construção de definições identitárias. A elite luso-brasileira paranaense enfrentava possíveis perdas no domínio do campo da economia e mesmo da cultura frente a diversidade de grupos imigrados. Então essa produção a reestabeleceu, de certa forma, a partir da homogeneização e invisibilização dos outros grupos. O ideal homem paranaense é construído de maneira mítica, como no poema *Hécules*, de Emiliano Pernetá, “um bandeirante helênico (...). É um homem branco, mas não é o europeu, é um homem branco que vai lembrar a Grécia, mas é

³ O discurso é de Arthur Martins Franco, feito na ocasião do início das obras da nova sede do IHGPr. Publicado no Boletim do IHGPr Vol. VI, jan-jun 1953 Fasc. 1-2. p.64

uma Grécia apresada na ideia da colonização deste estado”⁴ (BEGA, 2005:44). O papel do IHGPr nessa empreitada foi o de ter

a função simbólica de representar o progresso do estado do Paraná e de dar respaldo científico à produção intelectual dos seus membros. A sua relevância em meio a sua inatividade é resultado do imaginário que ele forma e sob o qual ele se constituiu através da de valorização da ciência e da racionalidade; um imaginário que se repensou a partir dos intelectuais paranaenses do período, ao procurarem preservar a emancipação política conquistada pelo estado e formar um projeto de progresso para que incluísse o imigrante. Assim, foi estabelecido um passado para a região, se legitimou o poder dos grupos dominantes, possibilitou a invenção de tradições e homogeneização à população. Os próprios membros do grupo dominante, a partir do Instituto, instituíram-se como parte de uma história paranaense. (ROSEVICS, 2009:14)

Os conflitos e dilemas políticos desencadeados na Primeira República também foram de certa forma herança da instabilidade que marcou as últimas décadas do século XIX. As questões referentes à mão de obra livre e o final de um longo sistema escravista indicavam a necessidade premente de mudanças institucionais e novas situações a serem legisladas. A diferença entre o imigrante ideal, laborioso e representante da civilidade e progresso, e os imigrantes reais que chegavam ao Brasil constituiu parte desse debate – nesse sentido, a sentença “queríamos mão de obra e chegaram pessoas”⁵ pode ser igualmente pensada para esse contexto histórico. A pluralidade de culturas, dialetos e costumes desembarcou em nossos portos, quando o que justificava os esforços pela colonização era a demanda por trabalhadores brancos portadores, por sua cor, de uma centelha do progresso. Homogeneizar as diferenças que a realidade desses grupos trazia permaneceu um constante esforço na construção histórica do Paraná.

Atualmente, são resguardadas no Instituto as doações de jornais, livros e documentos que após serem catalogados são disponibilizados a pesquisadores não necessariamente vinculados a ele, ainda que seja uma organização particular. O

⁴ Essa discussão foi registrada na publicação “Simpósio de Cultura paranaense Terra Cultura e Poder: a arqueologia de um Estado. 1º a 5 de dezembro de 2003. – Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005”

⁵ Frase do romancista Max Frisch (1965) com a qual o pesquisador Leonardo Cavalcanti inicia algumas de suas palestras

acervo é uma possibilidade de conservar os registros de fatos, personagens e seus descendentes, compreendidos como herdeiros de uma densa carga histórica – dos antepassados que conduziram suas trajetórias em terra estranha ao presente, e, no caso dos imigrantes em particular, apenas de uma minoria que rompeu os círculos fechados das gerações luso-brasileiras bem estabelecidas se mantendo, com prováveis esforços, visível. Mas ainda podemos nos perguntar: de que forma a condição de imigrante foi realmente uma variável fundamental na trajetória dessas minorias?

Questão de difícil resposta. É complexo aos pesquisadores inferir em que medida as categorias políticas operaram nas práticas cotidianas. E ainda que a imigração europeia no Brasil pareça um fenômeno restrito à história e aos historiadores, existem nela dimensões surpreendentes que se arrastam até o tempo presente, precisando ser consideradas. Estamos falando de casos muito específicos. Atentamos ao fato de imigrantes (“alienígenas de alto valor cultural”) terem participado da própria fundação do Instituto em 1900, como sugere o discurso com o qual iniciamos esta introdução. Evidenciamos agora o vínculo de descendentes de imigrantes ao IHGPr, na condição de associados e contribuintes. Como entender a sua presença? O que eles procuram ali?

Mesmo que os atuais associados descendentes de imigrantes não descendam das famílias fundadoras, notamos a importância da filiação posterior dessas gerações na constituição do acervo do Instituto ao longo desses 115 anos, como no expressivo caso do arquivo da fábrica Essenfelder, doado por Esther Essenfelder Cunha Mello⁶. A relevância existe também pela produtividade, pela realização de palestras ou participação em pesquisas, como no caso de Francisco Fernando Fontana, que mantém uma pesquisa sobre seus antepassados iniciada há anos. Fernando é bisneto

⁶ Um acúmulo de cartas comerciais e pessoais é mantido pelo IHGPr como registro de relações específicas e concretas, e dessas convivências pouco os livros sobre a empresa dizem. Mello foi também se dedicou a contar ela mesma a sua história familiar - autora de *A História dos Pianos Essenfelder (1987)* e *Porque me tornei empresária (1990)*, em que uniu fatos a memórias afetivas e anedotas que transcorrem gerações.

de Francisco Fasce Fontana (1849-1894), o imigrante que escolhemos para reconstituir sua trajetória.

Para explicar esse aparente paradoxo, discutimos em nosso trabalho que, ao contrário da tese da hifenização, sobretudo na discussão de hifenização desenvolvida por Lesser (2001;2013), o Brasil primou-se por processos de assimilação e abasileiramento – o que foi possível tanto pela política oficial do Estado, que era uma política assimilatória desde o Império, como por leis menores, as quais incentivaram os estrangeiros à busca de uma ‘naturalização’. Esses processos não foram, porém, tomados apenas como imposição, mas apropriados por meio de estratégias, no sentido bourdiesiano do termo, o que significava mais a representação como assimilado que a demanda por uma ‘naturalização’ de direito. Se não há identidade hifenizada, nem por isso os estrangeiros deixaram de contribuir de formas particulares, envolvidos no projeto civilizador do Estado brasileiro, negociando com os capitais que tinham ou adquiriram em suas experiências.

Vamos mostrar isso nesse caso específico de um imigrante italiano chegado no Paraná que, além de ter feito sua história aqui, tornou-se ervateiro, ou seja, membro da elite burguesa mais tradicional do estado. Essa perspectiva ele levou não apenas para si, mas foi reproduzida pelo filho através de alianças matrimoniais e da manutenção da atividade econômica. Dividimos o trabalho em capítulos pelas situações de cada geração e seu momento histórico, seguindo os fios que ligam o indivíduo e a coletividade, inspirados por Spitzer (2001).

No primeiro capítulo do trabalho, *Notas teóricas*, fazemos algumas considerações iniciais sobre as opções teórico-metodológicas. Apesar de propormos a análise de situação, a mudança de escalas se faz necessária para a compreensão do contexto macro e micro das imigrações e das esferas de sociabilidade nas quais esses sujeitos interagem, como enfatizamos durante todo o texto, baseados no trabalho de Spitzer (2001). Seria possível a partir do caso escolhido, com o detalhamento que dispomos, pensar numa *individualidade de síntese* (BENSA, 1998:65), representativa da imigração bem sucedida economicamente, reforçando a coerência dos estereótipos e terminando talvez numa “biografia exemplar”. Não temos essa pretensão, porque

construir um modelo de trajetória representativo aos imigrantes urbanos ou industriais seria contradizer nosso esforço pelo reconhecimento da pluralidade de narrativas e experiências desse período. Através do estudo de uma trajetória, apontamos então uma das formas como o processo de assimilação ocorreu, simultaneamente a outras possíveis.

Para isso, utilizamos o referencial teórico da Sociologia das Imigrações, situando o debate da interdisciplinaridade proposta por Peixoto (2004). Recorremos ao argumento weberiano (2012) de relações fechadas e abertas, que em Everson (2010) é trabalhado com o conceito de *fechamento*, para compreensão das relações e contextos vividos por essas pessoas. A capacidade dos sujeitos em mobilizar seus capitais econômicos, culturais e simbólicos, a partir de suas estratégias, resgata conceitos formulados em Bourdieu (1980;2007;2012), e o uso de um capital de mobilidade, adquirido em condições específicas, se pauta em Kulaitis e Oliveira (2015). E por termos nos proposto a ver como as gerações levam o capital e as “maneiras de fazer” adiante, a partir de estratégias repetidas ou interrompidas, incluímos no quadro teórico o fenômeno geracional pensado por Mannheim (1982).

O segundo capítulo, *Franscesco, Francisco, Fasce*, retoma alguns aspectos históricos da imigração nas fronteiras do rio da Prata e em Curitiba, principalmente nas imigrações originárias dos territórios que atualmente compõem a Itália – nação que ainda mal havia se consolidado-, numericamente pouco representativa no Paraná quando comparado com o contexto nacional. O Brasil recebeu cerca de 1.510.078 imigrantes italianos entre os anos 1884-1957, tendo sido estes os majoritários em escala nacional (MORENO, 2013:127), mesmo quando o recorte cronológico abrange um período maior que o da *grande imigração* (ocorrida entre 1870 e 1920). Durante a *grande imigração*, apenas os italianos correspondiam a 42% dos imigrantes vindos ao Brasil, ou seja, 1,4 milhões (GOMES, 2000). No Paraná as porcentagens se invertem, durante esse período foram 8.908 italianos, o que representa apenas 8,9% da imigração total. Juntos, italianos e alemães somaram 28% dos imigrantes, enquanto os eslavos representaram 63,1% no mesmo período (BALHANA; WESTPHALEN, 1981). Além do mais, se num primeiro momento entendemos tais imigrações como

homogêneas, o que existe como ferramenta acadêmica de fato muitas vezes utilizada pela história demográfica, nosso esforço real é por desconstruir essa totalidade em nuances menos generalistas, pois, como dissemos, a Itália mal existia como a nação que conhecemos atualmente.

A trajetória de Francisco Fasce Fontana (1849-1894), entre detalhes da economia ervateira, é central nesse capítulo. Desde que se estabeleceu em Curitiba, em 1880, dedicou-se ao beneficiamento da erva mate, um produto regional cuja comercialização ocorria principalmente entre os países do rio da Prata. Ao ter sua resposta a um ofício do presidente da Província (então Alfredo d'Escaragnolle Taunay) publicada em espanhol nas edições da *Gazeta Paranaense*⁷, a publicidade de sua posição como industrial ervateiro chama atenção por ser essa uma atividade notadamente monopolizada pelos luso-brasileiros.

O terceiro capítulo, *O Fontana lá da Glória*, contempla as relações de parentesco estabelecidas após o casamento de Fasce com Maria Dolores Leão, explorando um pouco a lógica dos vínculos matrimoniais na família em se tornou parte. Contempla também o nomeamos de “dimensões do espaço social”, uma contextualização geral das heterogêneas apropriações e transformações do espaço social e físico causadas pelo deslocamento dos imigrantes em Curitiba.

No quarto capítulo, *Francisco Fasce e Francisco Fido*, são delineadas algumas experiências das trajetórias dessas duas gerações, como a inauguração do Passeio Público, empreendimento em que Fasce esteve envolvido, e a fundação de uma nova fábrica por Fido. Contempla principalmente as alterações no espaço físico empreendidas por eles, tanto no âmbito do espaço público, como privado, e as situações e relações envolvidas. Fido (1883-1946), filho único de Fasce, manteve o ofício de ervateiro e refez os vínculos familiares através do casamento. Não existem registros que o conectem à terra natal de seu pai, e as relações com o Uruguai aparecem apenas como comerciais.

⁷ Recorremos frequentemente aos periódicos locais como fontes históricas. Consideramos as publicações jornalísticas registros públicos do que se queria expor ou como se queria exposto algum assunto ou ator social. Não pretendemos fazer uso do conteúdo em si, mas sim nos beneficiarmos das menções e exposições.

O contexto de Fido é o da fundação do IHGPr, com o desenvolvimento do Paranismo, que servia também à integração de imigrantes e descendentes. Essas trajetórias passam, entretanto, por momentos de instabilidade e mudança política ocasionados por conflitos de escala mundial. A Primeira Guerra Mundial estreou as categorias *apátridas*, *refugiados* e *minorias* com as emigrações forçadas (SEYFERTH, 2008:03), trazendo a contradição entre a aceitação dos postulados por organismos internacionais, em questão de direitos humanos, e as demandas do Estado-nação pela imigração composta por outros perfis. Posteriormente, um controle mais rígido tanto dos que entravam, como dos que já estavam no país, conforma um dos eixos do Estado Novo, e foi aplicado à realidade local curitibana.

O quinto capítulo, *Ildefonso, Fernando e Fasce*, fala um pouco das últimas gerações tratadas neste trabalho. Ildefonso Correia Fontana (1910-1981), um dos filhos de Fido, assumiu a fábrica e manteve-se na produção de erva mate, antes mesmo de seu pai falecer. Em 1953, ele conduziu a integração de quatro engenhos dando origem aos Moinhos Unidos Mate S.A., aliança que permitiu a manutenção dos negócios num momento em que o mate já estava há quase três décadas em decadência e a sobrevivência do conhecido Mate Real.

As estratégias familiares dos Fontana mantiveram-se operando capitais semelhantes e herdados. Mas a geração de Ildefonso é marcada pela reconstrução da história de seus antepassados, passando a redescobrir seu avô por outros contatos, não apenas pelos relatos de familiares próximos. Francisco Fernando Fontana, filho de Ildefonso, não permaneceu nos negócios de produção de mate, embora tenha trabalhado por um tempo na fábrica. Acompanhamos brevemente sua trajetória, sob a hipótese de que a busca iniciada por Ildefonso foi o começo de outra continuidade geracional – o do interesse pela redescoberta dos antepassados familiares. Fernando é membro produtivo do IHGPr, e apresenta palestras sobre suas pesquisas. Quando no Uruguai, foi à Nova Palmira em busca de informações e acumula narrativas para a produção de um livro, mas a dúvida de “quem compraria um livro sobre um anônimo” o faz adiar o projeto.

Finalmente, como questão de fundo, podemos pensar que a experiência imigrante pode ou não ser continuada em gerações, e quando o é, pode ainda ser assumida apenas em fragmentos. As lacunas da história serão preenchidas pelo próprio 'buscador' de informações sobre seus antepassados. O interesse e o ato, entretanto, conformam em si uma espécie de conexão que possibilita a construção particular do passado e de seus acontecimentos. Famílias convivem, portanto, com passados múltiplos enquanto reconstruídos pelo retorno a ele através de histórias (fictícias ou não) e informações, produzindo narrativas ricas para a compreensão de estratégias continuadas. Voltamos, então, às questões iniciais do trabalho, a lembrar, o tensionamento entre a condição de estrangeiro desejado se abasileirado, a negociação de capitais, a participação na elite local e a escrita da história.

1. NOTAS TEÓRICAS

De acordo com os processos descritos nessa seção, os indivíduos parecem deparar com um conflito absoluto entre seu próprio comportamento e os valores que mantêm como membros de um grupo. Contudo, um sistema social está em geral repleto de contradições similares e não tem consistência em si. No entanto, os conflitos são resolvidos, pois os indivíduos podem agir de acordo com valores diferentes em situações diferentes. Por isso o indivíduo resolve inúmeros conflitos por meio daquilo que Evans-Pritchard (1937) admiravelmente designou de escolha situacional e elaboração secundária da crença. (GLUCKMAN, 2010:359)

Os processos aos quais Gluckman se refere foram observados em seu trabalho de campo no norte da Zululandia, África do sul, num período em que a convivência entre grupos culturais heterogêneos (colonos ingleses e zulus) produzia uma série de eventos e mudanças contextuais. Saber explicar essas mudanças em âmbito cultural seria ao sociólogo o resultado da formulação clara dos processos – que nunca aparecem isolados, se não acompanhados de outros -, relacionando-os ao *funcionamento das forças fundamentais em uma situação de mudança total* (2010:360). Ao pensarmos nessa escala cultural, partindo de Gluckman, consideramos que mudanças em costumes, entendidos como aspectos da cultura, “ocorrem com mudanças nas relações sociológicas existentes” (2010:332). Para o autor, “os indivíduos sobrevivem por meio das grandes mudanças sociais, e as mudanças devem atuar por seu intermédio e aparecer em seu comportamento” (GLUCKMAN, 2010:354).

Em contextos de interação entre grupos culturalmente heterogêneos, mudanças e continuidades são assuntos que tocam a relação indivíduo-grupo-sociedade, questão complexa e cara à sociologia. Ela demanda, em nosso tema, vários ajustes metodológicos ao longo da pesquisa devido à tendência dos estudos migratórios de caracterizar e consolidar identidades coletivas cujo referencial mais frequente é a ideia de homogeneidade cultural da nação. Esse não é um apenas um pressuposto teórico, mas uma das reais dimensões do fenômeno migratório. Entretanto, enquanto generalização, supervaloriza as condições jurídicas às quais os habitantes de uma

nação se submetem e ignora a realidade de suas práticas cotidianas, das características regionais, diversidades de hábitos, etc. Um exemplo corriqueiro é a frequente compreensão da Itália como nação unificada pelos pesquisadores que nivelam a experiência dos emigrados no fim do século XIX – supondo que chegaram a viver, a experimentar, essa Itália unificada e admiti-la como pátria-mãe. De qualquer maneira, o recurso à generalização de grupos em nacionalidades foi e é muito útil⁸ aos estudos históricos da migração, mas devidamente como parte do objeto construído, não um quadro fiel da realidade. Para ilustrar o caso, não seria tão estranho nos referirmos ao Fontana, enquanto tecemos algumas de suas experiências, como italiano. Mas na pesquisa observamos que essa foi uma das mais raras denominações que ele em seu tempo recebeu, e particularmente, não apareceu em nenhuma fonte qualquer identificação de si como italiano.

Como considerá-lo então? Um italiano ainda assim, um imigrante, um estrangeiro, um oriental? Essas são definições que procuramos prestar atenção e datar. As tensões observadas incluem a da possibilidade de categorizar a pessoa em seu contexto, pautada em cartas e outras publicações jornalísticas, por ele ser um frequente participante nos projetos públicos curitibanos. Observamos que entre as categorias em questão, a de “estrangeiro” foi a que mais se repetiu, positiva e negativamente, como uma diferenciação, ou seja, foi uma qualidade atribuída a ele, ausente de um foco propriamente étnico. Essa não é uma problemática desconexa do contexto, aliás, existiu intrinsecamente a um projeto nacional assimilacionista que interferia também nas relações em âmbito local. Esse mesmo projeto permitiu a existência de um outro fenômeno, vejamos.

Se inicialmente “imigrante” é o que se desloca, a “identificação como imigrante” (se não queremos falar em etnia) aparentemente não requer a mesma experiência. Essa se permite, através de outras conexões, consolidar-se sem sequer conhecer o ultramar. Em nossa pesquisa a identificação imigrante se faz pela conexão de uma geração a outra, uma espécie de herança requisitada pelas gerações (evidenciada nas mais atuais), que de modo particular no caso analisado ora se conecta com a pátria-

⁸ Discordando dessa postura, Machado (2013) propõe a noção de *diferencialidades*, abordada adiante.

mãe de seu antepassado (Itália), ora com a primeira nação receptora (Uruguai). Essa possibilidade foi brevemente apresentada por Lesser, considerando que

(...) No Brasil, indivíduos apresentam-se e são rotulados como imigrantes de formas situacionais, algo que não é tão comum nos Estados Unidos, onde o *status* de imigrante em geral desaparece depois de uma geração. No Brasil, no entanto, a categoria “imigrante” muitas vezes é ancestral ou herdada e pode permanecer mesmo entre aqueles que nasceram no país: categorias hifenizadas (como nipo-brasileiro ou ítalo-brasileiro) são raras. Em vez disso, os brasileiros enfatizam o local da origem ancestral, chamando e sendo chamados de japoneses ou de italianos. (LESSER, 2013:163)

Neste breve capítulo retomamos primeiro a questão das migrações como um problema sociológico, construção muito recente, para chegar num argumento weberiano que nos foi bastante útil, o de “relações abertas e fechadas”. Depois, apresentamos a discussão sobre os tipos de capitais que foram negociados na experiência imigrante de Fontana (que são os propostos por Bourdieu) e iniciamos uma reflexão o fenômeno sociológico das gerações para pensarmos, durante o trabalho, nas gerações de imigrantes.

1.1 Estudos da Imigração: Interdisciplinaridade ou Terra de ninguém?

O tema da imigração é caro à historiografia, sociologia e antropologia no Paraná, e, como mostramos ao longo do trabalho, são diversos os estudos já realizados, sobretudo a respeito da constituição e formação das colônias de imigrantes e grupos étnicos. A imigração polonesa foi estudada por Oliveira (2009; 2009a), as colônias italianas foram estudadas por Ferrarini (1973; 1979) e Oliveira et al., (2014); os imigrantes ucranianos por Andreazza (1999) e também por Guérios (2012), Nadalin (1974; 1978; 2001; 2011) se dedicou à imigração alemã, para citar apenas alguns. Contudo, os casos individuais, as trajetórias de vida, são dificilmente estudados. Há um vazio no qual raros pesquisadores se atrevem a navegar, e que se rompe apenas por

poucas biografias. As notáveis são de Essensfelder (CARVALHO NETO, 1991) e de Strobel (NADALIN, 2010), parte dessas exceções.

O estudo das migrações se constituiu em torno de várias outras áreas antes de ter o suporte teórico da Sociologia e continua, dentro desta, plural. Sendo reconhecido como problema sociológico, apesar da demora a tornar-se “coisa boa de se pensar” no fazer dessa ciência, o ato de migrar foi objeto de estudos geográficos, cartográficos e econômicos desde o século XIX (PEIXOTO, 2004:04). E como afirma Peixoto, “as desvantagens da “terra ninguém” têm sido, sob uma outra perspectiva, as vantagens da interdisciplinaridade” (2004:03), característica constituinte da própria sociologia das migrações,

(...) a bibliografia sobre migrações partilha referências múltiplas, tanto as que provêm de diferentes disciplinas do social como as que envolvem os próprios debates internos da sociologia. No primeiro caso, se buscarmos as teorias que têm procurado explicar a natureza do processo migratório, encontraremos várias ascendências teóricas. Por outras palavras, aquilo que vulgarmente se designa por “sociologia das migrações” pode ser considerado como uma amálgama de referências proveniente de diferentes ciências sociais. No segundo caso, a coexistência de explicações sociológicas do tipo “micro” – como as que envolvem o processo racional de tomada de decisão – e de tipo “macro” – como as que referem a existência de “forças” que impellem à migração (como sucede em Musgrove) – é notória ao longo do tempo. (Peixoto, 2004:08)

Nos voltando à sociologia propriamente dita, o fenômeno foi visto por Weber, e generalizadamente por Durkheim e Marx, como consequência do processo de estabelecimento do capitalismo (ASSIS; SASAKI, 2000:03). A ele não foram dedicadas análises sociológicas num sentido mais amplo, aparecendo, portanto, apenas como um tópico (consequência da industrialização, declínio da comunidade rural, fator importante, mas incidental, etc.). Nesse campo do conhecimento, temas correlacionados à imigração são particularmente mais expressivos (consolidação de fronteiras, identidades e sistemas ou mudanças econômicas).

Essa condição aparece nas poucas situações em que Weber se dedica a analisar o fenômeno imigratório (OLIVEIRA, 2014). A migração dos agricultores alemães aos

Estados Unidos inaugurou uma nova categoria, a *Wanderarbeiter*, que se referindo aos trabalhadores migrantes os definia como semelhantes aos trabalhadores diaristas livres, mas que passavam as noites em dormitórios coletivos. Assim, essa definição estaria atenta a uma preocupação de outra ordem, de acordo com Fantas (2004):

Dentro dessa categoria, Weber dá atenção especial aos trabalhadores poloneses que cruzam a fronteira para trabalhar na Alemanha, e aqui Weber identifica um perigo para a nação. Economicamente, o trabalhador polonês oferece mais vantagens, já que é mais barato do que o alemão em decorrência do um regime alimentar mais precário e do nível cultural inferior, porém politicamente Weber teme a “polonização” do leste alemão. É importante notar que os Junkers, assim como os trabalhadores rurais do leste alemão (que forneciam soldados para o exército), tiveram grande importância na formação do Império Alemão. (FANTAS, 2004:04)

De outra forma, na conferência *Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha*, de 1906, são consideradas as condições do mundo rural a partir dos trabalhadores em parte temporários e migrantes que se estabeleciam no campo – mencionando os efeitos da expansão capitalista que incidem na ordenação ‘lógico ideal do capital’ tanto da Alemanha como dos EUA, de diferentes maneiras, por Weber considerar a particularidade histórica desses contextos.

A relativa ausência do fenômeno migratório como objeto autônomo naquele momento contrasta com a recorrente referência a esses autores nas análises sociológicas atuais. A apropriação de conceitos “clássicos” insiste que certos argumentos explicam satisfatoriamente os novos contextos e realidades. Um caso bastante comum, como lembra Peixoto, é a microsociologia dedicada aos estudos migratórios, partindo em geral da concepção weberiana de *ação social* a fim de compreender o comportamento do indivíduo isolado frente às questões da decisão da mobilidade (promovida por muitas condicionantes externas).

Everson (2010) propõe uma análise do fenômeno imigratório nos Estados Unidos da América utilizando o argumento de “exército de reserva de trabalho estrangeiro”, de Marx, e o argumento das “relações sociais fechadas”, de Weber. Dessa forma, ressalta a contradição entre a necessidade da mão de obra imigrante que impulsionou a criação de uma reserva, e o desenvolvimento de processos excludentes

aos próprios imigrantes, que produziu clivagens sociais profundas – levando ao questionamento da “incorporação” requisitada aos estrangeiros na sociedade nacional e a sua contínua e paradoxal negação.

O processo denominado de *closure*⁹, também uma referência weberiana, no contexto enunciado existe em várias dimensões – como dentro e fora da classe operária, em que associações potencializavam uma distinção étnica entre nacionais e estrangeiros, e entre os próprios estrangeiros, apoiando por vezes a bandeira da restrição da imigração como política nacional. Mas se existe a dimensão restritiva das relações, há a reação coletiva organizada pelos próprios imigrantes, *conter-closure*, que ultrapassa a referência teórica original weberiana.

O quadro teórico weberiano para estudos migratórios foi se consolidando pelo esforço de pesquisadores de áreas diversas. A ideia de *closure*, das relações sociais fechadas, foi proposta de forma ampla, como aponta Everson, como um processo de manutenção de condições desiguais. O autor menciona, entretanto, que para alguns, como Parkin, ele se constituiu como um conceito insuficiente quando se trata da compreensão do papel do Estado na estruturação desses processos (EVERSON, 2010:12).

Everson nos inspirou a pensar o nosso caso e a contrariedade de nosso contexto. A saber, os dados sobre a burguesia ervateira, cruzados com os estudos genealógicos, revelam o que parece de fato um processo de *fechamento*, no qual a baixa representatividade imigrante na classe é combinada com os fortes vínculos entre as famílias tradicionais do Paraná. Quais aspectos coordenam então as exceções, como o Fontana?

Vejamos mais de perto o que nos foi uma referência teórica bastante útil nesse trabalho. Considerando o argumento base, a que se referia Weber na construção do enunciado de relações comunitárias fechadas ou abertas, desenvolvida em *Economia e Sociedade*? Em primeira instância sabemos que a situação ‘aberta’ ou ‘fechada’ não difere na condição de “comunidade” ou “sociedade”, tendo fundamentos semelhantes

⁹ Utilizaremos a tradução livre de *closure* como “fechamento”

em ambas. Aqui também as possibilidades causais são múltiplas, e são elaboradas vagamente, compreendendo o intuito consciente de Weber em tornar observável um fato ‘evidente por si’ – ou seja, considerado obvio demais, trivial demais para ser pensado.

Em linhas gerais, é considerada aberta a relação “sempre que a participação na ação social mutuamente orientada, relevante em seu sentido subjetivo, não for negada pelas regulamentações que regem esta relação a qualquer um que esteja inclinado e esteja de fato em condição de nela participar” (2012:77). Seria fechada “quando devido ao sentido da ação e das regulamentações que a regem, a participação de certas pessoas for excluída, limitada ou sujeita a condições”. Esse delineamento pode ocorrer, entretanto, pela *tradição*, por *atitudes afetivas*, ou pode ser condicionada *racionalmente por valores ou fins*.

O fechamento se dá na apropriação de “probabilidades”, note-se que não é necessariamente a apropriação das “possibilidades”; nos “direitos”, como tais, e benefícios de “membro”, embora isso potencialmente ocorra: “O participante ativo de uma relação social fechada será chamado de um membro; mas se a participação for regulamentada de tal maneira a garantir-lhe vantagens apropriadas, será chamado de membro legal com direitos e privilégios” (2012:78). Tais vantagens, quando hereditárias seriam denominadas por ‘propriedade’.

As comunicações verbais também interagem nessa tipificação – de forma que conversas podem ser abertas, enquanto uma conversa de negócios tenderia a ser fechada. Da mesma forma que a comunicação, a abertura ou não frente a outras faces relacionais podem, ou mesmo tendem a oscilar, ou sofrer transições graduais, o que torna a regulamentação da exclusão ou da admissão bastante relativos – e aqui entramos nos conceitos de “privilégio”, “prestígio” e “oportunidade”. Essas formulações nos aproximam novamente das preocupações pessoais de Weber quanto à migração polonesa à Alemanha ou do Leste Europeu aos Estados Unidos.

O argumento weberiano das relações fechadas e abertas é um artifício teórico que permite compreender de forma mais ampla alguns aspectos do contexto curitibano de imigração e transição do trabalho escravo, através do entendimento da apropriação

de possibilidades, ou de condicionantes à experiência dessas pessoas imigrantes e recém-libertadas, inscritas no campo prático das relações cotidianas, nas entrelinhas de jornais, por exemplo. As condicionantes se conformaram especificamente a cada um daqueles dois casos, pois no jogo das interações cotidianas cada um deles carregava em si elementos discursivos e estigmas distintos e que muitas vezes são, em aparência, difíceis de reconhecer.

Os mecanismos de fechamento agem no controle das probabilidades efetivas, conforme mencionado, e dominam também o campo econômico, delineando monopólios, restrições do mercado interno de trabalho, etc. Algumas restrições, porém, são simples como as realidades aparentes: o imigrante é um outro, enquanto assimilado ou não, e sobre a diferenciação que não corresponde necessariamente à posição econômica do agente retomamos o esforço bourdiesiano de conceitualizar os diferentes tipos de capital (BOURDIEU, 1985).

Relembrar como o primeiro tipo, o “capital social”, se constituiu enquanto ideia comum a tantos sociólogos de nosso tempo seria revisar as *mais importantes fontes da sociologia do século XIX* (PORTES, 2000:134). A popularidade do termo não indica uma nova ideia, portanto, mas o reforço de alguns argumentos através de abordagens alternativas, como mostra Portes:

(...) That involvement and participation in groups can have positive consequences for the individual and the community is a staple notion, dating back to Durkheim's emphasis on group life as an antidote to anomie and self-destruction and to Marx's distinction between an atomized class-in-itself and a mobilized and effective class-for-itself. In this sense, the term social capital simply recaptures an insight present since the very beginnings of the discipline. (2000:134)

Bourdieu (1980:02) definiu *capital social* como o “agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas”. Portes enfatiza que a origem das redes mencionadas por Bourdieu não são dados naturais, mas construções que ocorrem “através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros

benefícios” (2000:135). Primeiro, as estratégias não são necessariamente conscientes ou inconscientes, e podem ser tanto individuais como coletivas. Segundo, as relações ou a conexão dos relacionamentos garantem benefícios não apenas materiais, como simbólicos. Terceiro, a reprodução dos relacionamentos sociais implica na sua necessidade e no sentimento de obrigações duráveis, entre os quais o autor cita a gratidão, o respeito, a amizade (BOURDIEU, 1986), que se não forem sentidas subjetivamente, serão garantidas institucionalmente, através de direitos.

A face utilitarista do *capital social* culmina na problemática distribuição desigual dos recursos conversíveis a ele, considerando ainda que esses recursos não pertencem a apenas uma dimensão social da experiência. Existem os recursos que são mediados pela família, os recursos de controle social e os recursos provenientes de redes não familiares (HIGGINS, 2003:64). E tanto a capacidade de obter tais recursos não garante o êxito como pode se ligar às consequências negativas das redes. Higgins menciona as “excessivas demandas por parte do grupo, restrições às liberdades individuais e desgaste das normas” (HIGGINS, 2003:65), como exemplifica:

No caso das comunidades andinas dos índios otavaleños, no Equador, existem muitas conversões aos cultos protestantes. Isto nada tem a ver com suas crenças religiosas, é uma tentativa de escapar às pesadas obrigações de ajuda existentes nas confradias católicas. Para estes indígenas prósperos, que trabalham fabricação de tecidos artesanais, o capital social vira algo negativo na forma de repetidas solicitações para o financiamento de festividades religiosas e banquetes comunitários (PORTES e LANDOLT, 1996). (2003:65)

Temos então que o volume global de capital que define a posição dos agentes num espaço social (um espaço de relações) também tem um valor “negativo” composto pelas obrigações próprias a esse posicionamento, ainda de acordo com o peso relativo de cada tipo de capital, embora o aspecto positivo da posse de tais capitais seja de forma recorrente mais lembrada.

Em certas condições o capital social é convertido ao capital econômico podendo ainda ser institucionalizado, reconhecendo em títulos a personificação dos grupos neles representados. Em nosso contexto um exemplo de capital institucionalizado é a

Imperial Ordem da Rosa, uma premiação a nacionais ou estrangeiros, civis ou militares, que por alguma ocasião ou serviço ao Estado provassem fidelidade ao Imperador, ordem que prevaleceu até o Segundo Reinado (1840-1889) criando milhares de “comendadores”.

O capital econômico, por sua vez, é diretamente convertido em propriedades ou direito a propriedades (BOURDIEU, 1986:46). O capital cultural existe em três formas: incorporado, objetivado ou institucionalizado. As disposições “do corpo e da mente” conformam o primeiro caso, ao qual podemos nos referir como “cultura”, característico pelo trabalho de inculcação (1986:48). O objetivado se refere a bens materiais, de livros e fotos a máquinas e equipamentos que se tem propriedade, pressupondo o capital econômico. A dimensão simbólica desses objetos permanece enquanto capital cultural, embora menos visível, correspondendo ao funcionamento concreto das relações e a importância dos objetos nelas. O institucionalizado se refere, por exemplo, a qualificação educacional, como um certificado de competências reconhecido legalmente.

O investimento educacional determinante é a transmissão doméstica do capital cultural, que é prévio ao investimento no campo escolar, da educação formal. Ambos demandam a disposição de tempo livre, investido pessoalmente (quer dizer, cuja delegação se mostra ineficaz). Esse aspecto do capital cultural também é facilmente convertido em capital econômico, tanto quanto requer este para que possa existir.

A forma institucional do capital cultural é bastante enfatizada quando se trata de pensar a assimilação de imigrantes, como Oliveira conclui ao escrever que a “identificação com a sociedade maior só se deu para aqueles que ultrapassaram o grupo social mais restrito, e para os que chegaram à universidade” (2006:49). O que só pode acontecer, como dissemos, a partir da apropriação de capitais específicos e possibilidade de tempo livre – duas variáveis que dizem respeito ao modo como se organiza o mundo social.

(...) and the structure of the distribution of the different types and subtypes of capital at a given moment in time represents the immanent structure of the social world, i.e., the set of constraints, inscribed in the very reality of that world, which govern its functioning in a durable way, determining the chances of success for practices" (BOURDIEU, 1986:46)

A competição por capitais, ou por seus recursos, existe em função do valor social a eles atribuído e da sua possível escassez. Também por isso "o princípio mais poderoso da eficácia simbólica do capital cultural sem dúvida está na lógica de sua transmissão" (BOURDIEU, 1986:49). É nesse tipo específico de capital, diferente dos outros, que a transmissão ocorre hereditariamente de forma menos observável, menos imediata, imbricada num sistema estratégias para reprodução e legitimação da apropriação de capitais.

As trocas materiais e simbólicas configuram também o capital social, marcadas pelas relações. Alguns aspectos que podem ser incluídos são a manutenção de nomes de família, de status, de nacionalidade, as formas institucionalizadas como os ritos de passagem, entre outras possibilidades sutis que, além de serem irredutíveis ao capital econômico e cultural, multiplicam o efeito destes (BOURDIEU, 1986:50). Entre as instituições sociais que reproduzem simbolicamente essa estrutura, está o parentesco, aspecto ao qual nosso contexto de pesquisa concorda.

Quando se trata de imigração, Kulaitis & Oliveira (2015) desenvolveram uma noção derivada do capital simbólico: o capital simbólico de mobilidade. Analisando a imigração brasileira ao Canadá nas últimas duas décadas, perceberam que em face ao *fait français* (uma característica predominante nas políticas imigratórias do Québec que pautava a aceitação dos imigrantes pelo prévio conhecimento do idioma oficial) como imposição de uma integração individual, os imigrantes desenvolveram estratégias particulares. Primeiro os brasileiros consideravam que a condição de imigrante era transitória, eles mesmos pouco se identificavam com grupos ou comunidades étnicas/culturais e tampouco se viam como parte do projeto multicultural quebequense. Segundo, a demanda pela naturalização era comumente justificada não por fazer diferença a um processo de integração, mas por permitir a mobilidade espacial (principalmente aos Estados Unidos) e abrir oportunidades de trabalho.

Os autores definiram que a naturalização era uma estratégia dupla, cultural e instrumental, constatando que “l’identité sociale définie à l’intérieur de la structure juridique de l’Etat de la Province du Québec est manipulée par les immigrants brésiliens” (2014:45), num contexto em que a nacionalização opera similarmente a um capital simbólico. O capital de mobilidade faz sentido em nosso contexto por permitir pensar como a não identificação étnica, ou o pequeno envolvimento com comunidades étnicas, não exclui outras estratégias que adotem elementos da política assimilacionista, ainda que não visem prioritária ou explicitamente à integração. Também a mobilidade pode ser vantajosa em determinados campos.

Fontana tornou-se um ervateiro próspero no contexto local apenas por conhecer a técnica de beneficiamento deste produto derivado de uma planta regional. O fato de ter vindo ao Brasil por uma segunda migração permitiu que chegasse com um mínimo de capitais necessários para entrar nesse ramo de negócios, como já mencionado, bastante fechado, e permanecer como um dos produtores mais notáveis em todo o seu tempo de trabalho em Curitiba.

1.2 Imigração e Fragmentos de Trajetórias

Quanto a manter um *status* de imigrante ou estrangeiro, de que forma e como isso pode ser concebido através das gerações que retomam as práticas ou recontam a história de seus antepassados? Estamos tratando essencialmente da dimensão temporal de diferentes experiências, da continuidade geracional enunciada por Mannheim (1982:67).

Encontramos a mesma questão em outros trabalhos, sob a forma de hipótese, problema ou mesmo lei. Analisando estudos e teorias que fazem do conceito de *assimilação* um fundamento para a compreensão dos fenômenos migratórios, ou ainda os que argumentam a sua negação ou substituição, Green (2006:29) cita a lei de Marcus Lee Hansen (1937), a qual estipula um princípio histórico: a primeira geração emigra, a segunda geração é assimilada e esquece o passado, mas a terceira retorna

às origens. Completamente premonitório, o enunciado lembra que o comportamento de um grupo não será apenas reprodução – ele *pode se alterar com o tempo, assim como se altera a atividade dos observadores* (2006:30) - neste caso, dos pesquisadores que encontram alternativas explicativas frente às mesmas questões.

O recorte de pesquisa que estabelece o foco nas gerações propõe um quadro temporal expansivo ao objeto. Se o objetivo do pesquisador é analisar a assimilação como um processo, um quadro temporal intergeracional potencialmente produz diferentes resultados do que um estudo de curta duração, no qual seriam destacadas as diferenças entre culturas (GREEN, 2006:33), as diversidades. A definição do quadro temporal incide necessariamente sobre a compreensão do objeto, portanto, conformando também uma opção metodológica.

Considerar diferentes gerações que constituíram fluxos migratórios distintos pode da mesma forma elucidar o peso dado pelos pesquisadores a algumas variáveis, como a condição de chegada, como mencionado por Eckstein (2004) sobre as imigrações de cubanos aos Estados Unidos antes e depois da revolução. Contrária à ideia de determinismo na experiência imigrante devido a essa condição, a autora recorre à noção de ‘agência’,

Immigrant generational studies, the postmodern transnational conceptualization excepted, typically presume a deterministic adaptive “invisible hand.” They ignore, descriptively and especially analytically, how men and women may make history, even if not, as Marx (1959) pointed out, under conditions of their choosing. In contemporary parlance, there is an element of “agency” in people’s lives, and the experiences of immigrants should be no exception. Such “agency” may entail use of existing opportunities, as well as creation of new opportunities, that, in turn, may remake the very social context in which people’s lives take form. (ECKSTEIN, 2004:09)

Mesmo que sejam imigrantes de um mesmo fluxo e geração, com condições desiguais de chegada, elas não são suficientemente determinantes para delinear ou justificar um ‘destino’ inescapável, ainda que essa seja uma construção muito comum, não apenas aos estudos da imigração, mas aos estudos que tratam de trajetórias de

vida. Da mesma maneira que condições iguais de chegada embasam com frequência a história de destinos coletivos fictícios, os quais se pretende confirmar estatisticamente.

Pre-migration background affects the assets and *weltanschauung* émigrés take with them when resettling elsewhere, but their adaptation hinges also on the uses to which those assets are put. Those uses depend on an interplay between structural, cultural, and individual dynamics. History circumscribes possibilities but does not entirely predetermine them. And because history is not all-determining, even immigrants who arrive with few assets and who remain at the political and economic margins are not necessarily entirely a victim of circumstance. They may covertly if not overtly challenge structures of domination in ways that modify conditions, at least somewhat, to their advantage. (ECKSTEIN, 2004:42)

O argumento citado pretende resgatar a noção de agência aos imigrantes através das diferenças de condições da chegada e da trajetória posterior. Mas o apontamento de caminhos diferentes perante condições aparentemente semelhantes pode também ser o resultado da pesquisa, não seu objetivo.

É preciso considerar que os estudos de gerações partem comumente de uma categoria prática, pouco teorizada, de geração. O recorte geracional pode ser feito de várias formas como contesta o seu caráter mais geral, e Weller (2005) apontou ainda o seu uso como um conceito “guarda-chuva”. Para a autora, a referência ao termo conceitualizado por Mannheim geralmente não dispõe da discussão completa, parte não traduzida de sua obra e, portanto, pouco conhecida. Ela seleciona duas noções importantes e para entendê-las é preciso considerar que o “tempo” não é compreendido como uma linearidade, mas como uma apreensão subjetiva. A primeira noção, de “não-contemporaneidade dos contemporâneos” (*Ungleichzeitigkeit des Gleichzeitigen*), foi inspirada em Pinder, historiador da arte.

Com isso Mannheim chama a atenção para o fato de que *diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico*: “Cada uno vive con gente de su edad y con gente de edades distintas en una plenitud de posibilidades contemporâneas. Para cada uno el mismo tiempo es um tiempo distinto; a saber: *uma época distinta y própria de él*, que sólo comparte don sus coetâneos” (Pinder, p.21 cit. Por Mannheim, p.200/517). (WELLER, 2005:08)

A segunda noção, de “enteléquia geracional”, também parte das ideias de Pinder para se referir aos objetivos comuns de uma mesma geração, suas “metas íntimas”, *relacionadas ao “espírito do tempo” (Zeitgeist) de uma determinada época ou ainda à sua desconstrução, uma vez que várias gerações estão trabalhando simultaneamente na formação do que viria a ser o “espírito do tempo”* (cf. Schäffer, 2003, p. 58s) (WELLER, 2005:08). As duas noções enriquecem os trabalhos sobre gerações que se pautam, sobretudo, no discernimento entre *posições geracionais, unidades geracionais e conexões geracionais* (MANNHEIM, 1952:85).

A estrutura básica dos fenômenos das gerações pressupõe o fator constante e biológico da renovação de indivíduos numa sociedade, sobre o qual operam fatores dinâmicos, no campo histórico e social, mas é a eles irredutível. O vínculo que sustenta uma geração não precisa resultar num grupo concreto, ainda que possa, e exige que se tenha uma “situação” comum, partilhada entre indivíduos que pertencem a um mesmo contexto. É parcialmente a isso que corresponde o termo “unidade de gerações” (MANNHEIM, 1982:71), à similaridade de situações de várias pessoas num contexto social, que pode ser observada tanto na restrição como na predisposição potencial a certas experiências, modos de pensamentos, ações e sentimentos. A situação é definida por uma positividade, no sentido das possibilidades de direção, e simultaneamente por uma delimitação negativa, que é o acesso a um conjunto de dados experienciais, intelectuais e emocionais circunstanciais. Pela tradição esses dados são passados a novas gerações, de forma mais ou menos automática ou consciente.

Numa pesquisa feita por Oliveira e equipe (2014), no município de Colombo (região metropolitana de Curitiba historicamente formada por colônias imigrantes), o termo *cultura italiana geracional e culturalmente vivenciada* é mencionado. A fim de compreender os “laços sociais que os principais atores envolvidos com as manifestações culturais e econômicas de caráter étnico-cultural estabelecem com a história da imigração italiana em geral” e dos primeiros imigrantes destinados a esses territórios, os participantes e organizadores desses eventos foram entrevistados.

A participação em associações étnicas, o uso do idioma e a auto identificação como italiano, estão presentes mesmo no caráter dúbio das festas – a existência de

uma cultura italiana explorada economicamente e da cultura italiana geracional e culturalmente vivenciada, como dito antes, são realidades que não excluem uma a outra. Nesse caso foi narrado um processo de identificação impulsionado principalmente por elementos de identidade cultural reproduzidos de geração a geração, mas que não se reduz aos descendentes de imigrantes pioneiros, havendo identificações múltiplas ou multiculturais que partem também de não descendentes. A questão da italianidade ultrapassa a da imigração propriamente dita, o que faz da análise intergeracional mais complexa, em frente ao que foi apresentado no início do capítulo como possível escolha situacional, ou aqui como entelêquia geracional.

A contemporaneidade é um critério fundamental, mas não suficiente para produzir em si uma similaridade de situação. Os indivíduos precisam partilhar de experiências comuns que produzem diversas reações - Mannheim cita a juventude alemã romântico-conservadora e a liberal racional para expor de que forma são criadas unidades de geração distintas, que coexistem em relações polares, e assim se completa a ideia de “unidade de geração”: no paralelismo de reações, na multiplicidade da *geração enquanto realidade*.

A transmissão de tradições e a garantia da continuidade das práticas dependem então da informação e dos dados entre as gerações, suportados apenas na existência de princípios formadores e interpretativos comuns, os quais em Mannheim influenciam diretamente na assimilação a um grupo, que envolve

(...) mais que a mera aceitação de seus valores característicos, envolve a capacidade de ver as coisas a partir de seu “aspecto” particular, de dotar os conceitos de sua nuance particular de sentido, e de experienciar impulsos psicológicos e intelectuais na configuração característica do grupo. Significa, além do mais, absorver aqueles princípios formativos interpretativos que habilitam o indivíduo a tratar novas impressões e acontecimentos de uma maneira predeterminada em linhas gerais pelo grupo (MANNHEIM, 1982:89)

Como pensar esse aspecto na condição de imigrante, na continuidade e adaptação que podem caracterizar uma segunda geração, por exemplo? A ideia de um “contato original” com uma herança cultural acumulada não é um fenômeno típico das gerações apenas, sendo também da mobilidade de um indivíduo de um grupo a outro,

seja no espaço social, seja no espaço físico. Nos casos citados, Mannheim (1982:75) afirma que ocorre “uma transformação bastante visível e impressionante na consciência do indivíduo em questão: uma modificação, não meramente do conteúdo da experiência, mas no ajustamento mental e espiritual do indivíduo a ela”. A diferença entre o contato original de uma nova geração ou de um imigrante consiste na dimensão dessa experiência, que no primeiro caso se refere a uma “vida nova”, ligada a fatores biológicos, e no segundo, a um “acontecimento na biografia individual”, já iniciada. É interessante pensar na coexistência desses processos numa unidade familiar imigrante, lugar em que acontecimentos na biografia individual e vidas novas podem acontecer simultaneamente.

Por fim, é possível observar, até mesmo em nomes de ruas e logradouros com os quais foram homenageados imigrantes em Curitiba¹⁰, e seus netos e bisnetos o sabem (ainda mais) hoje, que a visibilidade poucas vezes diz respeito às mãos que fizeram a história - entre 1829 e 1934 foram 100.278 imigrantes no estado (BALHANA et al.1998:451) -, se não às poucas mãos que se dedicaram, qualquer que fosse a razão e certamente dependendo das condições e possibilidades, a contar a história particular e coletiva, a estar registrado nesta e deixar como herança o não esquecimento. No caso do Paraná, vemos que os imigrantes e descendentes não apenas se interessaram, mas contribuíram para o fortalecimento dessa organização. Mencionamos anteriormente a pesquisa de Fernando Fontana no IHGPr sobre os seus antepassados.

A pouca representatividade da imigração na burguesia ervateira demonstra uma situação diferente da que existiu no começo do século XIX, de estrangeiros participarem de uma produção muito rudimentar no litoral paranaense. Em outros âmbitos produtivos, a imigração pode ser entendida como uma espécie de fonte alternativa de modernização burguesa no nosso contexto, como diz Oliveira (2000:59), por imigrantes trazerem o “saber como” de experiências da terra natal, ou pela

¹⁰ Nos referimos à pesquisa em andamento: *Curitiba Polonesa?: um estudo sobre logradouros públicos dedicados a imigrantes e descendentes de poloneses, 1951-2008*, de Rafaela Westphalen, mestranda em Sociologia nesta universidade

dedicação ao progresso material que os levaria a desenvolvê-lo – dependendo também das experiências que os sujeitos tiveram anteriormente. Fontana é um caso estatisticamente atípico, mais ainda porque os italianos imigrados à Curitiba não se apresentam em média como portadores de capitais mais elevados¹¹ (BALHANA, WESTPHALEN, 1981:447).

A inserção nessa burguesia ervateira por Fasce se deu profissionalmente, pelo conhecimento de preparo da erva mate, mas também pelo parentesco, confirmando a tese de Oliveira (2000) de que apenas as pessoas que estabeleceram vínculos de parentesco com *famílias históricas e tradicionais do Paraná* se manteriam nos níveis mais altos do empresariado paranaense. Foi mobilizando capitais específicos que Fontana tornou-se um membro desse segmento social. As condicionantes práticas de manutenção de uma posição – a troca de elogios em jornais, sempre acompanhada pela lembrança de que ele era um estrangeiro, indicavam, porém, o que se esperava dos imigrantes europeus no discurso: civilidade e progresso.

Estudando a trajetória desse personagem vemos como se deu o processo de sua assimilação, mostrando o que Lesser coloca como fundamento de sua tese – o Brasil tem dificuldade em hifenizar. Esse processo não invisibilizou o imigrante, embora o ‘desaparecimento’, ou a representação de assimilado, tenha sido uma estratégia importante nas biografias de atores sociais com sucesso nos seus empreendimentos comerciais. Ricardo de Oliveira observou brevemente essa dimensão dos fluxos migratórios e estipulou que a “diferenciação interna entre os imigrantes europeus leva alguns grupos familiares a imitarem o familismo da velha classe dominante luso-brasileira. Os imigrantes enriquecidos tendiam a reproduzir a sua posição de classe privilegiada” (2000:114), o que faz parte de sua tese sobre nepotismo e continuidade familiar nos cargos de prestígio. De forma semelhante, as estratégias se repetiram nas gerações seguintes.

¹¹ Não foi possível obter o registro das firmas de Fontana na Junta Comercial Paranaense, que teve seu acervo histórico gravemente comprometido nas últimas décadas. Não pudemos, portanto, saber qual o capital inicial da empresa, tampouco detalhes de sua composição inicial. O mesmo aconteceu quando procuramos registros das fábricas de beneficiamento de erva mate pertencentes a imigrantes alemães.

2. FRANCESCO, FRANCISCO, FASCE

2.1 Ervateiros, uni-vos

La experiencia adquirida em algunos años de practica, y los exfuerzos que en mi humilde esfera he hecho, tanto moral como materialmente, á favor dela indústria y propaganda de la yerba mate, y la indiferencia que por lo general he encontrado, me es muy sensible decirlo, em los hombres que mayor deber y obligacion tenian de trabajar por la prosperidad de la Provincia, han elevado más de una vez el desánimo à mi espiritu; ese desánimo que tan profundas huellas deja en las nobles aspiraciones, cuando ellas son desatendidas. (Carta de Francisco Fasce Fontana a Alfredo d'Escragolle Taunay, 1885)

Francisco Fasce Fontana, imigrante de Gênova que chegou a Curitiba em 1880, desabafou publicamente ocupando sessões de três edições da Gazeta Paranaense¹² em 1885. A Gazeta completava quase dez anos de existência¹³ e entre os nove jornais mais difundidos da Província do Paraná, aparecia como representante e parte do órgão do Partido Conservador¹⁴.

¹² Gazeta Paranaense, 1 de novembro de 1885; 4 de novembro de 1885; 7 de novembro de 1885

¹³ Cf. Pilotto (1976:13), a Gazeta Paranaense é de 1876 e teve duração breve, ao ser substituída, em 13 de julho de 1889, pelo periódico “A Tribuna”. Fazia oposição ao periódico liberal “Província do Paraná” e, frequentemente, dialogava com publicações do “Dezenove de Dezembro” em réplicas. Pilotto caracteriza esse como um periódico *independente com tendências democráticas liberais* (1976:13), que consta como primeiro periódico da província do Paraná, fechado em 1890 após a publicação de 3.936 números (BALHANA, WESTPHALEN, 1981)

¹⁴ Nesse contexto, o Partido Conservador representava grande parte da classe ervateira, comandado pelo Visconde de Nacar e por Ildefonso Correia. Na Assembleia, durante o período monárquico, o Partido Liberal, representando as elites agrárias, predomina. Nenhum dos partidos, ambos monárquicos, se dedicou muito aos debates republicanos, sendo poucas as publicações em seus órgãos principais (a Gazeta Paranaense e o Dezenove de Dezembro, respectivamente) (CORRÊA, 2009:141)

Numa cidade de menos de 25.000 habitantes¹⁵, a produção de periódicos deixava aos poucos de ser apenas uma divulgação de atos oficiais do governo Provincial para constituir redes informacionais que incluíam o entretenimento, a expressão literária e artística com revistas específicas, a divulgação de associações, clubes e publicações estudantis, além de manter-se oportunamente como espaço de defesa de posicionamentos políticos. Entre os anos de 1881-1900 quase 160 novos títulos de periódicos foram lançados (MELLO, 2008:115), indicando duas importantes mudanças: a expansão do hábito de ler e a perda do monopólio do governo sobre a palavra impressa (GRUNER, 2012:51).

Apesar da pluralidade desses novos veículos, dos redatores e jornalistas, ser cada vez mais expressiva a ponto de nas décadas seguintes fazerem-se analogias entre sapos e jornais, “(...) que se proclame agora que nossa terra não é mais a cidade saporífica de outrora; que é essencialmente a cidade jornalífera” (ARISTARCHO. Momento Crítico. *O Paraná*, Curitiba, 20 mai. 1911. Ano VI, n. 48; *apud* GRUNER, 2012:52), uma forma peculiar de publicação autoral se manteve ainda no final do século XX. Os relatos dos presidentes provinciais¹⁶, que insistiam em fazer política *in loco* e depois divulgar suas impressões de viagens desbravadoras pelas terras da Província, eram frequentemente publicados com a voz literária que relatórios técnicos de governo não suportariam. O presidente Alfredo d’Escaragnolle Taunay fez isso entre os anos de 1885 e 1886 como parte de sua política, sendo a sua presença nos jornais desse período algo bastante comum¹⁷.

A publicação de Fontana foi justamente em resposta a um ofício escrito e publicado por Taunay, direcionado também a mais dois importantes fabricantes de erva mate beneficiada – Idelfonso Correia e Ricardo dos Santos. O ofício que havia sido

¹⁵ O Censo divulga que em 1872 a população curitibana é de 12.651 pessoas, enquanto que em 1890 esse número sobe para 24.553 pessoas. Para um acompanhamento detalhado do censo das capitais brasileiras de 1872 a 2010, consultar <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> (acessado em jan/2016)

¹⁶ Lembrando novamente que o Paraná era parte da 5ª Comarca de São Paulo até 1853. A sua emancipação política teria incentivado o início de uma tipografia local e o primeiro periódico, o Dezenove de Dezembro, era dedicado principalmente à divulgação dos atos oficiais (MELLO:2008,116)

¹⁷ Cf. Mello (2008:124), o presidente da província Adolfo Lamenha Lins teria começado essa tradição entre 1875-1877, adotada e seguida por Taunay. Este foi Presidente da Província de 29 de setembro de 1885 a 03 de maio de 1886, quando se retirou à Santa Catarina para ocupar o cargo de senador

publicado poucas edições antes¹⁸ era tanto um reconhecimento aos avanços do mate como possível produto no mercado europeu, na figura do divulgador A. Thomaz, como um performático apelo aos destinatários para que fossem inspirados a fazer o mesmo - criar medidas eficazes voltadas ao mercado internacional. Os dois diplomas de honra conferidos ao *matte do Paraná*, que sr. Thomaz obteve nos concursos agrícolas de Vincennes e de Sain-Maur, atestaram a efetividade de seus esforços.

Dos três ervateiros endereçados, dois se manifestaram publicamente pela Gazeta: Fontana e Correia. Esse, o comendador Ildefonso¹⁹ e futuro Barão do Serro Azul, mesmo que dispensasse longas apresentações devido a participação em vários cargos de prestígio, se identificou como paranaense antes de tudo, e industrial de erva mate, desenvolvendo depois um diagnóstico econômico da província e outros comentários. Disse que o mate poderia ser mais consumido como *um produto higienico e rico*, e também *higienico e econômico*, características seguidas pelo atestado de biólogos e doutores - Dr. Couty, que há pouco havia falecido, Dr. Peckolt, do Rio de Janeiro, Kletznisky, um químico legal de Vienna, Dr. Caminhoá, defendendo o uso da erva ao do café para mulheres, crianças e pessoas nervosas, e os citados Drs. Lankaster, Schmapp, Gubler, Paradi, Arsonval, Sikorsk, Szymaniski, a lista era grande, incluindo referências de publicações. Fontana fizera antes o mesmo esforço de ressaltar os nomes de pesquisadores da erva - Dr. Ordonaña, dr. F. Lusoíela Guarch, dr. Benjamin Franklin Ramis Galvão, pondo a ciência a seu lado²⁰.

A dificuldade de penetrar no mercado europeu não era exclusiva do mate, como Correia expôs. Os entraves existiram para estabelecer o comércio de batata inglesa e mesmo de café brasileiro, ainda que café fosse um velho e conhecido hábito europeu. Mas dos entraves aos ervateiros, notamos em sua fala um ainda maior: “Desanimados, porém, com a indiferença da nossa classe e dos poderes públicos provinciaes, temos ultimamente esmorecido em nosso empenho”, se referindo aos esforços comuns dele e de Fontana, “ora unidos, ora separadamente”.

¹⁸ Gazeta Paranaense, 25 de outubro de 1885

¹⁹ Gazeta Paranaense, 11 de novembro de 1885; 14 de novembro de 1885

²⁰ Magnus defende que “durante quase um século, o mate foi, no Paraná, o objeto privilegiado do ‘conhecimento’ (...) A botânica, a zoologia, a química, a bioquímica, a física, a história, a antropologia, a entomologia, a medicina e a agronomia ‘usaram e abusaram’ do mate” (1990:07), no período de 1850 a 1940.

A erva não possuía muito prestígio público. Era preterida em relação à produção extensiva do trigo, que já acontecia em quase todos os continentes, e do pinho, que demoraria ainda alguns anos para chegar às cifras que o mate produzia. Sobre isso, não apenas as prioridades do governo provincial eram um problema, como “a crença de alguns habitantes desta província de que o corte e indústria do mate é causa da pobreza e atraso relativos da nossa província”, o que indica o esforço por fazer do mate também um símbolo de progresso e especialização da indústria, não só pra estrangeiro ver, mas aos seus próprios conterrâneos.

A busca pelos símbolos do progresso caracteriza nitidamente o final do século XIX e o começo do XX, período marcado por mudanças intensas, fluxos demográficos, avanços tecnológicos, desenhos urbanos, novos debates públicos e, numa dimensão mais sutil, uma mudança de percepção do tempo e do espaço vividos. A modernidade também é um registro na experiência subjetiva, ideia que Gruner (2012) fundamenta pela mudança nas estruturas de experiências do contexto em questão, que acelerava o metrônomo das mudanças sociais.

Como uma das consequências, o encontro com desconhecidos e o desencontro com conhecidos se tornavam comuns, visto que a população de Curitiba praticamente dobrou em apenas uma década (de 24.553 a 49.755 entre os anos de 1890-1900), um crescimento proporcional que só perdia para São Paulo (então de 64.934 a 239.820 pessoas) e se igualava apenas com Cuiabá (17.815 a 34.393). Todas as outras capitais tiveram um aumento proporcionalmente inferior. Em Curitiba um dos estímulos a esse crescimento foi em parte a *grande migração* que já se fazia sentir. Até 1889, dezessete colônias de imigrantes foram criadas entre três e trinta quilômetros do centro de Curitiba (OLIVEIRA et al, 2014:292), lembrando que a migração de pessoas de colônias pra centros urbanos também foi uma constante.

A condição imigrante é a de ser “o outro” – “uma alteridade composta de olhares cruzados: do imigrante para o nacional e deste para o imigrante” (FAUSTO, 2012:18) – e dos imigrantes entre si, completamos. Pois mesmo os conterrâneos não eram tão iguais assim: diferentes saídas, entradas não menos diferentes. Mesmo o trajeto transoceânico, que seria uma experiência supostamente similar, pode não ter sido tão

unívoco assim. Enfim, em novo contexto, os imigrantes encarnavam novas alteridades com a qual os paranaenses teriam que conviver nas próximas décadas.

Entre as centenas de peninsulares que desembarcaram no Brasil, Fontana chegou pelo vapor Iberia em 1881. Igual, mas diferente, pois ele não vinha das terras abaladas pela precariedade e pelos conflitos do Risorgimento em prol de uma futura Itália, chegava do lugar onde ele e sua família foram acolhidos por mais de duas décadas: o Uruguai.

O fluxo de imigrantes entre os territórios banhados pelo rio da Prata era bastante comum (como confirma o histórico de vapores disponível online pelo Museu Nacional²¹), tendo o Brasil como escala para um possível retorno à Europa, ou mesmo como um destino final, uma segunda migração, como foi para o caso escolhido. Onde o rio Uruguai e o rio Paraná convergem é formado um estuário – o rio da Prata – separando as províncias litorâneas da Argentina e da República Oriental do Uruguai. A bacia do rio da Prata, ou *la cuenca del Plata*, na soma de seus afluentes compreende cinco países²² e conforma a segunda maior bacia fluvial na composição do território brasileiro, notavelmente importante para a troca de mercadorias como a erva mate.

Um limitador natural que contém não apenas fronteiras visíveis, mas fluxos invisíveis de categorias e situações, o rio possibilita tanto a separação como o contato, e em termos imediatos isso pode indicar o tráfego de bens, pessoas e doenças, categorias, práticas, identidades. Para Devoto (2004:19), portanto, essas fronteiras nacionais seriam, no século XIX, porosas: os países da bacia do Prata “estaban más unidos por los intercâmbios que separados por las fronteras políticas”. Não apenas economicamente, afinal mesmo os imigrantes pareciam não distinguir os espaços em unidades nacionais, exceto quando burocraticamente – como a circularidade dos genoveses entre o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, citada por Devoto, pode sugerir.

Apesar da relativa abertura, a imigração assumiu diferentes configurações nesses três países devido a uma multiplicidade de fatores, contados pela história

²¹ Disponível em <http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp>

²² Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

política nacional e internacional. São ainda evidentes as dissonâncias regionais dentro de cada um desses países, também provocadas por outra série de fatores complexos (DEVOTO, 2007).

Na Argentina, por exemplo, a década de 1850 demarca a unidade nacional extinguindo a divisão entre Buenos Aires e a Confederação, processo confuso que seria considerado terminado apenas vinte anos depois, culminando nas posteriores campanhas do deserto (MYERS, 2008:182). A conquista do deserto na década de 1880 impulsionou a ocupação territorial em novas áreas, alterando os destinos internos dos imigrantes que chegavam ao país, ainda que muitos tenham voltado às províncias litorâneas ou à capital algum tempo depois. Assim, é preciso considerar as situações adversas que existiam à parte das teoricamente simples propostas de colonização. Existiam imigrantes destinados ao rio da Prata antes desse período em quantidades menores – principalmente ao Uruguai, cuja proporção de imigrantes na população total era a maior da América do Sul e só foi ultrapassada pela Argentina em 1895 (DEVOTO, 2007), quando as dinâmicas nos dois países mostram uma inversão, ao menos no que diz respeito às imigrações legais contabilizadas.

Para termos uma ideia, a população do Uruguai, no período da independência, 1828, era de 74 mil habitantes, 14.500 deles concentrados na capital Montevideo, sendo 2500 escravos africanos ou descendentes. Entre 1825 e 1950 a população do país se multiplicou 32 vezes. A imigração italiana, mais numerosa a partir de 1865, formava **um terço** da população da capital já em 1880 (HUGARTE, 2001:16). As demais ondas migratórias ocorreram no país antes e depois da Primeira Guerra Mundial até a década de 1930.

El establecimiento de italianos inmigrantes en los países del Plata -y, en consecuencia, en el Uruguay- se fue produciendo en un comienzo de manera paulatina aunque incesante, desde la época de la colonia española. Poco después de su independencia, el Uruguay se vio envuelto en la llamada “Guerra Grande” que se prolongó desde 1839 hasta 1851, cuando el país enfrentó la invasión de su territorio por las tropas que respondían al Gobernador de la Provincia de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Este conflicto, entre otros episodios, provocó el sitio de la ciudad de Montevideo que duró nueve años, por lo que se la llamó “la nueva Troya”. Para ese entonces, ya la presencia de italianos en Montevideo era por demás relevante, al punto que uno de los cuerpos

armados que colaboró de manera decisiva para que la plaza no cayera en poder de los que la asediaban, fue precisamente la Legión Italiana (...) Un índice de la importancia que tuvo la colonia italiana en el Montevideo del sitio, lo da el hecho de que se llegaron a publicar en esta ciudad simultáneamente, tres diarios en italiano, el más importante de los cuales fue “El Legionario Italiano” que apareció entre 1844 y 1846. (HUGARTE, 2001:16)

No Uruguai, Fontana passa de Francesco a Francisco, e se estabelece com seus familiares em Nueva Palmira, nesse contexto em que o número de imigrantes já era demograficamente muito expressivo. Ele veio a Curitiba sozinho como um *illexfactor*, um industrial de erva mate, o que indica sua experiência adquirida no comércio de tal produto. E não por acaso, em sua carta publicada, Fontana narrou a tentativa do governo uruguaio em incentivar a indústria agropecuária nacional, desenvolvendo medidas protecionistas e aplicando recursos ao seu bom desenvolvimento. Ele acreditou que **a nação brasileira deveria também** salvar a indústria ervateira de seu mal estar.

Essa não era uma sugestão original, as discussões sobre intervencionismo na produção ervateira já datavam décadas, acompanhadas pelo pedido de intervenção. Em 1855, uma carta foi divulgada pelo presidente Goés de Vasconcellos (1855:50). Escrita por algum comerciante do litoral (nesses anos os engenhos concentravam-se na região de Morretes e Paranaguá) que se manteve anônimo, a carta apresentava sugestões para que o governo garantisse condições de igual concorrência da erva paranaense com a erva paraguaia. A disputa entre esses dois polos produtores em geral foi constante e intensa até a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando houve praticamente a eliminação da concorrência.

A ideia da carta era fazer um acordo com poucas casas do rio da Prata para que a comercialização da erva fosse restrita a elas, reduzindo a quantidade de especuladores e agentes que consignavam remessas. Essa medida impediria que seu preço baixasse tanto no processo²³. A resposta foi negativa, tal proposta sugeria um

²³ O valor da exportação da erva para fora do império entre 1854 e 1855 foi reduzido (715:649U250) se comparado ao ano de 1853 (825:195U400). As cifras do ano seguinte, entretanto, se mostraram consideravelmente melhores: 1855-1856 (1,558:536U360), tendo novamente uma redução em 1856-1857 (933:331U000). Para se ter uma ideia, o melhor desses anos para a exportação de madeira foi o de 1854 a 1855 (48:204U927) (Carvalhoes, 1857b:86).

monopólio que “não poderia ser adoptado em disposição de lei ou regulamento, sem offensa do regimen constitucional, e da liberdade de commercio, que o mesmo regimen assegura” (1855:53).

O combate à fraude foi uma preocupação à qual o governo se incumbiu, por exemplo. Sobre isso ele poderia interferir criando o primeiro *Regulamento da Herva Mate* que proibia a alteração da erva, determinava o período de colheita²⁴ e alguns procedimentos da produção. Ao evitar a falsificação do chá, o regulamento foi continuamente pensado como o máximo de interferência aceitável, pois “a indústria não quer favores, quer liberdade; isto é que a deixem passar, sem estorvar-lhe o passo, nem com pês inúteis, nem com favores parciais” (Vaz de Carvalhaes, 1857:120). Nem todos os produtores concordariam com esse posicionamento, na realidade os ervateiros não tinham um consenso quanto a essas questões.

A troca de cartas que iniciou este capítulo não ocorreu sem precedentes. Além do contexto geral, havia um fato mais imediato. Quase seis meses antes do ofício de Taunay, alguns industriais de mate haviam se reunido para enviar ao presidente da província, Brazílio Augusto Machado de Oliveira, uma lista de razões para a crise ervateira em curso. Foi convocada uma sessão extraordinária da assembleia provincial para o mês seguinte, mas “a falta de comparecimento proposital de alguns membros opositoristas da assembleia provincial deu causa a não instalação da sessão”²⁵. O boicote ocorreu de fato pelos deputados conservadores liderados por Manoel Eufrásio Correia, o que não aconteceu sem reação²⁶, e logo o Gabinete voltaria a ser conservador. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, por indicação de Manoel Eufrásio Correia, assumiu a presidência da província até a chegada de Taunay (ALVES, 2015:209).

²⁴ A delimitação desse período de colheita se prestava também a incentivar o desenvolvimento de outras atividades nos momentos em que ela estaria impedida. Cf. Liberato de Mattos, ‘A prohibição da factura do mate fora do praso para ella marcado, se attingio ao fim de evitar o estrago dos herveas, não fez voltar ao manejo e cultura das terras, no intervallo de uma a outra colheita daquela hervea, os individuos por ella distrahidos, antes com os recursos que lhes sobraão de seu trafico ou se entregarão a outro mister, que não ao da agricultura, ou paixão o tempo na maior ociosidade”(1858:35)

²⁵ Exposição do Presidente da Província d’Escaragnolle Taunay, 3 de maio de 1886

²⁶ Periódico Dezenove de Dezembro, 01 de julho de 1885

Na lista de razões para a crise do mate havia a exportação da planta não beneficiada para fábricas ‘privilegiadas e favorecidas’ do rio da Prata, as quais ofereciam o produto aos mesmos consumidores que a indústria paranaense. Se isso parece similar às reclamações anteriores, a novidade era que dessa vez as fábricas ‘privilegiadas e favorecidas’ eram principalmente argentinas, o que era raro até então. Para cruzar a fronteira, a importação da erva em rama custaria 16 centavos no imposto aduaneiro, enquanto que a erva beneficiada seria taxada em 96 centavos por arroba espanhola (11 ½ Kg). A solução proposta seria

Fazer equilibrar o pezo dos impostos lançados na Republica Argentina sobre a nossa indústria, gravando com um direito provincial de 2\$000 por 15 kilos a sahida das hervas em ramas para o Rio da Prata conforme já decretaram á assembléa provincial de S. Catharina e o governo da Republica do Paraguay para resguardarem a mesma indústria dos damnos que aquella província e aquelle paiz também causaria a intervenção do governo Argentino na luta entre industriaes de diversas nações²⁷

Observamos a dependente economia fronteiriça, bem como a relativa união dos industriais de mate, não tão atomizados quanto a fala de Taunay sugeria. O que não havia era uma classe homogênea, dividida por posições políticas e pelos debates que na época eram cada vez mais frequentes – como o abolicionismo. A repetição da estratégia dos diagnósticos econômicos e dos pedidos de regulações frente às condições adversas enfrentadas pelos produtores locais acontecia porque ela de fato funcionava. A validação podia não ser declarada, mas ocorria ainda que em termos parciais aos pedidos, mesmo que as primeiras respostas em documentos oficiais fossem negativas.

As discussões entre Taunay, Fontana e Correia, não foram à toa, na Gazeta Paranaense. No ano seguinte a elas houve o ajuste de tributos sobre a exportação da erva cancheada – freando não apenas a concorrência entre dois produtos, como

²⁷ Assinaram essa carta Ildefonso Pereira Correia & Cia; Silva & Irmão & Fontana; A. Alves d’Araujo; Guilherme Xavier de Miranda; Visconde de Nacar & Filho; Manoel Miró; Antonio da Costa; José Pinto Rebello. Carta Publicada no Relatório Oficial de Brasílio Augusto Machado d’Oliveira, 4 de setembro de 1885. Relatórios oficiais frequentemente eram reproduzidos no jornal Gazeta Paranaense, este fragmento encontra-se no nº33 de 12 de fevereiro de 1886, Ano X, capa.

indústria ervateira argentina recente. E enfim, a desmobilização e desorganização pelas quais os ervateiros foram acusados foi rebatida, em 1887, pela criação da Associação Propagadora da Herva Mate. O presidente, Ildefonso Pereira Correia; o tesoureiro, Antonio Rodrigues da Costa; o secretário, Francisco Fasce Fontana. Esse grupo de ervateiros voltaria a esperar medidas mais intervencionistas aos negócios do mate.

O debate continuou o mesmo nos anos seguintes. E esse definitivamente não era um dilema particular dos paranaenses, sequer um dilema brasileiro ou uruguaio apenas, era uma questão constante no contexto pré-industrial ocidentalizado, aliás, nossos vizinhos argentinos passaram por uma grave crise cujo ápice, em 1870, reavivava problemáticas semelhantes. Embora esta situação concreta tenha sido originada da especulação de terras no litoral (elevando os preços em até 1.000%), muitas delas usadas como garantias de dívidas no exterior (SCHUMWAY, 2008:354), o debate foi o mesmo. As posições a favor do livre comércio ou do protecionismo estariam sempre em disputa, mal ou bem representadas dependendo do momento político.

No congresso, o debate sobre o livre comércio durou vários anos, mas pouco produziu em termos de uma nova legislação e praticamente não alterou o conceito do papel da Argentina no mundo. Em 1877, foi aprovada nova lei tarifária que protegia três produtos: açúcar, vinho e trigo. Como se tratava de produtos agrícolas, a nova lei não alterou a visão básica que o liberalismo tinha sobre o papel da Argentina na divisão internacional do trabalho. Simplesmente, a “grande fazenda” ficou maior. O debate sobre livre comércio extinguiu-se à medida que no ano 1880 a Argentina entrou em outro ciclo de expansão. Mas com a crise econômica de 1890, ressurgiu uma forte corrente favorável ao protecionismo (Rock, *Argentina*, pp.149-152). O sentimento protecionista persistiria no século XX, intensificando-se durante os períodos de dificuldade econômica e finalmente contribuindo para a mal-orientada política de Peron (SCHUMWAY, 2008:356)

A delimitação do mercado de erva mate não foi propriamente mencionada aqui. Era exportada principalmente para a Argentina, o Chile e a República Oriental do Uruguai -, o que torna evidente a influência das situações narradas por Schumway em nosso contexto econômico e na realidade da produção ervateira, lembrando a tese de Silva, de que “o mate foi o produto fundamental para a integração, via marítima, da

economia paranaense às rotas da economia brasileira e da economia-mundo” (2001:47). Qualquer crise na demanda ocasionaria uma série de consequências à atividade extrativa, ao comércio e às indústrias dependentes, entre elas as de produção de barricas e litografias. Ainda afetaria a indústria de carretos, que dela dependia quase que totalmente (WESTPHALEN, 1998:267), a conservação do trânsito fluvial e também marítimo.

Independente da aflição de uma parte dos *ilexfactors* ser frequente, agravada principalmente pela recorrência das crises no valor do mate e do tráfico de mercadoria não regularizada no rio da Prata, Topik (1985; 1987) mostra que durante a Primeira República (1889-1930) o Brasil teve um dos Estados mais intervencionistas da América Latina, “ao contrário do que pensa a esmagadora maioria da historiografia nacional e internacional, que vê a intervenção estatal no Brasil como objeto digno de estudo apenas no período posterior a 1930” (PERISSINOTO, 2000:41). O mate não era um produto privilegiado em escala nacional, sobretudo frente à produção cafeeira, mas sobre a sua produção foram aplicados diversos regulamentos nas décadas seguintes (OLIVEIRA, 1974).

Nesse ponto é importante mencionarmos como funciona a cultura da erva mate, a fim de entender, afinal, porque se mantinha como preterida apesar de seu rendimento. O mate é uma planta nativa da América do Sul, na região de clima subtropical. Seu crescimento é espontâneo, em forma arbustiva (FOTO 1), frequentemente próxima às araucárias (eram consideradas plantas irmãs pelos índios guarani). O preparo da erva não se manteve em escala doméstica e tendeu à racionalização possibilitada pelo desenvolvimento de mecanismos industriais, que serão brevemente tratados em outro tópico.

Por praticamente um século (1830-1930) a economia local dependeu da erva mate, mas essa nunca foi uma exclusividade paranaense, se não uma questão platina ou sul americana, nas terras em que já era consumida (como costume centenário de origem guarani, a erva era chamada de *Caa*, traduzindo, “erva saborosa” (GOMES:1953)) e em que transações mais significativas ocorreram, se desenvolveram técnicas de preparo e concorrência entre áreas de produção fronteiriças. O comércio

da erva, iniciado como monopólio da Província da Companhia de Jesus do Paraguai no século XVIII²⁸, consolidou redes de trocas e fluxos de **produtos, conhecimentos e pessoas**.



FOTO 1 Colheita nos ervais nativos, atividade sazonal que ocupava homens, mulheres e crianças desde o começo do séc. XIX. Fonte: Acervo pessoal de Fernando Fontana

A maior concorrente da erva paranaense era a paraguaia, considerada a mais saborosa, e seus métodos de preparo foram imitados aqui. De forma geral, embora conviesse trabalhar com um produto nativo e espontâneo, a resistência perante as tantas crises dessa economia apontam que ela era fruto de uma escolha e um empenho contínuo, cujos esforços apoiavam-se na continuidade de uma proto-indústria litorânea, da década de 1830, que se desenvolvia pela troca de informações nos territórios fronteiriços. Tais informações eram levadas por viajantes ou por produtores que circulavam nessas regiões e imigravam de um país ao outro.

O relatório do presidente da Província Zacarias de Goés e Vasconcellos (1854) expõe todas as justificativas a ser contrário a essa atividade em detrimento de outras plantações, evidenciando novamente o fato de ter sido uma escolha, e não uma

²⁸ Ver URBAN, MIRANDA, 1998

imposição natural. Nesse aspecto, quando Correia se opõe às correlações feitas entre mate e atraso, reverbera uma disputa nascida junto com a própria província, relacionada às culturas permanentes e a desejável organização e disciplinarização do tempo necessária para desenvolvê-las. Aos administradores da Província, depender de um produto espontâneo e sazonal, pouco prestigiado nacionalmente, mais barato que chá da Índia, poderia no máximo arruinar-nos cedo ou tarde. Mas grande parte da população já estava bastante envolvida com isso, como foi constatado,

No excessivo numero de pessoas, que nesta província applicão-se à produção do mate quer no primeiro processo da herva em rama, quer no do benefício que lhes são as fábricas, existe também hum germen de ruina.

Dissereis, ao ver a ancia com que todos, ricos e pobres, velhos e moços, homens e mulheres, occupão-se e tratão de congonha, dissereis, repito, que só o carijó faz viver, e que sem hum engenho de socar mate não se pode fazer fortuna.

Ora, he huma lei econômica – que todo ramo de indústria, à que se applica maior somma de trabalho, e capital do que o que ele naturalmente comporta, tende a decair. (1854:69)

Já existiriam então noventa engenhos de mate, de acordo com o relatório do presidente, número que deveria incluir os mais rudimentares. A concentração da mão de obra na produção do mate aumentaria como também aumentaria a população de forma geral, mas dedicar o fracasso do trigo não à ferrugem e sim aos hervaes²⁹ talvez não pudesse ser tão legítimo nas décadas seguintes. Primeiro porque o investimento e facilidade de coleta de matéria-prima não fizeram da produção da erva mais estável – sua história foi, à revelia da conhecida imagem precoce dos anos dourados, cheia de crises, conforme expomos. Segundo, porque para concentrar tanto o trabalho e não apenas de indivíduos escravizados, deveriam existir outras motivações, que poderia mesmo ser o caráter sazonal da atividade, por exemplo, proporcionando uma certa liberdade de tempo para o cultivo de subsistência. E terceiro, enfim, porque já existiam

²⁹ ‘A produção do trigo exige paciência e trabalho aturado: cumpre preparar a terra, depôr a semente, esperar que germine e fractifique, &c. Bem diversas são as circumstancias do mate: os heruaes silvestres ahi estão por toda parte sem custarem aos habitantes o mínimo trabalho(...) Não he, logo, tanto a ferrugem, como a herva que faz mal ao trigo’. (1854:66)

colônias imigrantes completamente voltadas à agricultura de abastecimento do centro que se consolidava.

Pena (1988) observa o fato da população livre e pobre, de trabalhadores nacionais, estar se dedicando ao mate e ao mesmo tempo se opondo às obrigações do Império, como o recrutamento à Guarda Nacional ou às milícias da cidade, no final da década de 1880. Aos escravos ainda não se



FOTO 2 O corte do mate é uma etapa de preparação para o beneficiamento. Existiam técnicas ensinadas informalmente entre os trabalhadores: uma má execução poderia matar o erval. Fonte: Revista Paulista de Indústria

havia concedido a liberdade formalizada e definida como tal (Lei Áurea de 1888), e os anos que precederam essa oficialização pautaram relações extremamente complicadas e violentas em nosso contexto. Desde a Lei de 7 de Novembro de 1831, os africanos que chegassem em solo brasileiro não poderiam ser considerados cativos, mas tampouco seriam livres, sendo obrigados a prestar 14 anos de serviço ao Império (SILVA, 2013:05).

A indefinição categórica mostra a necessidade de se legislar sobre questões que surgiam entre as mudanças institucionais. Esses negros eram “africanos livres” ao mesmo tempo que “escravos da nação”. O decreto nº3.310, de 24 de setembro de 1864, que emanciparia esses “africanos livres” também não impediu a contínua negociação interprovincial, aliás, a partir desse ano muitos negros escravizados foram vendidos (por alguns ervateiros inclusive) para serem enviados à Guerra do Paraguai no lugar de filhos e herdeiros (SILVA, 2013). Eles trabalhavam também como lavradores, roceiros, carpinteiros, ferreiros (PENA, 1988:89), sempre sob o julgo local, sob a vigilância que algumas vezes foi o discurso das Posturas Municipais. Os batuques mesmo que dentro de residências particulares foram proibidos, o trabalho de negros em casas comerciais, a circulação livre pelo centro da cidade, entre outras práticas, também. No discurso,

(...) as autoridades municipais visavam, com essas restrições legais, manter a normalidade evitando distúrbios e acontecimentos ofensivos à moral pública, bem como disciplinar e convergir a atuação dos cativos somente à esfera da produção, anulando os desperdícios de tempo. Esse último tipo de preocupação se acentuou nas décadas finais da escravidão, na medida em que as relações escravistas não mais se sustentavam, sendo necessário um controle mais assíduo sobre a classe trabalhadora como um todo. (PENA, 1988:90)

O incentivo da imigração aconteceu, nessa tese, para suprir a ausência da mão de obra, direcionada aos serviços da milícia e ao mate (OLIVEIRA 2000:88; SANTOS, 2001:45), para agricultura de abastecimento, construção de estradas e ferrovias e ocupação de territórios. De 1829 a 1919 foram fundados 75 núcleos coloniais de imigrantes por todo o Paraná (BALHANA, 2003:24), apenas durante a *grande imigração* foram 99.270 imigrantes que se estabeleceram no estado.

Mas à necessidade de importar trabalhadores “morigerados e laboriosos”, justificada como solução econômica, foi articulada a imagem de que os imigrantes brancos e de procedência europeia seriam o fator redentor dos “vícios de origem” e consequências da escravidão. Conforme Pena (1988:85), “(...) uma vasta gama de libertos emancipados, que se consolidava nesta segunda metade do século XIX, assustava os gabinetes do Império pela possibilidade da “desordem””, ameaça para a qual se impôs a imagem disciplinadora do trabalho livre em seus diversos aspectos: “o trabalhador europeu – além de seus dotes físicos e culturais de “branqueamento” – se constituía como um agente exemplar de disciplina para o “progresso”” (1988:85).

Existiram conflitos constantes entre nacionais e imigrantes, imigrantes e imigrantes, incluindo também a segunda geração destes estabelecidos nas colônias, quando os filhos migravam à cidade procurando outras ocupações no meio urbano – criadagem, artesanatos, aprendizes de algum outro ofício. “Nesta situação, numa comparação pouco usual, criadas polonesas labutavam cotidianamente ao lado de escravas no ofício doméstico” (PENA, 1988:88).

O caso de João Polaco, a partir do qual foram desenvolvidos os argumentos de Pena, foi visto num processo criminal de acusação de João pelo esfaqueamento de José Lourenço de Moraes, brasileiro que em consequência disso faleceu. O pai de

João, o polonês Jan Ciesielski, e seu então empregador, o alemão Augusto Gherat, os escravos Feliciano e Joanna, presentes ocasionalmente na cena do crime, as alemãs Anna e Ursulina Mathias, que haviam frequentado os mesmos bailes *sumpfs*, foram as testemunhas recrutadas para o caso. Ao fim, João Polaco foi condenado a oito anos de prisão, sendo solto apenas depois de nove, em 1889, perdoado por decreto do Imperador.

Os *sumpfs* eram os bailes, como chamados pelos alemães, que atraíam tanto imigrantes como escravos e libertos. Divertimento popular, ao qual a atenção das polícias frequentemente se dedicava, foi limitado até o horário da meia noite, a fim de evitar o prolongamento das bebedeiras, possíveis brigas e conflitos, além das prováveis consequências ao dia posterior – dia de trabalho. “Além disso os “sumpfs” subvertiam a própria imagem do imigrante “reto” e “laborioso”. Neles, ao contrário, os estrangeiros se despojavam das preocupações diárias pela sobrevivência, vivendo intensamente a diversão e se integrando, à sua maneira, aos brasileiros semelhantes à sua condição” (PENA, 1988:100).

O trabalho dos criados em meio urbano também seria alvo de algumas delimitações rígidas da atividade, a fim de disciplinar o cotidiano. O uso das fontes de água públicas e a circulação por essas praças e espaços públicos foi alvo de um abaixo-assinado em 1881, dirigido ao chefe de polícia e publicado no periódico local Dezenove de Dezembro,

Pedimos ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de polícia providências no sentido de evitar o ajuntamento de criadas estrangeiras, (com especialidades as polacas), nas esquinas, chafarizes, e etc., visto que as mesmas, contando com a valiosa proteção de Santo Antônio, dirigem insultos aos transeuntes e proferem palavras obscenas em altas vozes. Esperamos que S. Excia. Tomando na devida consideração o que acabamos de expor, dê as providências que julgar necessárias, recomendando a Santo Antônio que não faça tantos milagres.³⁰

³⁰ Dezenove de Dezembro, 19 de fevereiro de 1881, em PENA, 1988:101.

Os imigrantes eram a personificação de um projeto nacional de progresso e civilidade, e a base para isso era o pensamento racial de uma elite nacional em que “o determinante crucial de sua aceitação e integração no mundo do grupo dominante era a cor da pele” (SPITZER, 2008:123). O embranquecimento constituía um processo de assimilação das “raças inferiores”, uma gradual mudança física que levaria também a uma cultura “superior”.

O projeto no qual haviam sido equalizados não permitia aos imigrantes alguma autoria, se não como genericamente “estrangeiros”. Essas identidades, de certa forma genéricas, evitavam a diferenciação étnica (a imigração de povos orientais foi tardia e constantemente acompanhada pela preocupação assimilacionista. A de sírios e libaneses, por ex., começou apenas a partir de 1890, de japoneses no século XX). Esse pressuposto manteve a tensão entre o discurso sobre a imigração como fenômeno desejável aos interesses da nação e a concreta existência dos imigrantes como seres de culturas distintas. Mesmo que fosse concebível que os imigrantes mantivessem algumas práticas culturais ou o seu idioma, seria muito raro que ocupassem posições distantes no espaço social, uma vez que este não possa ser reduzido às interações diretas e individuais (BOURDIEU, 2007:134).

A migração e a formação de nações latino-americanas são processos inseparáveis, o desenvolvimento político regional desses países esteve de forma geral atrelado às correntes migratórias globais (FOOTE, 2014:281). A América Latina recebeu 11 milhões de indivíduos entre os anos de 1824-1924, sendo que 50% deles estabeleceram-se na Argentina e 36% no Brasil (COMPAGNON, 2014:54). Civilizar e branquear eram ideais muito marcados nesses dois países. Também nas políticas imigratórias argentinas, era prioridade fazer dos imigrantes “nacionais” e focar no processo educativo capaz de integrá-los. Conforme Zeballos, ministro das Relações Exteriores e do Culto,

O congresso deve estar prevenido e adotar todas as medidas adequadas para pôr em obra estas duas propostas: atrair para a nossa pátria todos os habitantes do mundo que desejem viver aqui e inculcar no coração dos estrangeiros o sentimento de nossa nacionalidade (ZEBELLO, 1887, *apud* COMPAGNON, 2014:56)

Ao imigrado, compreender esse aspecto de sua experiência poderia ser importante ao seu destino. Por exemplo, a carta de Fontana à Taunay foi a única publicação de sua autoria em espanhol, as publicações seguintes foram feitas exclusivamente em português. A persistência no idioma de origem aparece em Fausto (2012:52) como uma recusa consciente ou inconsciente da integração como possibilidade. Entretanto, é válido pensar que existem outras dinâmicas presentes nos hábitos linguísticos, num jogo possível de distanciamento e aproximação entre o imigrante e seu próprio grupo ou os nacionais. Outras famílias, como a Essenfelder, mantiveram o hábito de trocar cartas apenas em alemão com determinados parentes, ou mesmo quando eram sobre assuntos mais pessoais ou mesmo sigilos comerciais. A expressão de Castaldi de “uma língua do segredo” (FAUSTO, 2012:56) parece nesses casos muito possível, não a toa que na década de 1930 a unidade linguística teria assumido um importante lugar político na campanha de nacionalização do Estado Novo.

Fontana migrou ao Brasil sozinho, logo, a manutenção ou não do idioma não parece ter sido importante para aproximá-lo de outros familiares ou de um grupo étnico em suas relações cotidianas. Também não encontramos fontes de um real envolvimento em associações étnicas, além da *Sociedade Italiana Dimitio Scorso Giuseppe Garibaldi*, fundada em 1883. Mas mesmo nessa, não há conhecimento de qualquer participação efetiva ou atividades exercidas lá. Seyferth (1981:213) menciona a tendência à interação como a característica mais relevante de um grupo étnico, e à revelia do projeto nacional, os grupos formados na região de Curitiba e seu entorno se organizavam em sociedades beneficentes e outras associações de caráter fundamentalmente étnico.

Se o espanhol foi trocado pelo português nas publicações de Fontana, não foi, entretanto, descartado de suas relações comerciais, afinal, o conhecimento desse idioma, junto ao conhecimento técnico adquirido, foram importantes ao desenvolvimento de seus engenhos pela possibilidade de negociar diretamente com as casas comerciais do rio da Prata. Considerando a transitoriedade de Fontana nesses

territórios, registrada numerosas vezes nos periódicos locais³¹, esse foi um aspecto significativo ao qual atribuímos a eficácia do capital de mobilidade como propriedade atuante. Quanto ao conhecimento técnico, fundou o Sistema Fontana de produção, composto por máquinas de sua invenção, mas antes disso, vejamos como o *fechamento* ocorria na burguesia ervateira primeiro pela instituição do parentesco.

Westphalen (1974) produziu um levantamento dos ervateiros identificados em 1880, estabelecidos em Curitiba, Campo Largo, Litoral e dispersos em outros lugares, como Ponta Grossa, Guarapuava, Lapa, etc. Entre cinquenta e um nomes, encontramos o local de nascimento de apenas trinta e cinco³², e desses apenas três são estrangeiros: Francisco Fasce Fontana (Itália), João Carvalho de Oliveira (Portugal) e Luiz Manoel Agner (Baden-Wurttemberg), todos estabelecidos em Curitiba. A listagem de Westphalen permite a interessante constatação de que cinco entre os sete ervateiros brasileiros identificados em Curitiba eram proprietários provenientes do litoral. Em Campo Largo, quatro entre nove. No litoral paranaense, todos os identificados nasceram mesmo em Morretes ou Paranaguá, e três deles haviam instalado engenhos também em Curitiba.

As famílias históricas paranaenses, tradicionais, componente ao qual Oliveira (2000) dedica maior atenção, convergiram a um modelo burguês em questão de até uma geração apenas, o que foi viabilizado pela existência de uma base financeira consolidada na preponderância de *uma lógica socioeconômica interna*, de um capital interno originado por alternativas econômicas de um contexto bastante limitado – e delimitado pelo seu próprio potencial. A erva mate foi uma alternativa incansavelmente escolhida, e as famílias históricas paranaenses foram o principal motor de sua produção. Então, insistindo no argumento de Oliveira, mesmo que a imigração tenha sido um elemento de modernização burguesa para o estado, e foi significativo o capital imigrante aplicado ao comércio local,

³¹ A saída e entrada de vapores com alguns de seus passageiros eram frequentemente divulgadas nos periódicos locais

³² A pesquisa foi feita com base na genealogia de Negrão (1926), apontamentos genealógicos de Leão (1928) e sites de genealogia quando necessário.

(...) indivíduos que não articularam bases e vínculos familiares no século XIX não conseguiriam se manter nos níveis superiores do empresariado paranaense. A permanência do empresariado seguia visíveis componentes de pertencimento às estruturas de parentesco do Paraná no fim do século XIX. (OLIVEIRA, 2000:54)

Conjuntura similar à mencionada no caso dos engenhos de 1880 pode ser reconhecida na Associação Comercial do Paraná (ACP), fundada em 1890. Vinte e oito entre trinta e nove empresários fundadores tinham vínculos de parentesco com famílias *originárias no período de colonização* (OLIVEIRA, 2000:53). E do restante, seis eram estrangeiros (quatro portugueses, um suíço e um alemão) e quatro representariam a segunda geração de imigrantes (dois catalães e dois portugueses). Tanto no contexto empresarial de alto nível, como no contexto da indústria ervateira, a imigração era uma variável relevante. Mas frente às rígidas redes de parentesco, ela parecia ser derivada da exclusão que a reprodução dos nomes de família instituiu. Estaríamos, portanto, contemplando indiretamente uma variável do parentesco, e não da inserção nesse contexto profissional, ou ambas?

Observando apenas a proporção de estrangeiros em sua composição, podemos considerar o questionamento plausível, porque é significativa a sua existência num círculo social que aparenta ser tão coeso e fechado. É preciso, entretanto, lembrar que a análise sobre uma lista de ervateiros reconhecidos e uma lista de fundadores de uma importante associação aborda apenas a possibilidade desses poucos terem seus nomes registrados nesses documentos, não a impossibilidade de existirem tantos outros estrangeiros, outros sujeitos imigrantes do comércio e da indústria, que adquiriram grande reputação e publicidade em seus segmentos. O fato da manutenção de imigrantes nos níveis superiores do empresariado paranaense poderia ser estudado a partir de cada segmento produtivo para compreender se existia, de fato, uma tendência geral.

No que diz respeito à economia ervateira, a imigração pode ter sido mais significativa em funções mais baixas da hierarquia do que na liderança da atividade. Devemos considerar o 'saber como' específico que um produto regional demanda, aspecto que sugere outro fator relevante, o da inserção restrita a esse conhecimento específico que teve como divulgação pública apenas algumas das instruções

governamentais específicas e limitadas. Em 1917, Nilo Cairo ainda expõe a extrema dificuldade de encontrar dados e informações claras sobre o cultivo e preparação da erva mate, comparando-a ao chá da China em 1830, cujos segredos se guardavam no Tibet. Em carta à Lysimaco Ferreira da Costa, dizia que “por aqui só se sabe que o do David Carneiro é melhor que o do Domingos Velloso ou vice-versa...” (MIRANDA; URBAN, 1998:20).

A pouca representatividade da imigração na burguesia ervateira demonstra uma situação diferente da que existiu no começo do século XIX, de estrangeiros participarem de uma produção muito rudimentar no litoral paranaense. Mas em outros âmbitos produtivos, a imigração pode ser entendida como uma espécie de fonte alternativa de modernização burguesa no nosso contexto, como diz Oliveira (2000:59), por imigrantes trazerem o “saber como” de experiências da terra natal, ou pela dedicação ao progresso material que os levaria a desenvolvê-lo – dependendo também das experiências que os sujeitos tiveram anteriormente.

Não exatamente nesses termos, uma pesquisa sobre a representatividade dos imigrantes em indústrias e outras atividades comerciais, foi feita por Balhana e Westphalen (1981). Compreende o século de 1829 a 1929, através dos Registros de Estrangeiros (do Arquivo Nacional), das Atas da Câmara Municipal de Curitiba, dos anúncios publicados no periódico Dezenove de Dezembro entre os anos de 1854 e 1889 e, por fim, dos registros da Junta Comercial do Paraná. Durante a década de 1850, 75% dos estabelecimentos era propriedade de luso-brasileiros, enquanto a década de 1880 aponta para um índice consideravelmente menor, 57% de proprietários luso-brasileiros. Uma constatação interessante de um contexto certamente influenciado pelas alterações demográficas da *grande imigração*. Os dados dessa pesquisa consideram ainda as diferentes imigrações nessas atividades – dos 37,25% proprietários imigrantes de firmas e empresas no período provincial, 20% eram alemães, e sua representatividade nos ramos da metalurgia, mecânica, madeireira, couros, cortumes e produção de instrumentos musicais era maior que a de todos os outros grupos. Metalurgia e mecânica são majoritariamente representadas por imigrantes (40% alemães, 20% italianos, 30% franceses, para apenas 10% de luso-brasileiros). De outra forma, alguns ramos da indústria e comércio permaneceram

praticamente como um monopólio de proprietários luso-brasileiros por mais tempo, como é o caso da produção de fumo (87,51%), dos serviços gráficos, produção de papel e papelão (73,91%), da indústria química (87,50%) e, enfim, do beneficiamento de erva mate (85,72%). Esta correspondia em fatias iguais à propriedade de italianos e alemães, ambos com 7,14%.

A realidade foi significativamente diferente na conjuntura posterior a 1880, quando, através também das iniciativas privadas de colonização, os incentivos à imigração produziram uma ocupação mais rápida das terras e um fluxo maior de estrangeiros, principalmente eslavos. Para esse período, as estatísticas sobre a participação no comércio e na indústria foram produzidas por Balhana e Westphalen com base apenas nos arquivos da Junta Comercial do Paraná. A concentração dos registros de firmas acontece durante a década de 1920, mas, ainda assim, é notável a tendência à equivalência dos pedidos de abertura de empresa entre alemães e luso-brasileiros logo em 1900. Nesse período os brasileiros se tornam em muitos municípios o grupo minoritário nos pedidos de abertura de empresa (BALHANA, 1981:431).

Acontece um movimento interessante quando a baixa de pedidos de luso-brasileiros em Curitiba é simultânea à preferência dos alemães (69,7%) e dos italianos (60%) em abrirem empresas nessa localidade. Os brasileiros tinham um interesse pulverizado por outras cidades (chegando a 43,6% na capital apenas). Os eslavos, como maioria populacional frente às outras imigrações, abriram empresas em vários municípios dispersos pelo interior, seguindo algumas vezes o estabelecimento dos núcleos coloniais (a preferência por Curitiba aconteceu apenas em 38,3% dos casos).

Voltando ao beneficiamento de erva mate, o panorama de 1890 a 1929 parece diluir um pouco a predominância luso-brasileira nessa atividade tal como existia na conjuntura anterior, tendo uma baixa para 69% das firmas registradas. Os alemães ficam em segunda posição, com 10,8%, seguidos pelos italianos, 8,1%; eslavos, 6,4%; sírio-libaneses, 3%; outros grupos, 2,3%. Podemos notar uma relativa abertura aos imigrantes, se compararmos com o período precedente, considerando um tempo de análise mais amplo. Entretanto, a persistente predominância de luso-brasileiros/brasileiros nesse ramo de atividade perde apenas para a fabricação de pólvora, sendo,

portanto, a segunda mais significativa em questão de continuidade e manutenção deste grupo.

Propomos que o fato de ser um produto regional é um dos fatores dessa espécie de fechamento da indústria ervateira, mas a preponderância de capitais iniciais brasileiros até 1929 (78,2%) nessa atividade condiz com o seu desenvolvimento articulado aos comércios anteriores desenvolvidos por famílias tradicionais paranaenses, em conformidade com o argumento de Oliveira (2000). Fontana é um caso estatisticamente atípico, mais ainda porque os italianos imigrados à Curitiba não se apresentam em média como portadores de capitais mais elevados³³ (BALHANA, WESTPHALEN, 1981:447). Nesse sentido, coincidência ou não, necessidade ou não, o único estrangeiro a estar presente tanto na listagem dos ervateiros em 1880, e na história da ACP teve seu destino atrelado ao de uma conhecida família estabelecida em Curitiba.

3. O FONTANA, LÁ DA GLÓRIA

3.1 As dimensões do parentesco

A presente relação/ D'aquelles que em condição/Se achão para casar./ Eu creio, há de agradar/ (Por ser acção muy louvável)/ Ao chic sexo amável;/ Indo em forma de edital/ Os /leões da Capital/ pois temos/ Arouca, Abreu e Negrão/ Jango, Marques, o Francinha,/Juca Pombo, Zé Carvalho/ Víctor Gandra e Pernetinha/ Tem o Manéco d'Andrade/ Juca Ribas, o nho Quinco/ Theolindo e Suplici;-/ Só d'uma casa estes cinco./ Tem Iphigenio Ventura, Zé Brava, o Arthur Doria/ Manoel Claudio, Jango Luz,/ E Fontana, lá da Glória. [...] Aqui precisamos tomar algum folego, porque isto não vae a matar. É só para os moer. E depois não quero que as minhas caras leitoras façam a escolha com a relação toda desenrolada. Vão com paciência folheando como quando escolhem chita nos livros das lojas³⁴

³³ Não foi possível obter o registro das firmas de Fontana na JCP, cujo acervo histórico foi gravemente comprometido nas últimas décadas. Não pudemos, portanto, saber qual o capital inicial da empresa, tampouco obtivemos registros exatos sobre a sua composição. O mesmo aconteceu quando procuramos registros das fábricas de beneficiamento de erva mate pertencentes a alemães

³⁴ Gazeta Paranaense, 26 de abril de 1882, p.3

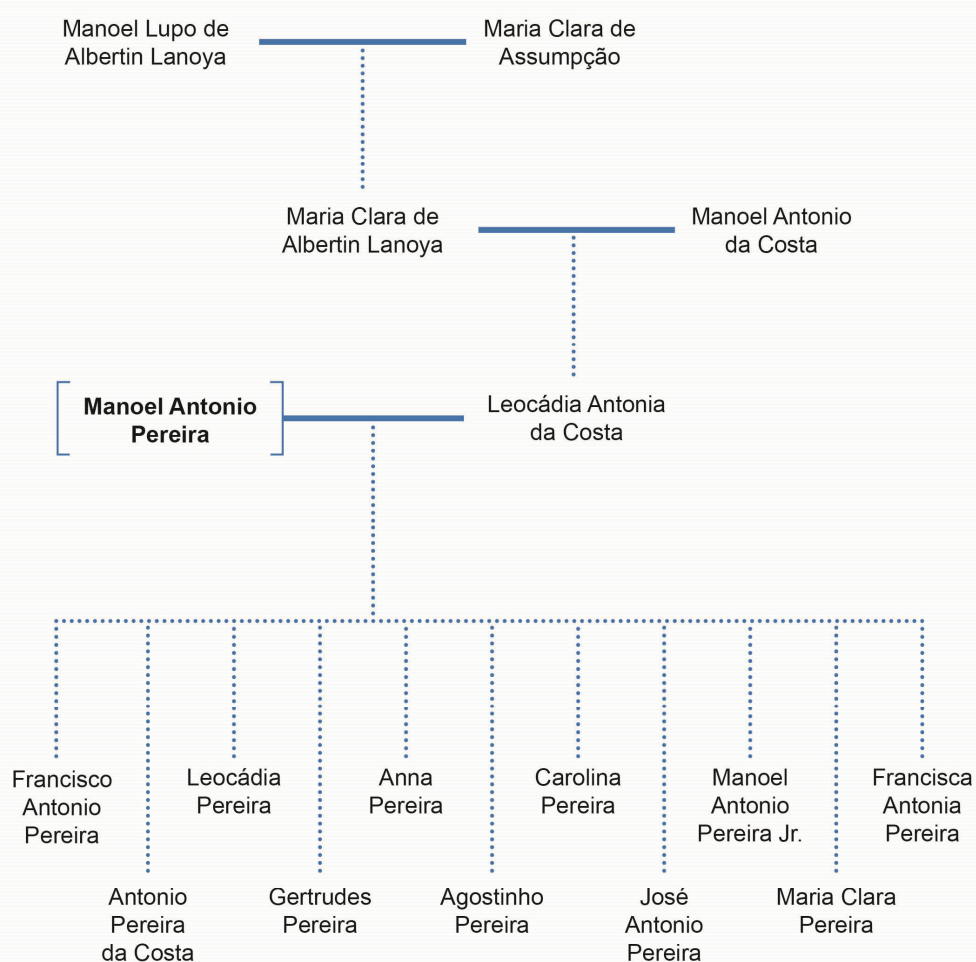
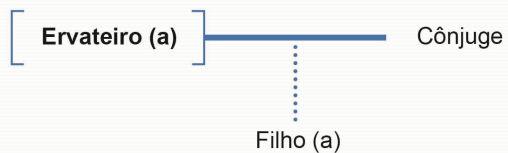
Esse levantamento, publicado pelo pseudônimo *Toco de Grauna*, aconteceu poucos meses antes do anúncio do casamento de Fontana num oratório particular com Maria das Dores Leão³⁵, segunda entre seis filhos do desembargador Agostinho Ermelino de Leão e de Maria Bárbara Correia.

Fontana havia entrado numa família cujas raízes no Brasil remontam a metade do Século XVIII. Se um matrimônio ganha sentido apenas em relação ao “conjunto de matrimônios possíveis” (BOURDIEU, 2002:112), a observação de serem majoritários, nesse caso, os vínculos entre famílias tradicionais e locais, bastante próximas, perante os casamentos com imigrantes, novamente nos colocam de acordo com a tese de Oliveira (2000), como podemos observar retrocedendo algumas gerações (ÁRVORE GENEALÓGICA 1).

Manoel Antônio Pereira chegou de Ribeiros (Portugal), desembarcando em Paranaguá aos treze anos de idade. Leão (1928) elenca várias atividades e cargos que ele assumiu, como o de prefeito de Paranaguá em 1833 (o que equivaleria a delegado de polícia), e ainda o último capitão-mor, além de ter desenvolvido atividades garimpeiras. Manoel se casou com Leocádia Antônia da Costa, filha do Sargento Manoel Antônio da Costa e de Maria Clara de Albertin Lanoya. O sargento também havia chegado de Portugal ainda no século XVIII, mas na metade deste. Maria Clara era filha de Manoel Lupo (Lobo) de Albertin Lanoya, descendente do Duque de Lanoy, de Flandres, família sobre a qual paira diversas versões míticas de sua vinda ao Brasil depois de uma suposta expulsão por Carlos V da Espanha. A mãe de Maria Clara era Maria Clara de Assumpção, sobre a qual não temos informação.

³⁵ Gazeta Paranaense, 16 de setembro de 1882, p.4

Legenda



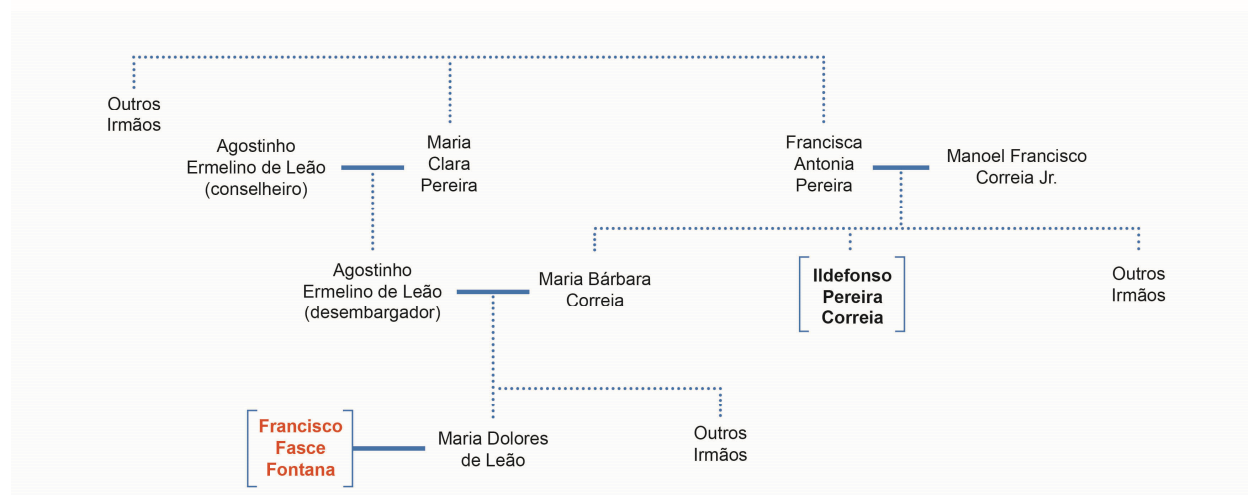
Manoel Antônio Pereira, de Portugal, e Leocádia Antônia da Costa, filha de português e neta de espanhol, tiveram onze filhos. Foi esse o tronco das famílias Pereira, Pereira Alves, Pereira Costa e Pereira Correia (LEÃO, 1928:1191). Os filhos eram (elencados aleatoriamente):

1. Francisco Antônio Pereira
2. Antônio Pereira da Costa
3. Leocádia Pereira
4. Gertrudes Pereira
5. Anna Pereira
6. Agostinho Pereira
7. Carolina Pereira
8. José Antônio Pereira
9. Manoel Antônio Pereira Junior
- 10. Maria Clara Pereira**
- 11. Francisca Pereira**

Francisca Pereira casou-se com Manoel Francisco Correia Junior, o Moço, conhecido assim por ser filho homônimo do tenente-coronel. Ele descreveu o seu casamento de forma sucinta, como se Francisca fosse por ele recebida como heroína ou vítima, ao se casar aos quinze anos (LEÃO, 1928:1199). A aparência é de uma união acordada por terceiros. Francisca e Manoel tiveram dez filhos, entre os quais, dois são especialmente importantes à nossa história: Ildefonso Pereira Correia e Maria Bárbara Correia. Aquele, conhecido no início deste capítulo, futuro Barão do Serro Azul. Esta, casada com o desembargador Agostinho Ermelino de Leão. Chegamos, portanto, aos pais de Maria das Dores Leão, que estava se casando com Fontana quando começamos este tópico.

Mencionamos antes que Agostinho Ermelino de Leão era filho do conselheiro homônimo e Maria Clara Pereira – como pudemos ver agora, irmã de Francisca Pereira. Logo, Ildefonso Pereira Correia era cunhado e primo do desembargador Agostinho Ermelino de Leão e tio de Maria das Dores, que se tornaria esposa de

Fontana (ÁRVORE GENEALÓGICA 2). Essa situação fica ainda mais interessante na próxima geração (vide capítulo *Francisco Fasce e Francisco Fido*).



ÁRVORE GENEALÓGICA 2 Fonte: MICHELIN; STOLLMEIER, 2016

O conselheiro Agostinho Ermelino de Leão era filho de Miguel José Bernardino de Leão, inspetor da Alfândega da Bahia, e Maria da Espectação Alvares de Leão, descendente de Diogo Álvares o Caramuru. A origem da família Leão no Paraná é identificada como uma ramificação de descendentes dos espanhóis Ponce de Leon, emigrados para a América no século XVII (LEÃO, 1928:1149). Seriam três ramos familiares, os Leões (Bahia e Paraná), os Brandões (em Minas Gerais) e os Ponces (no Mato Grosso).

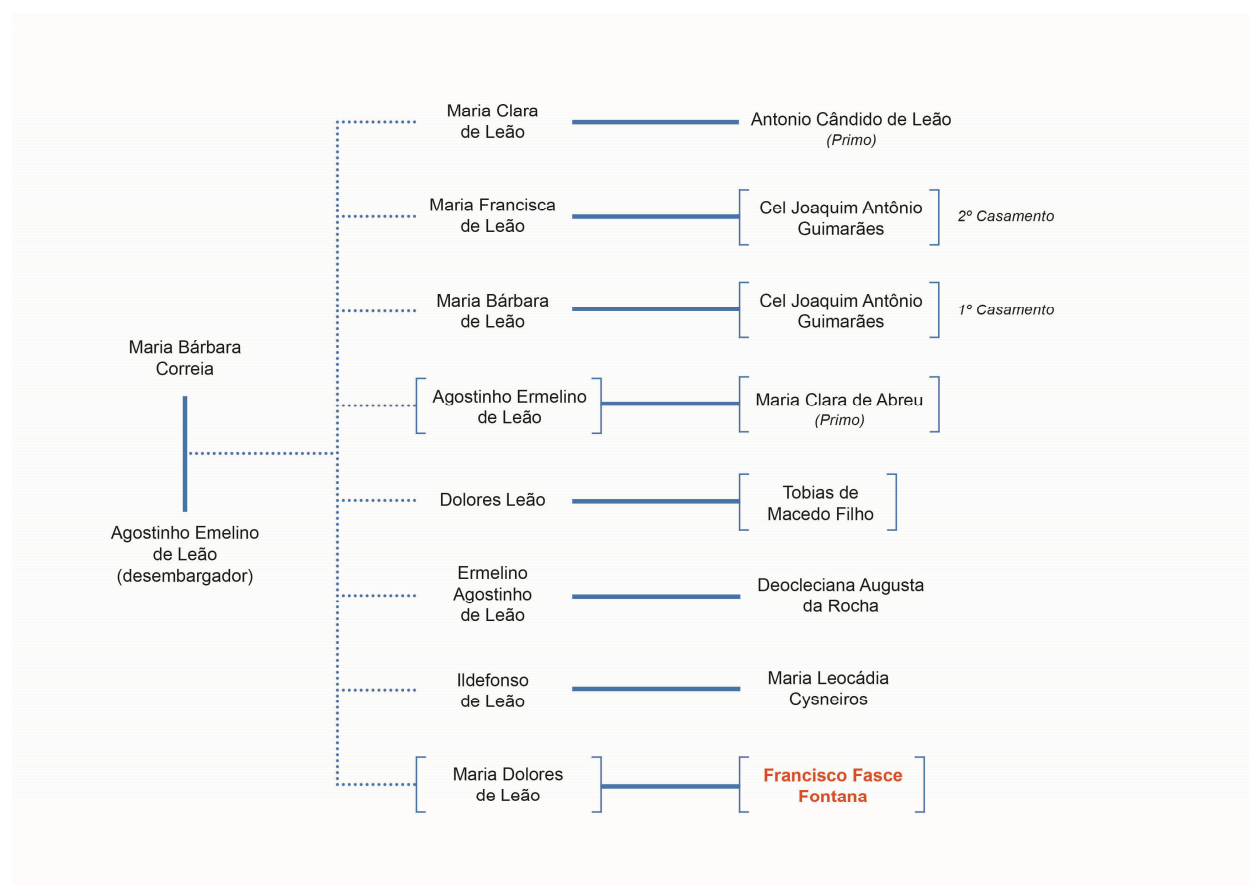
Agostinho Ermelino, filho único do homônimo conselheiro e de Maria Clara Pereira de Leão, formado em ciências jurídicas e sociais, foi juiz municipal em Olinda e juiz de direito em Curitiba (de 1865 a 1886) e outros municípios do Rio Grande do Sul. Governou a província por quatro vezes, foi chefe de polícia e vice-presidente do Paraná

(LEÃO, 1928:28). Participou da comissão formada para a recepção de D. Pedro II, em 1880 (ALVES, 2015:176) e, depois de exercer a magistratura por tantos anos, foi promovido a Desembargador da Relação da Bahia, onde chegou a ser vice-presidente. Algumas complicações de saúde mudaram seu destino, sendo movido a São Paulo, e depois do golpe que depôs Américo Brasiliense voltou à Curitiba (LEÃO, 1928:29). Manteve relações muito próximas com Fontana, incluindo projetos profissionais, numa companhia de seguros.

Nesse período, o matrimônio também funcionava como um “veículo assimilacionista” (SPITZER, 2001:124) no caso das uniões inter-raciais, e fez-se importante estratégia na mudança de representação de negros libertos que, através dele, “embranqueceram”: “‘clarear o casamento’ era uma estratégia lógica para obter mais prestígio e ascensão sociais” (SPITZER, 2001:124) frente aos estigmas da negritude. No caso dos imigrantes, os casamentos interétnicos, mesmo que sejam comumente explicados pelas motivações subjetivas (como a paixão) (BÔAS, MONSMA, TRUZZI: 2004), também dizem respeito a estratégias e provocam problemáticas relacionadas à identidade étnica, à coesão e manutenção dos grupos coloniais, e ao enfrentamento entre projetos coletivos e individuais discordantes tendo a família como socializadora dos membros de uma comunidade étnica (SEYFERTH, 1994:17). Os imigrantes casados com nacionais poderiam ter as práticas cotidianas modificadas desse contexto, portanto, as escolhas matrimoniais podem conter certas estratégias (conscientes ou inconscientes), e, com isso, outras motivações são plausíveis.

Na primeira geração, os que se casaram com pessoas de outras etnias, especialmente os que se casaram com brasileiros ou brasileiras, foram os pioneiros da integração italiana no Brasil. No convívio cotidiano, os italianos com cônjuges brasileiros necessariamente ganhavam certa fluência na língua e na cultura do novo país. Devido à tendência à patrilocalidade, a integração deve ter sido mais completa, em geral, para as mulheres italianas casadas com brasileiros. Os italianos e italianas que se casaram com espanhóis, portugueses ou austríacos sem dúvida produziam novas misturas culturais dentro do pequeno sistema de entendimentos e rotinas que qualquer casal constrói. Mas mesmo nesses casamentos mistos entre europeus, o português e a cultura brasileira (ou caipira) constituíam um fundo comum de conhecimento social que os cônjuges precisavam usar para se entenderem (Berger & Luckmann 1966, pp. 41-6). Mais tarde, com o crescimento dos filhos, a tendência para o abasileiramento da vida cotidiana dessas famílias deve ter aumentado. (BÔAS, MONSMA, TRUZZI, 2004:22)

A entrada de Fontana nas famílias Correia e Leão parecia uma exceção neste grupo familiar específico. Pelas alianças matrimoniais representarem não apenas estratégias econômicas importantes, mas também diferenciações simbólicas e manutenção de posições de prestígio, consideramos a relevância da reprodutibilidade dos capitais que pudessem garantir a manutenção desses fundamentos e práticas numa unidade familiar. Apesar de não termos fontes que afirmem a posse de um capital econômico muito grande de Fontana quando ele imigra, como veremos na formação de sua fábrica no tópico seguinte, os fundamentos e as práticas da unidade familiar em questão estariam talvez suficientemente garantidos pelo que consideramos ser em parte atuação do capital cultural, em parte pelo capital simbólico e de mobilidade adquiridos (ÁRVORE GENEALÓGICA 3).



Podemos notar na Árvore Genealógica 3, que as filhas de Maria Bárbara Correia e Agostinho Ermelino de Leão casaram com ervateiros, ou pessoas ligadas às atividades ervateiras, também descendentes de famílias tradicionais paranaenses ou com familiares próximos (primo). Os filhos também se casaram com descendentes de famílias estabelecidas há pelo menos um século no Brasil. Maria Dolores Leão manteve o padrão familiar de casar-se com um ervateiro, mas era, nessa família, o único estrangeiro. Como em Oliveira,

O sucesso dos imigrantes relacionava-se à rapidez e velocidade com que se adaptavam à sociedade e à cultura tradicional brasileira. Os mais dinâmicos eram ressocializados e aprendiam a conviver com a língua e com a atmosfera social, econômica, política e cultural dominante (2000:113)

Verificamos que Fontana estava inserido num ramo industrial relevante à província e relativamente fechado, que permaneceu essencialmente luso-brasileiro. As associações políticas da burguesia ervateira permitiam a manutenção efetiva de sua representatividade nos negócios da província, ainda que existissem rupturas e grupos antagônicos em questões de extrema pertinência, como a abolição do trabalho escravo. Verificamos também como o ofício de ervateiro conferia um status, ainda que a erva fosse um produto pouco valorizado que não remetesse ao progresso, a atividade de industrial, num contexto de valorização discursiva do trabalho, era (KARVAT, 1998).

A pesquisa de um caso não é suficiente para afirmar a exclusividade do parentesco em outras relações como um mecanismo prioritário de um processo de fechamento, no sentido de ser o parentesco uma variável que pese mais do que o fato de se ser um estrangeiro, em outras experiências de Fontana. É possível, entretanto, identificar a partir dos registros publicados nos periódicos locais, como se constituíram algumas relações, que nos fazem sugerir ser o parentesco um entre os impedimentos relativos à burguesia ervateira, quando existiam outros dentro e fora desse círculo.

Outro mecanismo de fechamento existe quando consideramos que não eram ainda todas as imigrações incentivadas (como o caso dos chineses) e que uns dos argumentos a isso eram o da facilidade de adaptação e do desenvolvimento da civilidade, diversas vezes citado aqui. O imigrante redentor, “uma espécie de messias da disciplina e do bom comportamento que viria para salvar a penúria uma província” (PENA, 1988:83), foi uma imagem criada em oposição aos “escravos despersonalizados”, contra a qual se impôs, alguns anos mais tarde, a verdadeira convivência com os imigrantes reais, nem todos tão dispostos a corresponder a um ideal histórico. Sendo esse negado de forma recorrente, porque as experiências imigrantes são potencialmente múltiplas, restou manter o ideal *laborioso* o quanto fosse possível, em síntese, a partir da contínua exigência dos comportamentos exemplares.

3.2 As dimensões do espaço social

Quando Fontana imigrou, Curitiba já era considerada diferente das vilas rurais nas dicotômicas diretrizes dos Códigos de Posturas que, desde 1829, insistiam em separá-la diametralmente do “campo”, através da organização dos espaços, da vegetação e dos animais. O primeiro engenho de erva mate em Curitiba foi fundado em 1832, então já fazia quase cinquenta anos desse empreendimento de José Inácio Loyola e Fidelis da Silva Carrão. Esse e os engenhos seguintes eram ainda hidráulicos e ostentavam a “domesticação” dos rios da planície em terrenos alagáveis e banhados, uma problemática sempre presente na redefinição dos espaços urbanos curitibanos.

Na metade do século XIX, para atravessar Curitiba era necessário percorrer sete ou dez quadras apenas. Podemos compreender suas dimensões e um pouco de sua distribuição espacial neste contexto a partir de um mapa feito em 1857³⁶. Seguindo o

³⁶ O mais antigo que conseguimos em consulta ao acervo da Casa da Memória

caminho de Castro, direção norte, ao se deparar com uma bifurcação já distraidamente se passou a *rua da entrada* – já se via então o centro de Curitiba, a rua do comércio, a rua da Assembleia, a rua das flores. Três quadras para a praça principal, e depois dela, apenas mais quatro para a Estrada da Marinha, escapando sem demora da cidade e suas regras (MAPA 1).



MAPA 1 O caminho de Castro e a Estrada da Marinha são as linhas mais marcadas e sugerem os principais meios de chegada e partida - chegadas e partidas incontáveis até o final do séc. XIX. Fonte: Casa da Memória (FCC)

Dois cemitérios quase proporcionalmente maiores que toda a capital da província do Paraná surpreendem nessa figura³⁷. O Cemitério Alemão, a primeira vista, faz estranhar a uma vila lusitana, a Vila da Nossa Senhora dos Pinheirais originada em 1693. Quanta mudança poderia ter ocorrido em menos de dois séculos a uma cidade que nesse tempo, contando generosamente, mal alcançou 40 quadras (FOTO 3)? Em termos demográficos, Guimarães (1993:164) contabiliza 6791 habitantes em Curitiba. Entre eles, 4624 eram considerados “brancos”, 1293 “mulatos” e 874 “negros”, sendo 578 escravos. Os imigrantes serão contados pela Paróquia apenas em 1872, após a criação de algumas colônias próximas.

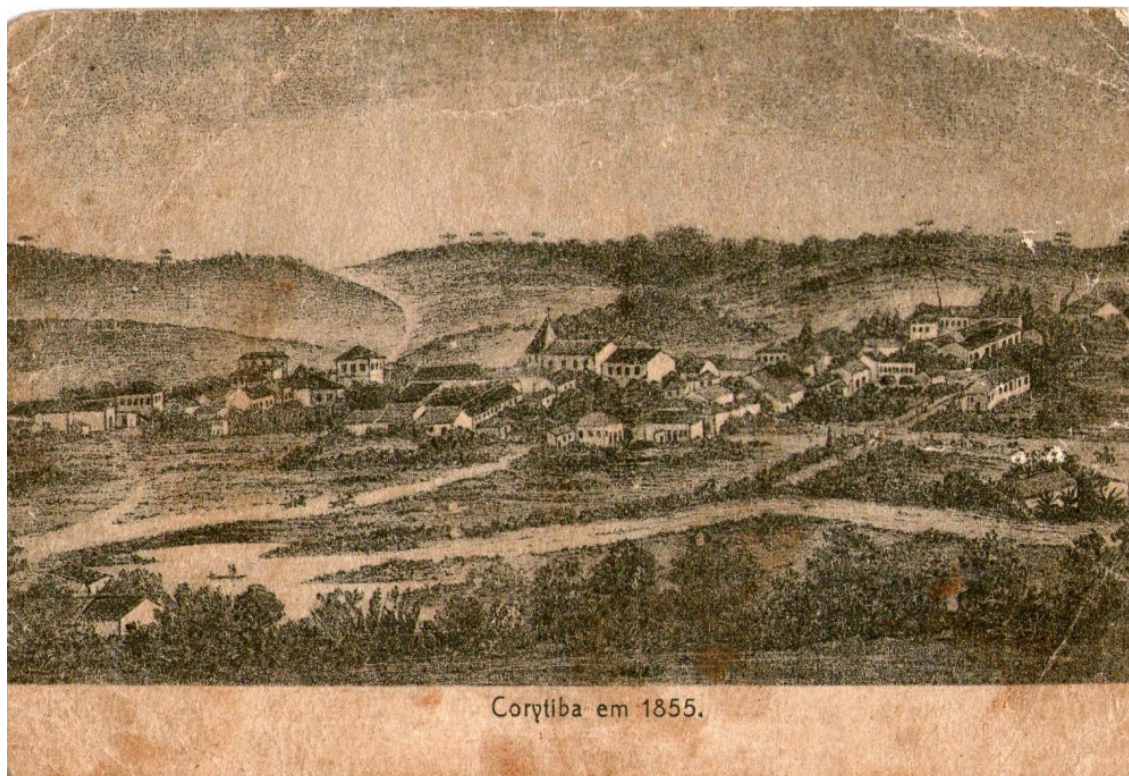


FOTO 3 O mesmo contexto em outro ângulo: Paisagem de Curitiba em 1855, dois anos após o desmembramento do Paraná da Província de São Paulo Fonte: www.curitibaantiga.com.br

³⁷ A história dos cemitérios e da conformação da cidade surpreendem sempre, aliás. Clarissa Grassi analisa a correlação entre a organização cemiterial e a urbana em Curitiba, desenvolvendo a pesquisa “Cidade dos Mortos, necrópole dos vivos: a Curitiba do cemitério municipal São Francisco de Paula” na pós-graduação em Sociologia da UFPR

A primeira colônia de imigração alemã próxima a Curitiba tardaria até 1860. O Cemitério Allemão, entretanto, já possuía em 1850 a sua própria associação, o que se explica pelas 20 famílias alemãs que, no dia 6 de fevereiro de 1829 passaram a ocupar terras no município de Rio Negro (FUGMANN, 2010:31). Um segundo grupo, composto por mais 31 famílias, chegaria entre os meses de julho e setembro do mesmo ano. Seus descendentes, conforme apontado por Fugmann (2010:33) seriam chamados de *alemães antigos*, enquanto os alemães provindos de Dona Francisca, colônia fundada pela Sociedade de Colonização Hamburguesa, que migraram novamente nos anos de 1854-59, eram identificados como mais ‘enraizados’.

O termo “alemães antigos”, bem como “mais enraizados”, partilham características comuns do panorama observável na cidade de Curitiba – a heterogeneidade da imigração em sua origem e período, como destaca Nadalin (2009) na análise biográfica de Strobel,

Mesmo com todas essas dificuldades, o que a família Strobel sentiu, em Curitiba, parece não ter sido hostilidade – tal sensação teria passado quando deixaram a Colônia D. Francisca. Assim sendo, não cabe à nova situação deles a observação de Hobsbawm a respeito do imigrante típico, que seria “amontado com seus iguais em um lugar estranho que o havia recebido de forma fria [... voltando-se] naturalmente para o único agrupamento humano que lhe era familiar e que poderia ajudá-lo, a companhia dos seus compatriotas”. Mesmo porque muitos dos quase duzentos estrangeiros que viviam na capital do Paraná – alguns, alemães oriundos da colônia de Rio Negro, na mesma Província; outros, que continuavam a chegar de Santa Catarina –, não podiam ser considerados, naquele momento, “compatriotas”, como eram os seus companheiros da Saxônia. Com efeito, os primeiros, porque originários do Moselle e relativamente integrados à sociedade curitibana desde os anos de 1830; os outros, porque eram oriundos de lugares muito distintos, tais como a Pomerânia e outras regiões da Prússia, do Schleswig-Holstein, do Hanover, de Schaffhausen (no norte da Suíça) e assim por diante. Além de tudo, esses “remigrantes” estavam em grande maioria se instalando no extremo oposto da cidade, no norte, em lotes de terreno especialmente destinados a eles pelas autoridades provinciais. (NADALIN, 2009:188)

De acordo com Fugmann, o primeiro alemão a morar em Curitiba no século XIX foi Michel Mueller (1833), que no mesmo ano instalou uma ferraria e casou com Anna Krantz. Em 1836 vieram as famílias Krantz e Ploetz, em 1838, a Pichete e a Stresser. Em 1848, a família Schleder recebeu terras da Câmara. O primeiro alemão a se dedicar só a lavoura na cidade foi o Michel Mayer, o “Buddelmayer”, em 1853, sendo também o

primeiro a cultivar centeio. Karl Köllner e família, August Stellfeld (o farmacêutico falecido em 1894) e Johann Prohmann se estabeleceram na mesma época (FUGMANN, 2010:32).

Não apenas no território paranaense chegaram primeiro os emigrados do que atualmente é a nação germânica. Em 1818, já haviam se instalado em Ilhéus (Bahia), em 1819, suíços alemães mudaram-se para Nova Friburgo (Rio de Janeiro). As colônias no Sul do Brasil não tardaram, o Rio Grande do Sul teve suas primeiras em 1824 (São Leopoldo) e 1828 (Três Forquilhas e Torres), e até o final da década de 1820 já havia mais de 5000 alemães no território gaúcho (IOTTI, 2001:22). Em 1829, foi fundada em Santa Catarina a colônia São Pedro de Alcântara, coincidindo com a data da colônia de Rio Negro, em território definido mais tarde como pertencente à Província do Paraná (BALHANA, 2003:133)³⁸.

Em 1830, a Lei do Orçamento³⁹ suspendeu recursos públicos destinados à colonização estrangeira, e pouco depois⁴⁰ os governos provinciais assumiram a competência da promoção e estabelecimento de colônias colaborando com o poder central (IOTTI, 2001:93). Continuaram sendo criadas as colônias, portanto, com financiamento público, mas essa política não parece ter sido um consenso em todas as províncias⁴¹.

Quase dez anos depois do Ato Adicional, em 1842, a defesa da imigração para adquirir mão de obra às fazendas cafeeiras lançava mão de propostas diferentes como a exclusão de outros mecanismos de posse de terra, restando aos estrangeiros apenas a compra para a qual se obrigariam a trabalhar nos cafezais. A Lei das terras de 1850 reforçou a compra como única possibilidade de título de posse. Esse posicionamento forçava o processo que já existia desde a década de 1830, afinal, na lei de 12 de setembro, já se falava do aluguel de serviços aos grandes proprietários como forma de acumular recursos principalmente para aquisição da terra. Desses dados Balhana

³⁸ BALHANA, ALTIVA PILATTI. Política Imigratória no Brasil Meridional, 1987. In. BALHANA, Altiva Pilatti. Un Mazzolino di Fiori. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003

³⁹ Lei de 15 de dezembro de 1830

⁴⁰ Ato Adicional de 1834

⁴¹ Enquanto investimento imperial, as colônias diminuíram significativamente na década de 1840-1850, quando 67% das delas eram particulares (IOTTI, 2001:24).

(2003) conclui que existiam no Império brasileiro “duas orientações e duas práticas migratórias”:

Uma, oficial, quando o governo ainda persiste em criar, núcleos coloniais com estrangeiros, e, outra, particular ou estimulada pelo próprio governo, que visa a obtenção de braços assalariados para o trabalho agrícola nas grandes fazendas do café. Tal atitude, a primeira vista paradoxal era, na verdade, resultante da contradição da conjuntura, ou seja, a necessidade de braços para a lavoura cafeeira em expansão e a necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência. A lei orçamentária n. 514, de 28 de outubro de 1848, reafirma a competência de colonizar por parte dos governos provinciais, e concede terras devolutas para a criação dos núcleos coloniais. Contudo, o predomínio político econômico dos latifundiários do café e a pressão por elas exercida no legislativo do Império teriam implicações na Lei de Terras de 1850, que dispunham no artigo 1º: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o da compra”. (2003:134)

A convergência desses estrangeiros às fazendas já existentes marcou a década de 1850 como parte de uma estratégia econômica nas terras paulistas, reforçada pelo fracasso de alguns núcleos coloniais estabelecidos em lugares de difícil acesso. Esse aspecto seria debatido vinte anos depois, quando Sebastião José Pereira, presidente da Província de São Paulo em 1876, defendia que “o imigrante não quer ser o povoador dos sertões, o destruidor de nossas virgens florestas (...) ele deseja terras que possam ser amanhadas pelos meios que conhece e situadas nas vizinhanças dos centros populosos, onde devem encontrar consumo ao produto da pequena lavoura” (BEIGUELMAN, 2005:90), ideia que era complementada pelo fornecimento de trabalho às grandes lavouras de forma temporária.

Embora o fracasso dos núcleos coloniais fosse muitas vezes justificável por motivos de ordem prática, como a terra inapropriada pra cultivos específicos, por ex., se fortalecia a tese de que os colonos eram pouco dispostos a trabalhar, que eram ociosos e exigentes, como aponta Beiguelman (2005:91), descrevendo o que podemos delimitar como duas tendências interpretativas do fenômeno: o reforço da valorização do núcleo colonial como reserva de braços para épocas de atividade agrícola mais intensa nas lavouras e a pessimista desvalorização do núcleo colonial (e dos imigrantes) como espaços pouco produtivos.

O Paraná, consonante ao contexto nacional, incentivava a imigração opondo o trabalho livre europeu ao trabalho escravo, enquanto a proporção de estrangeiros frente aos paranaenses aumentava consideravelmente.

Os imigrantes eram preferidos aos escravos (que deveriam ser “superados”) e mesmo aos nacionais de “classes baixas” (M. Pereira, 1996: 85-87). As imagens em torno do caráter benéfico do “imigrante trabalhador” em oposição ao escravo em vias de “desaparecimento” surgem neste momento e, em 1872, a população imigrante residindo em Curitiba já era de 1.339 indivíduos ou 11% do total. As primeiras iniciativas paranaenses para promover a imigração estabelecem como objetivo atrair uma população rural e trabalhadora (“morigerada e laboriosa”) com o objetivo de abastecer a “província” de gêneros alimentícios (...). A título de exemplo, pode-se ler no “Relatório do Presidente da Província”, ano de 1854 (p. 62), que dever-se-ia “encher de população ativa o vasto território [...] onde o europeu se depara com um clima análogo ao de país natal.” No Relatório do Presidente de 1855 (p. 21), está presente a idéia de “promover a imigração de colonos morigerados e laboriosos”, ou seja, de bons costumes e trabalhadores. Data daqui, muito provavelmente, o nascimento da associação positiva entre imigrante e trabalho. (OLIVEIRA, 2007. n.p.)

Até o fim da década de 1870 seriam aproximadamente 4000 imigrantes em núcleos coloniais próximos de Curitiba (COSTA, 1993:164). Vários territórios da província teriam seus espaços alterados com a chegada de mais 14333 imigrantes entre 1872 e 1880 (Lago, 2014:382). Parte importante das políticas públicas, a imigração foi um assunto constante tanto nos relatórios dos Presidentes da Província como nos periódicos locais.

Observa-se que o discurso do presidente Lamenha Lins, “por esse modo podemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada já aceita ao nosso clima [...] o nacional, aprenderá do colono laborioso, tudo quanto lhe for aproveitável da cultura europeia” (Apud COLODEL, 1983, p.11), estava baseado nas idéias de desejabilidade por imigrantes europeus, acreditando, assim, na sua base cultural de utilização da mão-de-obra. (KANASHIRO, 2006:157)

Entretanto, quando colônias fracassaram, essa desejabilidade foi questionada e surgiram dúvidas sobre a capacidade de adaptação dessas pessoas a novas terras. Oliveira (2007) lembra os primeiros imigrantes “alemães do Volga”, que se instalaram

em 1877 nos Campos Gerais, mas que menos da metade deles ali permaneceu. A década de 1880 manteria o incentivo à colonização através das associações de imigração, tendo sido criadas 11 apenas entre 1885-86 (OLIVEIRA, 2007). Ainda assim,

Nesta década o número de imigrantes para o estado foi de apenas 2.769 contra 12.500 na década de 1870. A preocupação com a imigração assumiu novas feições nos anos imediatamente anteriores à abolição da escravidão (1888). Disseminou-se então um sentimento de que nem todo imigrante era capaz de adaptar-se (...) de que as colônias melhor sucedidas tinham um ponto em comum: a proximidade com os núcleos urbanos, em especial Curitiba, o que modificaria um pouco a idéia inicial de colonização de todo o território do estado. (...) No Relatório de 1888, assinado pelo Presidente Miranda Ribeiro a 30 de junho (p. 26), portanto logo após a abolição da escravidão, reconhecia-se um novo papel para a imigração. Tratava-se então de “fator étnico de primeira ordem, destinada a tonificar o organismo nacional abastardo por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão”. (OLIVEIRA, 2007. n.p.)

O imigrante continuou a ser enfatizado como um elemento importante na “correção” dos vícios de origem da escravidão, e assim permaneceriam sendo estimulados os fluxos migratórios europeus, como parte de um complexo projeto nacional que se dedicava também a legislar sobre as novas condições de trabalho frente à mudança institucional da escravidão.

O “fator étnico”, entretanto, era o fator de uma cultura europeia generalizada, civilizatória, não “tão étnica assim”, o que ficou registrado mesmo nos nomes que as colônias de imigrantes receberam. Analisando as categorias toponímicas dessas colônias, ou a escolha de suas nomeações, Kanashiro observa que entre 36 delas apenas 2 continham afirmações da cultura imigrante (a Colônia Argelina, fundada em 1868, e a Novo Tyrol, de 1879). O tipo recorrente, que aparece em 29, é o de “afirmação de poder”,

Pode-se observar a predominância toponímica para ressaltar o poder local, em um momento de afirmação da nova província, desmembrada de São Paulo. Os presidentes que incentivaram o processo imigratório tiveram seus nomes no batismo das colônias planejadas: Abranches, Zacarias, Barão de Taunay, Lamenha Lins, São Venâncio, Presidente Faria e Balbino Cunha. Outra estratégia de nomeação que remete ao poder

político é de prestar homenagens a esposas de presidentes como Cândida, ou utilizar nomes de ministros como Tomaz Coelho e Alfredo Chaves, ou de políticos, no caso de Dantas e Afonso Pena. Existem casos em que engenheiros e médicos que prestavam serviço à comunidade local eram homenageados: Riviere, Antonio Rebouças e Muricy. (KANASHIRO, 2006:207)

Essa lógica de nomeação sugere que não era necessariamente a diferença cultural do imigrante privilegiada no incentivo aos fluxos migratórios, mas novamente o seu lugar num projeto amplo. A manutenção dessa imagem enfrentava, entretanto, as problemáticas da modernização urbana e o deslocamento de colonos para a capital. O espaço social e o espaço geográfico nunca são completamente coincidentes, como define Bourdieu (2007:138), mas possuem uma forte correlação, fazendo dessa problemática bastante complexa: os imigrantes trazidos como colonos e estipulados a ocupar lotes em regiões periféricas e pouco acessíveis eram a força transformadora de certos vícios da escravidão, mas não permaneciam necessariamente nesses espaços.

Desde a Colônia Argelina (fundada em 1868) até a Riviére (1877), foram 12 colônias instaladas a menos de vinte quilômetros de Curitiba. As mais próximas distavam entre três e quatro quilômetros, e eram a Santo Inácio, Pilarzinho e Argelina, todas colônias mistas. Em 1878, a colônia Senador Dantas seria fundada a dois quilômetros e, em 1880, a colônia de Santa Felicidade a seis. Estas últimas eram formadas unicamente por italianos (vicentinos, na primeira, e vênnetos na segunda).

Balhana menciona que embora o Brasil não tenha sido o destino prioritário dos italianos, foram eles que constituíram o maior contingente de imigrantes estabelecido no país. Em um século (1869-1970), a Itália viu partir de seus portos 20.830.000 de emigrantes, sendo que 9.482.000 atravessaram o oceano, escapando dos destinos europeus que atraíram grande parte desse grupo. O recorte cronológico abarca muitas emigrações diferentes – os grupos que viveram o processo do Risorgimento e mesmo os que viveram a Segunda Guerra Mundial ficam indiferenciados nos mesmos dados (BALHANA, 2003:72). Há, entretanto, algumas tendências da emigração italiana transoceânica que podem ser observadas,

Gli Stati Uniti d'America, a partire dal 1820, il Brasile, dal 1836 e l'Argentina, dal 1857 furono i principali paesi americani accoglitori dell'emigrazione transoceanica italiana. Nella Seconda metà del secolo XIX, quando aumenta il flusso emigratorio italiano, il maggior numero di immigranti parte rispettivamente per l'Argentina, il Brasile e gli Stati Uniti.

A partire dal 1898, quest'ordine di priorità cambia in favore degli Stati Uniti che passano al primo posto, seguiti dall'Argentina e dal Brasile. Nel 1920, l'Argentina torna a occupare il primo posto nella preferenza degli immigranti italiani, però con cifre sempre più piccole a causa del declino generale dell'immigrazione italiana (WILCOX, 1969:449-450) (BALHANA, 2003:72)

O Paraná não refletiu essa realidade, sendo a imigração italiana a terceira maior do estado com grande diferença perante a primeira, de escravos. Se no Brasil entraram 4.5 milhões de italianos durante a grande imigração, aproximadamente 55% se estabeleceram em São Paulo (BALHANA, 2003:72). Ainda assim, os peninsulares estavam pulverizados nesse contexto, 24 das 39 colônias paranaenses tinham italianos em sua composição (KANASHIRO, 2006:175)

Numa carta sobre a fundação da Colônia de Santa Felicidade, o padre Giuseppe Martini (1908) enfatiza que muitos italianos acabariam se deslocando para Curitiba e não voltavam às colônias, assumindo ainda uma atitude de “superioridade” frente aos colonos (p.14). Na metrópole, eles encontrariam numerosas famílias provenientes de várias regiões da península, que se estabeleceram em três regiões principais, identificadas atualmente como a região entre as ruas Silva Jardim e Sete de setembro; na região das ruas 13 de Maio e Riachuelo; em proximidade à atual praça Osório (MIO, 1956:53). É nesse contexto que Fontana chega, junto a milhares de italianos e, diferente deles, se estabelece na atual Av. João Gualberto, onde se localizava o Engenho da Glória, que ele assume.

Apesar dos colonos terem sido o principal objetivo das políticas locais, os imigrantes foram, como mencionado por Oliveira (2000:59), um recurso de modernização burguesa e urbana. Concordando com Foote (2014), o papel que tiveram para o mapeamento dos espaços nacionais pode ser igualmente notado no papel que tiveram para a urbanização, que por sua vez, “represented an important form of nation building that heralded the creation of new sites of nation power” (FOOTE, 2014:286).

O interessante é que o fenômeno urbano foi, de forma geral, um gênero de vida antes de uma realidade, ou seja, “a transformação cultural precede a industrialização, a urbanização e a modernização de fato” (BRANDÃO, 1994:91).

Segundo a autora (Maria Isaura Pereira de Queiroz), a industrialização e a urbanização trouxeram para o mundo ocidental uma transformação do gênero de vida urbano. Esse novo gênero de vida irradiou-se para o Brasil, a partir da Europa, ainda no século XIX. Segundo a autora, mesmo que o Brasil não tivesse entrado, ainda, “na senda da industrialização”, o que só ocorreria por volta de 1940, difundiu-se aqui um gênero de vida burguês ocidental, eminentemente citadino. (BRANDÃO, 1994:91).

De 1850 a 1895, a cidade em que se contavam generosamente 40 quadras, redefiniria seu tamanho em mais de 120 (MAPA 2). O crescimento de Curitiba foi potencializado pela abertura da estrada da Graciosa (1864-1872), que pode ser então carroçável, e pela conclusão da estrada de ferro (1880-1885) (FOTO 4), obras que contaram com o trabalho imigrante e o capital ervateiro (CARNEIRO, 1965).



MAPA 2 Curitiba não apenas se expandiu, mudou o perfil de alguns espaços: as praças se tornavam mais numerosas e o Passeio Público já existia, inaugurado em 1886. Fonte: Casa da Memória (FCC)

Mesmo com o pouco prestígio da erva mate, como vimos no capítulo anterior, e à revelia da opinião disseminada de que ela era responsável pelos atrasos da



FOTO 4 A Estrada de Ferro foi um importante incentivo à mudança dos engenhos para a cidade de Curitiba. Entretanto, os altos impostos mantiveram o fluxo de mercadorias pela Estrada da Graciosa nos lombos das mulas. Fonte: O Livro do Matte (s.d.)

economia dessa província, os ervateiros se envolviam em empreendimentos diretamente relacionados às ideias de “progresso” e “modernidade”, como as linhas dos bondes (FOTO 5) e a participação em exposições internacionais.

Quanto as primeiras, eram movidas por mulas desde 1887, com a companhia Carril Curitibano (os bondes elétricos demorariam ainda a chegar, em

1913). Existiam três linhas começando em localidades diferentes: uma delas na estação ferroviária em direção à praça Tiradentes, a outra na estrada do Mato Grosso, e a última no Batel. Todas terminavam na mesma localidade, na estrada da Graciosa, em frente ao Fontana. Conectavam, assim, os polos produtores de mate e a estação ferroviária, não sendo surpresa que vários de seus sócios fossem ervateiros.

A inauguração da Linha Batel foi um episódio caricato da busca pela modernização, pessoas abanavam bandeiras e faixas com dizeres sobre *o progresso, a indústria, a perseverança*, das janelas das casas situadas no caminho. Garcez (2006) narra essa comemoração e afirma que tais trajetos valorizaram significativamente os terrenos próximos a eles, principalmente as regiões nas quais os ervateiros estavam estabelecidos – não apenas com seus engenhos, mas suas casas, que em realidade ficavam muito próximos.



FOTO 5 Carregamento de barricas de erva mate. Linha de Bondes na R. Comendador Araújo, em direção à Praça Osório, 1912. Foto de Arthur Wischral. Fonte: Um Olhar para o futuro, Coleção Julia Wanderley.

Fontana se estabeleceu entre antigos engenhos de beneficiamento de mate de Curitiba, movidos pelo rio Belém. A aquisição do Engenho da Glória, o segundo instalado na cidade, em 1834, por Caetano José Munhoz, pode não ter sequer envolvido pagamento, ou seja, talvez tenha sido flexibilizada a necessidade de capital econômico para tanto. As motivações e condições em que isso ocorreu padecem de registros, a versão mais recorrente diz respeito à negociação de uma dívida que, pela firma uruguaia em que trabalhava, Fontana foi designado a cobrar da viúva Narcisa Munhoz. A dívida foi quitada com o próprio engenho, que outrora havia sido o maior concorrente do Engenho Tibagy (de Ildefonso Pereira Correia). A firma que assumiu o engenho de Munhoz, a Silva & Irmão, transferiu os terrenos à Fontana em 1887, sem explicações registradas nas fontes disponíveis até então.

Isso possibilitaria a ele uma mudança para Curitiba em condições privilegiadas – assumindo uma posição num ramo de negócios relativamente fechado, de uma embrionária burguesia industrial⁴², e que era então o motor das mudanças da capital.

⁴² A ideia de uma burguesia ervateira consta em MAGALHÃES, 1972; MAGNUS, 1990; OLIVEIRA, 2000. Neste último é apresentada uma síntese dos anteriores, situando como condição a incorporação da mão de obra assalariada

Fontana se inseriu ativamente nesse ramo produtivo, desenvolvendo um sistema de produção patenteado, e se dedicando à propaganda do mate no mercado internacional.

O desenvolvimento técnico da indústria ervateira passou por importantes estímulos, a começar por um concurso que premiaria o desenvolvedor de uma máquina que acrescentasse em mais de 30% a produção do mate⁴³ (1859:41). O ápice do reconhecimento de progresso de uma ‘proto’ indústria, se podemos chamar assim, neste ano foi justamente o fato de João Antônio Pereira Alves ter encomendado uma máquina a vapor, a ser instalada em sua fábrica em Antonina⁴⁴ (1858:37), recolhendo, portanto, o prêmio.

O processo para elaboração do produto era rudimentar: a erva moída em pilões manuais pelos escravos é depois socada em sacos de couro (surrões) e remetida para os mercados platinos. Só em 1857 o cidadão João Antônio Pereira Alves, com resultado pouco satisfatório, empregou o vapor no fabrico do mate. Logo, porém, que os inconvenientes notados no emprego do motor a vapor foram suprimidos, a indústria do mate, que servia-se do motor hidráulico, foi abandonando à proporção que, facilitado o transporte, as fábricas foram deixando a zona da marinha para funcionarem no município da capital. (Leão e Macedo, Notícia sobre a herva mate do Paraná, 1900, *apud* CARNEIRO, 1965:31)

Entre as décadas de 1850 e 1860, vários engenhos foram deslocados para a capital – a mudança tecnológica pode ser considerada um dos fatores que impulsionaram a lenta alteração da paisagem curitibana. Até a década de 1880, Newton Carneiro (1965) contaria seis engenhos movidos a vapor em Curitiba, como pode-se notar, um crescimento demorado. Dos pilões de soque manuais, servido também da mão-de-obra escrava nos engenhos estabelecidos no litoral (OLIVEIRA,1974), a pilões mecânicos, ainda que rudimentares, movidos por força hidráulica, e depois a motor a vapor, modificaram a composição desses estabelecimentos, sua organização espacial interna e localização. As diferenças efetivas na organização e divisão do trabalho no contexto ervateiro, bem como sua

livre, que ocorreu entre 1880-1890 - luta representada por um número significativo de ervateiros, como mencionaremos adiante. Os contornos de uma burguesia ervateira já existiam desde 1870.

⁴³ Relatório do presidente da Província, Liberato de Mattos, 7 de janeiro de 1859, p.41

⁴⁴ Relatório do presidente da Província, Liberato de Mattos, 7 de janeiro de 1858

composição, estariam vinculadas a outros fatores que não necessariamente os tecnológicos, obedecendo a necessidade crescente de legislar sobre elas⁴⁵.

Quando o Barão do Serro Azul fundou a fábrica Tibagy, movida a vapor e com modernos maquinismos, o Coronel Caetaninho tratou de reformar a sua fábrica, construindo no morro, que adquiriu do sogro de Irineo de tal, uma nova e grande fábrica movida a vapor. Éramos muito criança, mas muito nos impressionou a demora da viagem do motor, do locomóvel destinado ao engenho, que era uma novidade para a terra, pois só dois motores - o do Barão e o do Cel. Caetaninho - existiam em Curitiba, havendo outro anterior na serraria da Companhia Florestal Paranaense, dirigida pelo Dr. Antônio Rebouças. Os operários do engenho eram todos escravos que durante o trabalho, somente vestidos com uma tanga de aniagem ou saco velho, apresentavam um aspecto curioso: a negra epiderme aderida um pó verde e as sobrancelhas, bigodes e cabelos cobriam de camadas intensas de ouro-verde. (LEÃO, apud CARNEIRO, 1965:36)

A imigração era fundamentalmente voltada à colonização e não constava como uma demanda muito clara da indústria ervateira num primeiro momento, mas alterou o quadro do trabalho escravo na medida em se tornava mais numerosa e constante. Os relatos de operários estrangeiros nessa Curitiba que se pretendia moderna são diversos⁴⁶ e eles, como os negros libertos, passavam pelo constrangimento dos códigos disciplinares de uma sociedade que se voltava ao trabalho como valor de civilidade.

Fazia parte dessa *Nova Curitiba*, observada por Nestor Victor, a rede escolar ampliada, incluída na tríade “família, sociedade e pátria”. Como formula Maria Wanderley, nessas instituições, o professor “*na obscuridade de sua cadeira, tem o poder mágico de, no ambiente intelectual e moral da escola, formar o homem para a família, o indivíduo para a sociedade e o cidadão para a pátria*” (TRINDADE, 1990:21). A educação não é, entretanto, um preceito isolado às outras organizações formais, partidárias e religiosas, e assumiu formas diferentes em institutos técnicos, escolas de colônias imigrantes e instituições religiosas. De acordo com Trindade,

⁴⁵ Sobre este assunto, consultar PENA, 1990 ; 2005; SILVA, 2013; XAVIER, 2013; CODA, 2009; LAMOUNIER, 1986.

⁴⁶ Consultar GRUNER, 2013; KARVAT, 1998; CARNEIRO, 1965

É nessa Curitiba da Primeira República – um cadinho de nacionalidades, crenças e opiniões – que republicanos idealistas, católicos conservadores, maçons e espíritas, feministas e antifeministas disputam o predomínio do pensamento e criam na cidade um pródigo confronto de ideias: maçonaria e neopitagorismo desenvolvem princípios éticos e morais que se irmanam ao livre-pensamento, ao ocultismo e ao simbolismo, enquanto enfrentam-se o anticlericalismo e a reação católica.(...) Acha-se todo esse universo pensante imerso nas formas de simbolismo, cuja proposta plena do ilógico, do misterioso, do vago, do indireto, seduz Emiliano Pernetta, Dario Vellozo, Júlio Pernetta, Silveira Neto, Leite Junior, entre muitos outros” (1990:25)

Igualmente, a Primeira República é marcada pelo investimento em instituições punitivas. A ordem e o caos são temas constantes nas produções literárias e jornalísticas locais (GRUNER, 2012, 2013), e os imigrantes urbanos e pobres são frequentemente o alvo das discussões sobre desordem, sujeira, bagunça. As instituições de segurança pública, como a polícia, foram bastante fortalecidas nesse período e compactuavam com as discussões sobre criminologia, trazidas do velho continente europeu, fortalecendo a importância dos espaços de vigilância pública e de reclusão punitiva.

E se o desejo de ordem é o anverso do medo do caos, parece razoável dizer que a cidade moderna, ao instituir-se como um espaço de construção de uma nova civilização, e também de novos códigos de civilidade, nomeia igualmente aqueles lugares e personagens que serão estigmatizados não pelo que *são*, mas pelo que *não são*. Num certo sentido, esse processo de estigmatização é parte da separação e distinção, operada também na vida moderna, entre as esferas pública e privada e que atribui à segunda o conforto e a segurança que inexistem na primeira, associada ao medo em suas diferentes manifestações: medo das multidões, da violência, da insegurança, etc... Um medo que se traduz na imagem que o homem moderno construiu do outro, cuja representação é, não raro, a personificação de um estranhamento e de uma crescente incapacidade de lidar com a diferença. (GRUNER, 2013:244)

Na experiência imigrante é observável que o pertencimento a um grupo não “implica inevitavelmente em inflexões unívocas nas trajetórias de todos os seus membros” (GUERIOS, 2001:14). O caso do Fontana é que ele não partilhava das experiências comuns aos imigrantes desembarcados dos vapores nos anos de 1880, como objetivamos mostrar, mas também não era ignorada a sua diferença como estrangeiro. Havia objetivos comuns com os ervateiros nativos, se empenhava para alterar a imagem que o mate paranaense havia como produto rude para “consumo de semi-bárbaros” (CARNEIRO, 1965:35), adquirida décadas antes nas Exposições

Internacionais de Paris (1867) e de Viena (1873), e assumia o que mais tarde Carneiro (1965) definirá de *produto político*.

O preparo da erva se tornaria consideravelmente mais padronizado e, em certa medida, racionalizado. O engenheiro Francisco Camargo Pinto, financiado por Correia, foi aclamado pelas inovações técnicas propostas ao beneficiamento do mate. Constan duas patentes de invenções em 1877 no Museu Paranaense, durante a década de 1880, seriam contabilizados na Revista de Engenharia cinco pedidos de privilégio para sistemas por ele inventados, servindo à colheita, preparo, moagem de erva, e inclusive embalagem confeccionada em caixas de lata. Fontana também patenteou, em 1884, junto aos participantes da firma Silva, Irmão & Fontana (ILUSTRAÇÃO 1), um sistema de produção conhecido então por Sistema Fontana⁴⁷.

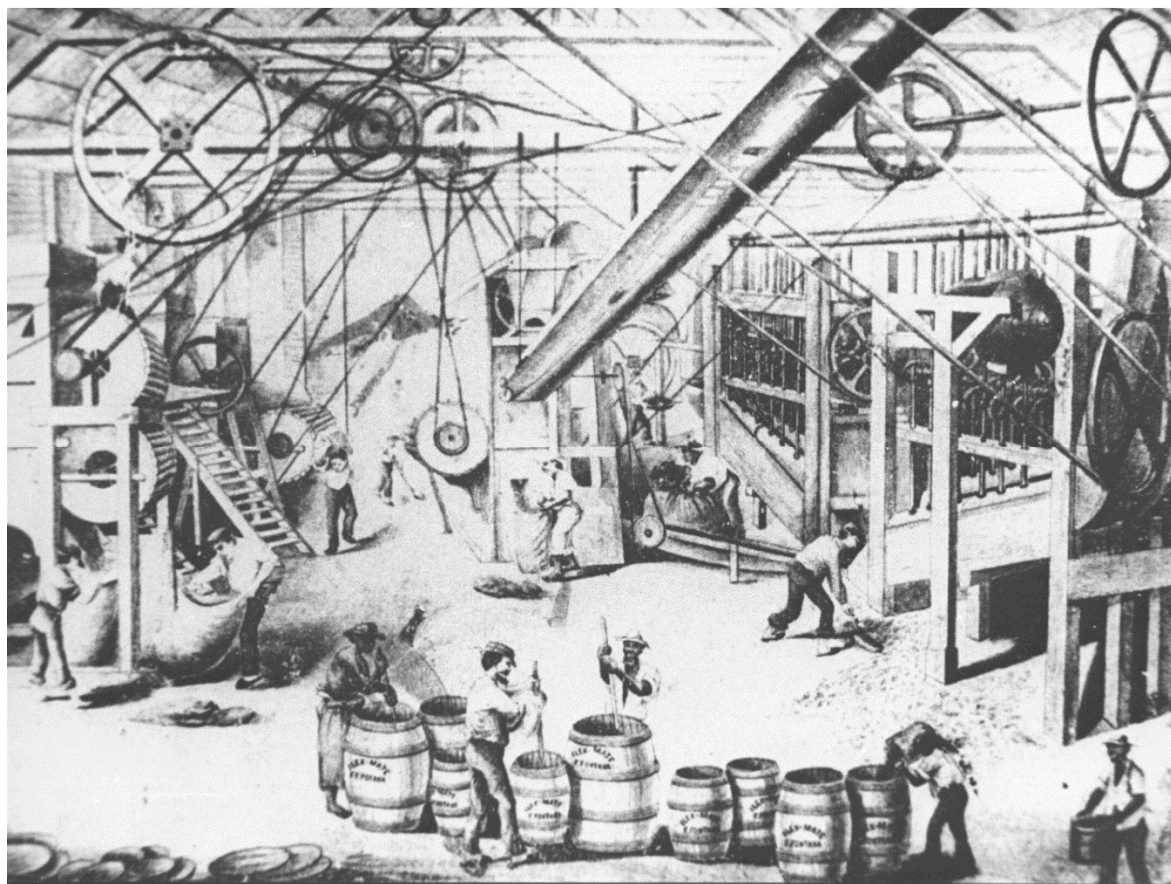


ILUSTRAÇÃO 1 Interior da fábrica da Silva & Irmão & Fontana. Podemos notar algumas das invenções de Fontana como os pilões inclinados, à direita, desenvolvidos para aperfeiçoar a moagem e diminuir o desperdício da erva. Fonte: Casa da Memória (FCC)

⁴⁷ Revista de Engenharia de 1884.

O Sistema Fontana era um privilegio dessa firma e fez parte do itinerário da Princesa Isabel e do Conde d'Eu em dezembro de 1884, quando vieram à Curitiba. A visita foi acompanhada por um correspondente do periódico Gazeta de Notícias⁴⁸, do Rio de Janeiro, publicando uma descrição detalhada da fábrica.

Estes senhores possuem dois estabelecimentos juntos um do outro, organizados e construídos pelo laborioso industrial Francisco Fasce Fontana, há seguramente três annos e meio. Um dos estabelecimentos é movido a vapor por um motor de força de 42 cavallos, e o outro por motor hidráulico. É grande o desenvolvimento do primeiro, que, trabalhando dez horas, prepara diariamente mais de mil arrobas de matte, prompto para a exportação. O segundo, em vista do motor, que, como já disse, é hydraulico, apenas póde beneficiar de 300 a 400 arrobas diárias, não sendo tão perfeito como o primeiro. Visitando a fabrica, tivemos occasião de examinar detidamente todos os compartimentos, e observar que o systema de prepara o matte da fabrica a vapor é por meio da machina Fontana, que se divide em dois corpos, sendo um destinado à preparação da folha e outro à dos páus e talos.(...) Não é grande o pessoal empregado no preparo da herva, e isso ocorre para levar vantagem aos engenhos do antigo systema, que não exportam nem a décima parte dos a vapor, mesmo com um numeroso pessoal.

O correspondente da Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro descreveu também as etapas produtivas do mate na fábrica visitada por meio do funcionamento das máquinas do Sistema Fontana. Em termos gerais, todo o processo é explicado através da função de cada uma das máquinas, todas inventadas por Fasce, da torra do chá até a estampa da barrica em que ele é acondicionado, “uma prensa para marcar as barricas, systema unicamente conhecido no Paraná, e que consistem em gravar nas tampas os *dizeres* que se deseja, ficando a inscripção como se fosse feita a fogo. Também é invenção do Sr. Fontana”. É importante atentar a esse aspecto, porque Fido, filho de Fasce, vai ser um reconhecido industrial de decalcomanias e litografias, cujo



ILUSTRAÇÃO 2 Rótulo do mate Fontana, quando a fábrica já havia sido batizada de Imperiaes Fontana. Fonte: CARNEIRO, 1976:39

⁴⁸ Gazeta de Notícias, 16 de dezembro de 1884, p.2

interesse foi derivado da função de confeccionar rótulos de erva mate (ILUSTRAÇÃO 2).

A descrição segue pelos jardins, entre a residência e as fábricas, cuja variedade de plantas nacionais e platinas seriam motivo para outras publicações em periódicos locais. Foi entre elas que aconteceu uma degustação de mate em várias formas, incluindo licor produzido ali, e ainda a prova da erva na cuia à maneira local. Após essa visita, a fábrica foi denominada Fábricas Imperiais Fontana, orgulho que estamparia os próximos rótulos das barricas. A princesa narrou a visita,

Todos juntos, menos Antônio, partimos às 4 horas para a fábrica de mate do Fontana, oriental, filho de italianos e casado com uma filha do Dr. Ermelino. É bem inteligente, seu mate muito bem beneficiado. Tem convertido em verdadeiras plantações de flores e de bonitas árvores (muitas delas frutíferas) um verdadeiro brejo que rodeava a antiga fábrica de mate que Papai conheceu neste lugar.⁴⁹

Oriental, filho de italianos, duplamente estrangeiro. ‘Oriental’ diz respeito à República Oriental do Uruguai, onde morou antes de vir ao Brasil. Silva, Irmão & Fontana, firma que participava, foi mencionada como uruguaia poucas vezes⁵⁰. Poderia essa ser uma ponte (já mencionamos a possível dívida cobrada pelo engenho) que mantinha o retorno frequente de Fontana ao país vizinho e o incentivo a sua emigração. Mas outras inimagináveis motivações são possíveis. De qualquer maneira, não foi ao acaso que ele mencionou em resposta a Taunay as medidas protecionistas do governo uruguaio, e como mencionamos, seria razoável que as conhecesse bem.

Para os periódicos locais, a referência a Fontana será comumente apenas a de estrangeiro – o *jus solis*, considerado no Brasil⁵¹, torna essa posição propícia ao discurso jornalístico, pois não nascido aqui, mas tampouco “etnizado”. Então, apesar das fortes influências culturais platinas, as vezes até sobrepostas ao local de seu nascimento, aqui Fontana torna-se apenas “o estrangeiro”, cuja representação como “assimilado” parece também como estratégia comercial.

⁴⁹ Boletim Especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil 1822-1972. Volume XV, 1972

⁵⁰ O Paranaense, 2 de julho de 1881, p.4; Jornal do Comércio, 7 de dezembro de 1883, p.4

⁵¹ Rahmeier (2009) narra como existia entre os emigrantes alemães uma instrução para que as mulheres grávidas concebessem os filhos ainda nos navios, assim, não deixariam de ser alemães perante os brasileiros. A diferença entre o *jus sanguinis* e o *jus solis* produziu reações diferentes dependendo do contexto.

Existe uma dimensão material das estratégias que é composta por diversos itens – o domínio dos objetos e da cultura material em si. De forma geral, os consideramos em termos de capital cultural objetivado. As fotos, livros, dicionários, instrumentos e máquinas são mencionados na teoria bourdiesiana como exemplos desse capital (BOURDIEU, 1986), e são objetos estimados no contexto curitibano, que se pretende “modernizado”. Aparentemente, esse capital adquirido na primeira migração foi o suficiente para captar outros, e combinou-se com os capitais sociais já apropriados. Em 1888 Fontana é condecorado com a Comenda da Ordem da Rosa pelos serviços prestados – ressaltamos a importância simbólica de um título como esse, aberto a estrangeiros e nacionais que tinham em comum alguma ação que demonstrasse fidelidade ao império.

A articulação cotidiana dos recursos e capitais legitimava a ocupação de tais espaços, não apenas social, mas fisicamente. Se considerarmos que “a oposição entre centro e periferia são o efeito da distância no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico” (BOURDIEU, 2007:138), faz sentido analisar a presença de Fontana entre os antigos casarões da Glória, não nos sobrados do centro. Aliás, esse espaço foi não apenas assumido, como ativamente transformado por Fontana, e nos referimos tanto à sua casa, num aspecto da experiência no espaço privado, como ao Passeio Público, que foi uma obra desenvolvida por ele, transformadora do espaço público curitibano.

4. FRANCISCO FASCE E FRANCISCO FIDO

4.1 Uma homenagem aos nacionais

Os banhados e terrenos alagadiços continuaram um inconveniente à manutenção das precárias estruturas urbanas e às preocupações sanitaristas. Em 1895, as Posturas Municipais determinavam que os terrenos do Rocio em tais condições fossem cedidos gratuitamente a quem se comprometesse em secá-los no

prazo de um ano⁵². Fontana sabia secar esses terrenos, havia transformado o banhado do Engenho da Glória no famoso jardim da Mansão das Rosas (FOTO 6).



FOTO 6 Mansão das Rosas após as melhorias feitas por Fontana, o aterramento, os jardins e a construção do portal em estilo Toscano. Observamos também a linha dos Bondes a mula em frente à casa. Fonte: Casa da Memória (FCC)

Magnus (1990) atribui a construção da casa ao ano de 1885, o que deve ter sido algum registro de reforma ou modificação, pois em 1884, Fontana havia recebido lá a Princesa e o Conde d'Eu. Sobre seu projeto e construção, é difícil saber, pois mesmo se a Câmara Municipal tivesse mantido todos os arquivos históricos, a apresentação dos projetos arquitetônicos não era obrigatória até 1895 em Curitiba (CASTRO;

⁵² Código de Posturas Municipais, 1895, Título XII, Cap. XIX, Art, 252

POSSE, 2008:23), embora possivelmente, numa proposta de modificação posterior pudesse constar a original. Bruno Rudolf Lange teria sido o provável engenheiro responsável (LANGE, 2008).

Lange se formou em Leipzig, e após ter se estabelecido no planalto, cinco anos depois imigrado ao Brasil, se hospedou “em uma pensão onde ele adquiriu um dicionário da língua portuguesa, na qual permaneceu recolhido por um período de uma semana, estudando sozinho. E no final deste período quando saiu, sabia falar o português com sotaque, mas falava” (LANGE, 2008:24)⁵³. Sua vida profissional teria se iniciado em Curitiba, justamente com o projeto do portal do Passeio Público e da Mansão das Rosas. Considerando que Lange só veio para a capital em 1888, teria sido preciso que Fontana e ele já se conhecessem no litoral, ainda que lá o engenheiro não tenha exercido essa função⁵⁴.

As fábricas já estavam estabelecidas perto do local em que seria construída a casa, como mencionamos, relativamente próximas. Mesmo assim, as moradas mantiveram as características derivadas do ordenamento social comum ao contexto, demarcando as fronteiras entre o público e o privado, como sintetiza Lima (2001) ao analisar a burguesia embrionária no Rio de Janeiro,

(...) las formas de comportamiento resultantes de la ideología de privatización que se consolidó en Europa a lo largo del siglo XIX, paralelamente a los avances de la industrialización, valorizando el individualismo, las fronteras entre lo público y lo privado, el universo familiar y la ritualización de la vida cotidiana, la acumulación de capital (tanto real cuanto simbólico), los criterios de “respetabilidad”, la fetichización del consumo y la ascensión social’ (p. 2001:190)

A pesquisa prospectiva de Lima parte da concepção da unidade doméstica como reprodutora de elementos sistêmicos no microcosmo social – passível de representação de valores sociais na esfera privada, considerando também a característica essencial de socialização da unidade familiar. A justificativa é a

⁵³ Esse relato diz sobre a importância da adaptação a um novo país dentro das memórias da família Lange, seja ou não confirmado historiograficamente. A mudança de idioma e a possibilidade de comunicação aparecem continuamente em memórias familiares como um momento importante da trajetória imigrante

⁵⁴ Outras obras conhecidas do engenheiro Lange foram o Clube Concórdia e o Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz (LANGE, 2008:28)

relevância do indivíduo para a ‘base ideológica do capital’, e a própria relação estabelecida na ascensão da burguesia, e da valorização do indivíduo e da família – concepções que tornaram visível, segundo a autora, a estrutura de dominação em atividades cotidianas e domésticas (2001:191).

Castro e Posse (2002:20) observaram em Curitiba a primazia de algumas dessas características, junto a valores como a salubridade, hierarquia, distribuição e setorização na arquitetura residencial das casas que se pretendiam ‘modernas’, como os palacetes e vilas. O “bem-morar” curitibano se aproximaria ainda mais nas décadas seguintes aos ideais propagados nas cidades do sudeste, especialmente ao contexto paulista. Entre 1900 e 1930 surgem os famosos casarões próximos ao Fontana e ao Batel, como a Vila Olga, o Palacete de Weiss, a Vila Odette, o Palacete dos Leões, entre outros (Castro e Posse, 2002:54).

Tão ou mais famosos que a Mansão das Rosas eram os jardins e o portal de Fontana. Aqui notamos o valor dos capitais como propiciador de certas relações. Os jardins forneceram continuamente os bens para diversas trocas – enxertos de árvores frutíferas do Rio da Prata (como pereiras e macieiras) eram oferecidas em jornais, eram trocadas pelos portões, doadas a instituições. Em 1889, Fontana mandou uma remessa de mudas para a escola Oliveira Bello, e por isso o professor José Agostinho dos Santos mandaria publicar na Gazeta Paranaense a seguinte nota,

Em tempo, quando as arvores e arbustos, por V.S. tão desinteressadamente ofertadas, crescerem, farei gravar em placas adaptadas o generoso nome de V.S., não só para testemunhar a liberalidade de V.S., senão também para que as crianças sob a minha direção aprendam em um exemplo de generosidade tão despretensiosa, que si um estrangeiro ilustre tem amor e patriotismo pela terra que adoptou, também os meninos devem amar e trabalhar pelo engrandecimento da terra que os viu nascer.

A qual Fontana respondeu se dispondo ainda mais, oferecendo *o número de arvores e arbustos necessários para o ajardinamento da escola publica Oliveira Bello*. A complexidade dos processos de fechamento está também nos momentos abertura, de troca, de inserção, pois isso acontece mediando a posição social do considerado

“novo” membro. Constatamos que nessas situações publicadas Fontana continuava sendo lembrado como estrangeiro.

Por outros motivos se fazia falar de Fontana em jornais, como a doação de uma extensa lista de livros à Biblioteca Pública, em 1886, a maior parte em espanhol e francês, alguns em italiano. Estamos falando de uma cultura que consumia os objetos do “civilizado” e da “modernidade”, fortalecendo certos produtos, gostos e preferências “com propriedades uniformemente percebidas e apreciadas” (BOURDIEU, 2008:96). Essas listas eram também divulgadas nos periódicos por motivos úteis, e apareciam com os respectivos e aclamados doadores, lembrando que os objetos, os bens

(...) se convertem em sinais distintivos, que podem ser sinais de distinção, mas também de vulgaridade ao serem percebidos relacionalmente, para verificar que a representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social (BOURDIEU, 2008:447)

Os jardins do Fontana tanto eram um espaço de sociabilidade importante que receberam de visitas ilustres a eventos musicais como os promovidos pela Sociedade Musical Itiberê da Cunha (“música, flores, perfumes... quem deixará de ir ao jardim Fontana no domingo?”, anunciava a Gazeta Paranaense⁵⁵), enfim, acolhiam certas situações sociais. Foi pelo conhecimento desses jardins que ele foi chamado para um empreendimento muito simbólico em Curitiba, a construção do Passeio Público.

O local em que seria feito o Passeio era um enorme banhado. Taunay, insistindo à Câmara Municipal, descrevia Fontana como um homem de “espírito laborioso e amante do progresso, a boa vontade, a experiência e os conselhos”, para convencer de sua capacidade de transformar esse espaço, a exemplo do que havia feito com o seu terreno antes comumente inundado pelo rio Belém. A necessidade de fazer o Passeio era da mesma forma romantizada, se assemelhava à da limpeza e ornamentação de uma sala de visitas, não porque tal asseio influencia o comportamento de quem a frequenta, mas porque assim se infere as “condições sociais e tendências de quem

⁵⁵ Gazeta Paranaense, 11 de fevereiro de 1886, p.2

habita a casa toda”⁵⁶. Ele era uma referência sobre o que se poderia concluir a respeito dos curitibanos. O engenheiro da Câmara foi chamado para medir as dimensões que teria o parque, podendo assim desempossar quem morasse no local⁵⁷, não tão inóspito quanto o discurso tentava fazer dele.

A transformação desse espaço foi iniciada antes mesmo das obras, e negativamente, pela sutil mudança dos nomes que a ele se referiam – o que era um “banhado” (FOTO 7) passa a ser designado por Taunay então como ‘imundo pântano’, ou ‘imunda cloaca’, ainda no começo de 1886, apelando para as obras se iniciarem o quanto antes. Consideramos esse detalhe importante porque aponta de que maneira um agente produtivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil reproduzia em nível local a ideia geral de suas publicações nacionais: o projeto de dar realidade e sentido à “grandeza da nação”, se afastando do que poderia ser atribuído negativamente a ela.



FOTO 7 Vista da chácara da Nhá Laura Borges. Ao fundo, o pântano em que foi feito o Passeio Público, três anos depois. Foto: Adolph Volk, 1883. Fonte: Gazeta do Povo

⁵⁶ Gazeta Paranaense, 20 de janeiro de 1886, p.2

⁵⁷ Preocupação registrada pelo Presidente da Província, Taunay, em fala à Camara Municipal, na Gazeta Paranaense de 28 de janeiro de 1886, p.2

Era anunciado na Gazeta Paranaense⁵⁸ que toda capital civilizada deveria ter um passeio público, que era um melhoramento não apenas estético, mas higiênico à população. O Passeio Público representava, portanto, o rol das preocupações sanitaristas, que em Curitiba envolvia os rios. Mas marcava o reforço da ideia de “civilidade”, e a visível animação que as gôndolas traziam não era em função apenas de uma novidade no espaço físico, era um reforço no simbolismo dos “espaços dos estilos de vida” (BOURDIEU, 2007:144).

A inauguração, descrita como um *espetáculo*, o povo como *seleto*, e a ocasião como “a prova mais solemne e característica do sentimento verdadeiramente progressista e civilizador que predomina na culta população paranaense”, como destacado da fala de Fontana, anunciava não apenas uma obra pública, mas a materialização de discursos dispersos que se tornavam tanto mais comuns na capital⁵⁹.

Durante a inauguração do Passeio Público (FOTOS 8, 9 E 10), o maior discurso é de Fontana, e identificamos nele um significado relevante. Nele, Taunay, o incentivador da obra, mas ausente na ocasião, foi homenageado como nome de uma ponte, assim como Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, vice-presidente da Província. E as ruas que cercavam o passeio, bem,

Achamo-nos neste momento na entrada do “Passeio Público” que dá acesso a duas avenidas. Os nomes de dois cidadãos patriotas e illustres aos quaes o Paraná deve relevantíssimos serviços, forão escolhidos para denominar-as. Esta, a da direita, “Ildefonso Correia”, servirá para recordar a todos os noblissimos predicados que exornão esse honrado paranaense tanto por suas virtudes cívicas, como por ser um dos industriaes mais activos, um genio progressista e um verdadeiro protector do trabalho. Esta outra, da esquerda, “Ermelino de Leão” lembrará d’igual modo um dos paranaenses mais distinctos, um infatigável obreiro do progresso e um austero magistrado que por tantos annos habitou entre nós, e cuja ausência, com saudade, lamentamos.” O Sr. Fontana termina dizendo que deixa de prosseguir no assumpto, devido aos vínculos que o ligão aquelles dois cidadãos(...).⁶⁰

Um estrangeiro homenageou os nacionais batizando ruas e pontes. Transformou e nomeou espaços, e nesse ato fortaleceu os seus vínculos e o seu próprio

⁵⁸ Gazeta Paranaense, 20 de janeiro de 1886, p.2

⁵⁹ Os debates existentes sobre modernidade em Curitiba neste período podem ser conferidos em Gruner (2013)

⁶⁰ Gazeta Paranaense, Ano X, n. 181, 15 de agosto de 1886, p.2

posicionamento, uma estratégia interessante e incomum. As obras do Passeio teriam atrasado bastante, e foram alvo de várias críticas, embora se publicassem relatórios sobre sua situação na Gazeta Paranaense com certa frequência. Depois da fala de Fontana, o Vice-presidente Faria Sobrinho também discursou.

É necessário, continua S. Ex.,imaginar-se que somma de esforço, quanta dedicação e perseverança foram indispensáveis para se alcançar o prodigioso resultado obtido, a fim de comprehender que não há palavras com que se possa exprimir os elogios de que é digno quem, como o Sr. Fontana, sacrificando seu tempo e seus afazeres com extraordinária solícitude e o maior desinteresse, sem ser filho desta terra a que se ligou simplesmente pelos laços do coração, se tenha devotado com verdadeiro ardor a realização de tão arduos trabalhos para dotar-a d'um melhoramento de tamanha importância” Referindo-se aos trabalhos, em geral, dice S. Ex., que poucos poderão fazer tanto, e que seguramente ninguém seria capaz de fazer mais, do que tem feito o digno Sr. Fontana.⁶¹

Os “laços do coração”, a adoção de outra terra, enfatizam uma informação que se oculta – a “generosidade” parecendo não obrigatória. Em termos teóricos, os capitais provam a sua eficácia também nas obrigações aparentemente nada obrigatórias. Como na ideia de Bourdieu, em que o desdobramento do capital social em forma de capital de obrigações “are usable in the more or less long term (exchanges of gifts, services, visits, etc) necessarily entails the risk of ingratitude, the refusal of that recognition of unguaranteed debts which such exchanges aim to produce” (BOURDIEU, 1986:55)

⁶¹ Gazeta Paranaense, 14 de agosto de 1886

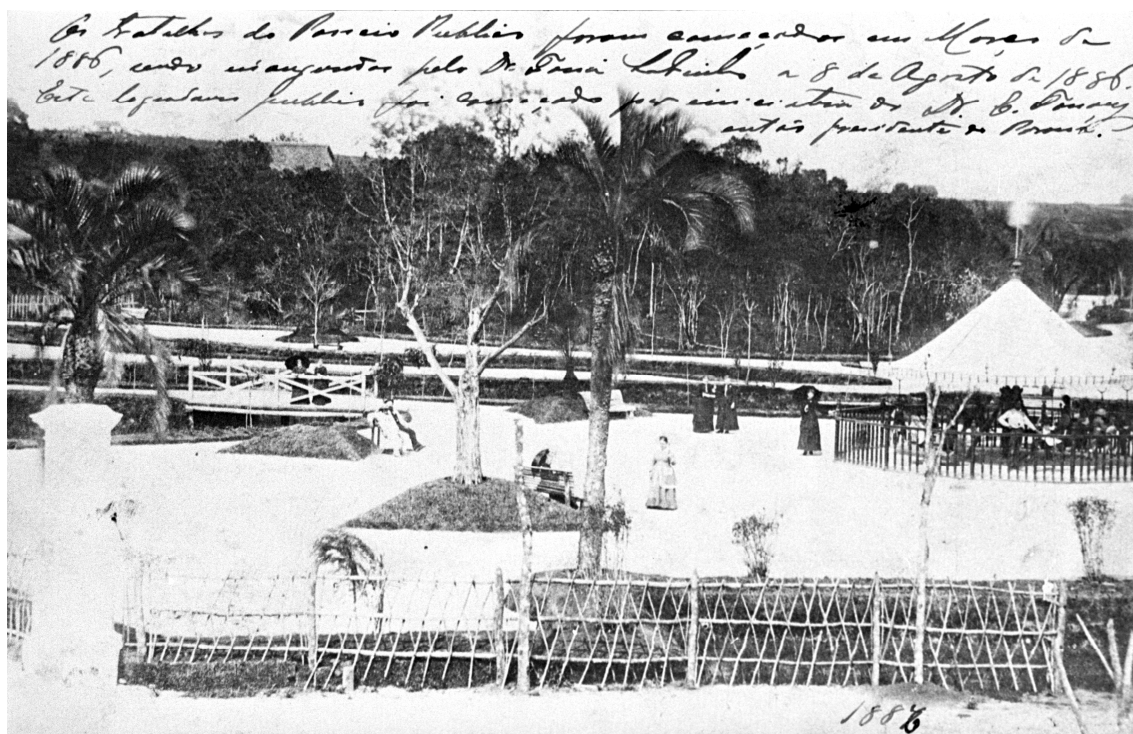


FOTO 10 Paisagem do Passeio Público depois da segunda inauguração, novamente, com destaque ao Carrossel, uma entre as atrações. Acervo IHGPR. Fonte: www.curitiba.pr.gov.br

Dois anos depois de sua inauguração, o Passeio Público passava por uma situação complicada. A falta de pagamentos aos empregados já havia acumulado sete meses de insatisfação, de acordo com Fontana, que permanecia ainda o seu diretor. A troca de ofícios entre ele e Manoel Ricardo Carneiro, da Secretaria do Tesouro Provincial, foi publicada na Gazeta Paranaense⁶². As justificativas aos atrasos era a da condição adversa que a província passava, considerada uma crise.

Em sua resposta, Carneiro contrariou a constatação de Fontana de que o passeio estaria em decadência por falta de conservação, dizendo de forma bastante simples que cabia a ele “contestar a V. Ex. essa asserção e certificar mesmo que esse logradouro público cada vez se torna mais bello e apreciável, devido isso a incansável dedicação que ele encontrou na pessoa de seu Diretor, o infatigável Sr. Francisco Fasce Fontana”.

No ofício anterior Fontana disse que havia tentado se comunicar com o tesouro provincial várias vezes sem sucesso. Quando recebeu a resposta de Carneiro, que em nada resolvia a situação, continuou a argumentação insistente.

⁶² Gazeta Paranaense, 10 de agosto de 1888

Illm. Sr. Inspector se apressa em declarar em primeiro lugar que as contas do Passeio Publico achão-se na pagadoria, e que si não foram pagas não tem sido por má vontade ou opposição feita por aquella repartição a este estabelecimento, mas sim devido a crises porque está passando o tesouro provincial. Semelhante declaração, sem ter sido provocada nem insinuada, parece-me podia tel-a suprimido o Illm. Sr. Inspector, pois é por demais sabido que uma repartição pública não pode nem deve ter “má vontade” nem particularizar-se com oposições, que no caso que nos ocupa, não teria fundamentos, tratando-se, como se trata, de interesses públicos provinciaes.

Rebatendo alguns argumentos, Fontana foi enfático ao avisar que os últimos funcionários já estavam deixando as funções pela falta dos pagamentos, e que sendo assim, ele fecharia as portas do Passeio Público. Um aspecto interessante é observado aqui – os seus ofícios passaram a ser escritos – ou ao menos publicados em português. Fontana afirma ainda que se está havendo uma crise, não será ele o contestador dessa informação, mas que outras divisões estavam recebendo as quantias devidas pelo tesouro regularmente. A Gazeta termina com a publicação da última resposta do inspetor, reprovando a decisão do diretor, por este não dispor de uma dispensa legal de seu cargo, e tecendo algumas considerações:

Não terá, por certo, passado despercebido a discrição de V. Ex. a linguagem menos amistosa de (...)serviu aquelle diretor (...)esta inspeccoria pretender considerar um insulto nos negócios da administração interna das repartições do nosso paiz q'o recebe com fraternidade e recebe sempre a todo e qualquer estrangeiro laborioso e digno n'elle de conviver entre nós (...) parece dar tal elevadas dimensões a pequenas difficuldades que presentemente (se enc)ontra nos pagamentos das (...) folhas, socorrendo por isso, de uma asserção menos exacta, (...).

Fragmentos ilegíveis dão lugar ao fim do comentário, onde consta que “a linguagem do diretor foi insuficiente a ponto de duvidar da boa vontade que o tesouro sempre manifestou nos pagamentos a que foi obrigado”. Fontana, um entre os “estrangeiros laboriosos” da capital, fechou os portões do Passeio Público mesmo assim. Aparentemente sem maiores prejuízos.

A firma Silva, Irmão & Fontana foi dissolvida no mesmo ano de inauguração do Passeio Público, em 1886⁶³, embora tenha sido divulgado que este industrial continuaria produzindo mate com sua firma individual, como aconteceu. Quando o desembargador Ermelino voltou para Curitiba, passou a se envolver com o serviço de seguros - fato apenas mencionado por Leão (1928), que não apresenta seus desdobramentos. Mas na mesma época, em 1889, Francisco J. Correia Quintela, diretor secretario da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Prosperidade do Rio de Janeiro, estava em Curitiba para abrir uma agencia de sua companhia, da qual Fontana seria diretor. “Era uma necessidade urgentemente reclamada pela nossa capital, uma agencia de Companhia de Seguros, que facilitasse aos Srs proprietarios meios fáceis de segurar suas propriedades e de po-las a coberto de qualquer eventualidade” – publica a Gazeta Paranaense⁶⁴.

As companhias de seguro seriam mais numerosas a partir de então, fato ao qual a industrialização crescente contribuiu, não eram incomuns as ocorrências de sinistros em tais estabelecimentos. É famosa aos historiadores a ocorrência de um sinistro no mesmo ano, 1889, no engenho Iguassú, propriedade do Barão do Serro Azul. Por ser localizado no Batel, “a distância do lugar do sinistro e a dificuldade de transporte a essas horas fez com que não fossem de prompto prestados todos os socorros que o caso exigia”, declara o chefe de polícia, Domingos Filippe de Souza Leão⁶⁵.

4.2 Ouro Verde do Paraná: do mate ao café

A Associação Propagadora de Herva Matte tornou-se Centro dos Exportadores de Erva Mate. A preocupação com o mercado externo (principalmente Europa)

⁶³ Commercial, 24 de novembro de 1886, p.2; Gazeta Paranaense, 23 de dezembro de 1886

⁶⁴ Gazeta Paranaense, 4 de junho de 1889, p.3

Já eram feitos contratos de seguro provisoriamente no endereço de Fontana desde março de 1889, cf. Gazeta Paranaense, 2 de março de 1889, p.3

O anúncio ao comércio foi feito na Gazeta Paranaense, 7 de junho de 1889, p.3

⁶⁵ Carta do chefe de polícia interino Domingos Filippe de Souza Leão ao Conselheiro Jesuíno Marcondes, Presidente da Província, 20 de julho de 1889, Curitiba

mantinha-se prioritária, direcionando o investimento em Exposições Internacionais, apoiando-se nos discursos médicos do benefício da erva - Vicente Machado discordava dessas estratégias voltadas ao estrangeiro, afirmando que o mate deveria ser propagado também no mercado interno. Os ervais artificiais argentinos e de outros lugares das Missiones ameaçavam a produção paranaense, o Rio Grande do Sul era um importante concorrente desde 1887. Surgiram novas medidas como a obrigatoriedade do armazenamento em barricas e a Lei da equiparação – o imposto sobre a erva beneficiada ou cancheada ficou estabelecido como o mesmo. A Constituição de 1891 mantinha um protecionismo aduaneiro apontado por Carneiro (1965:59).

Assim, a exportação aumentou 2,5 milhões de quilos em questão de um ano (OLIVEIRA, 1974), e houve também o acréscimo do registro de empresas: em 1907 foram registradas 39 a mais que no ano anterior, somando 88 novas firmas. Até os anos de 1910, “a exportação para a Argentina e o Uruguai dos dois tipos de erva perfazem 26.449 toneladas” (OLIVEIRA 1974:23), o mercado platino comumente produzia nossas maiores cifras de exportação. Entretanto, no mesmo momento, para a Europa são exportadas também 24 toneladas e para os Estados Unidos, 8.

As perspectivas ao mate continuaram otimistas. Na década de vinte, uma nova série de regulamentações exigiu a análise laboratorial da erva, em laboratórios da Faculdade de Medicina e da Escola Agrônômica (até a década de 1930, boa parte das novas regulamentações dizia respeito a preocupações sanitaristas). O período pré-guerra foi promissor e superou as expectativas anteriores. No final da década de vinte, todavia, a baixa do consumo argentino, a diminuição do consumo europeu, novamente a indústria ervateira ficou desestabilizada. A propaganda voltou-se principalmente ao mercado interno a partir de então, foi criado o Instituto Nacional do Mate, a Casa do Mate, agências de propaganda pelo país – as exportações de café e madeira já haviam superado a erva, para a qual restou o terceiro lugar. A década de trinta marcava uma mudança do Plano Geral de Organização Agrária, do governo Vargas, e a reorganização do Ministério da Agricultura, o que incluía a primazia das exportações diversificadas.

Balhana e Westphalen (1981:428) contabilizaram no estudo antes mencionado 297 registros relacionados à produção de mate na Junta Comercial, 55,3% deles durante a década de 1920. Como exposto acima, essas 164 novas firmas devem dizer respeito ao início da década, pois a década de 1930 aponta a baixa do mate e a transição deste período a outro em que o café será o novo ouro verde do Paraná. Em 1925, David Carneiro e Fido Fontana seriam os únicos exportadores de mate na capital (Oliveira, 2000:91, retirado de Westphalen, 1974:151). Somando os comerciantes de Paranaguá, Antonina, Ponta Grossa e Curitiba, teríamos 31 industriais dedicados à exportação. Não só a erva mate deixou de ser o carro chefe da economia paranaense, batendo o recorde de exportações em 1928⁶⁶, como Curitiba deixou, portanto, de ser o centro ervateiro do estado.

4.2.1 Chá mate correndo nas veias

1894 foi um ano bastante complexo ao contexto político nacional e local, de janeiro a maio Curitiba foi ocupada por tropas federalistas. A Revolução Federalista implicou numa série de conflitos armados entre 1893 e 1895, envolvendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Como reação frente a outros projetos políticos possíveis, compreender “um grupo de fronteiriços gaúchos a cavalo a galgar os Campos Gerais paranaenses, um lugar tão distante dos pampas e das querelas partidárias riograndenses, com um objetivo tão inviável, como o de depor o presidente da República, Floriano Peixoto” (SEGA, 2004:215), certamente sugere a complexidade historiográfica desse acontecimento⁶⁷.

Exatamente no último mês da ocupação, maio de 1894, Fontana faleceu por um problema de saúde abrupto, deixando a esposa e o único filho, Fido Fontana. Em lugar das notas comuns, a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro publicou⁶⁸ uma homenagem, na qual dizia que Fontana, “(...) filhos de pais italianos, domiciliados no rio

⁶⁶ O ano de 1928 contou com 97.500 toneladas de erva mate exportadas, realidade muito diferente do ano posterior, influenciado pela recessão internacional, em que foram exportadas 56.500 toneladas (KROETZ, 1985:262). Os anos de 1926 a 1928 somavam quantias muito acima das esperadas se comparados com o histórico da erva nos anos anteriores.

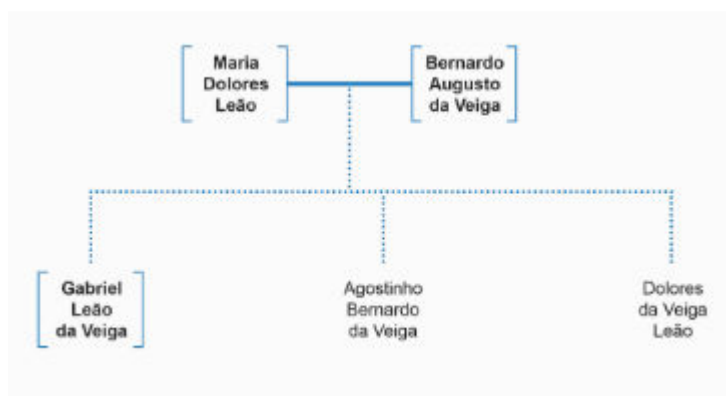
⁶⁷ Consultar Segal, 2004

⁶⁸ Gazeta de Notícias, 6 de maio de 1894, capa

da Prata, veio muito moço para o Brasil, que desde logo adoptou como pátria de selecção, encetando entre nós ativíssima e laboriosa existência, infelizmente tão cedo cortada pela morte”, e continua lembrando da fábrica de mate, da inauguração do Passeio Público, concluindo por fim que “Fasce Fontana tudo fez, tudo venceu, tudo conseguiu! (...)”. Maria Dolores Leão, viúva, seguiu os negócios com o mate.

Com um dos seus cinco irmãos, Agostinho Ermelino de Leão Junior, Maria iniciou uma sociedade para exploração de mate em julho de 1894, período em que a família já estava envolvida com o comércio de madeira pela firma Leão & Borges (CHAVES, 1995). Ela se casou novamente (ÁRVORE GENEALÓGICA 4).

Fontana casou-se com Maria Dolores Leão, filha do desembargador Agostinho Ermelino de Leão. Enviuvando, contraiu matrimônio com o ilustre mineiro dr. Bernardo Augusto da Veiga. Então nasceram Gabriel, Dolores e Agostinho. Gabriel manteve a tradição. Fez-se ervateiro. Casou-se com uma Withers, de origem inglesa. A irmã Dolores com o primo Ivo Leão, outro magnata da mesma indústria. Agostinho preferiu estudar agronomia e odontologia. Foi professor da Escola Agrônômica, e durante longos anos teve consultório odeontológico na rua XV, os altos da Leiteria Schaffer. O irmão Gabriel introduziu no mercado as marcas de erva Independência, Fontana, Glória, Seleta, Record, La preferida e La Sultana (VEIGA, TOURINHO, 1993:370)



ÁRVORE GENEALÓGICA 4 Segundo casamento de Maria Dolores Leão, permanecendo a tradição de produzir mate. Fonte: Michelin, 201

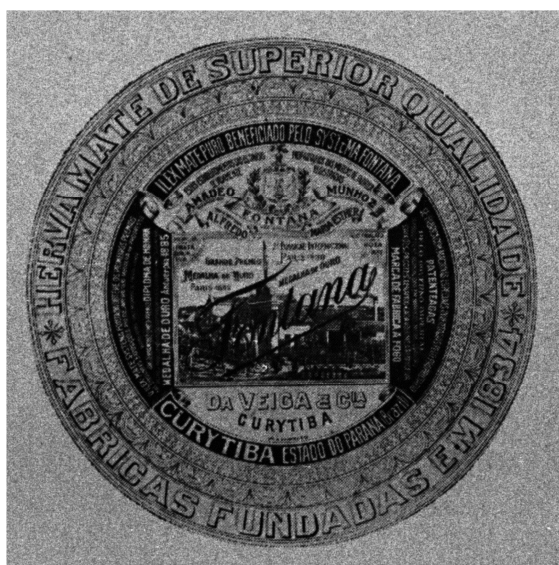


ILUSTRAÇÃO 3 Rótulo do Mate Fontana produzido pela nova firma Da Veiga, com a ilustração da fábrica ao fundo. Fonte: Casa da Memória

Quando Maria se casou com Veiga, continuou a produção ervateira (ILUSTRAÇÃO 3). A firma Da Veiga seria assumida por seu filho, Gabriel Leão da Veiga, duas décadas depois. Em 1901, seu irmão abriu a firma Leão Jr. S.A. O escritório ficava na rua Riachuelo, e o moinho, denominado Fábrica Santo Agostinho, na cidade de Ponta Grossa. Não muito tempo depois, entretanto, Agostinho faleceu, e sua esposa Maria Clara continuou os negócios. Em 1911 um devastador sinistro acontece, e se faz necessário mudar a fábrica.

Arrendaram o Engenho Zacarias, em Curitiba, e depois adquiriram o Engenho Tibagy, de Fido Fontana (CHAVES, 1995:106). A nova fábrica se chamava Leão Jr. O filho de Maria Clara, homônimo ao pai (pela quarta geração), passou a dirigir a empresa em 1916, cuja gerência era dividida com Altivir Ferreira Abreu. Iniciaram a construção de uma nova fábrica, na região que hoje é o bairro Portão, concluída em 1926 (ILUSTRAÇÃO 4).

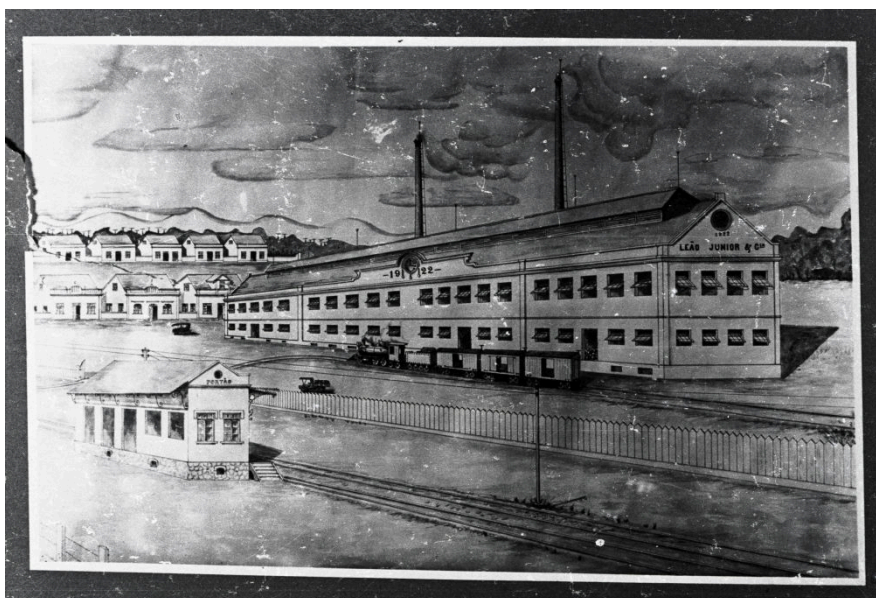


ILUSTRAÇÃO 4 O projeto do Engenho Leão da década de 1920 incluiu uma vila operária, representada no canto esquerdo. Acervo: Casa da Memória (FCC)

Seguia uma forma de indústria paternalista, a qual teve como conhecido exemplo a Hervateira Americana, de David Carneiro. Entretanto, quatro anos depois, passou por outro grave incêndio.

A última mudança da fábrica dos Leões foi para o bairro Rebouças, entre a rua Getúlio Vargas e a João Negrão, em 1930. Em 2007, sua famosa marca, a Mate Leão, foi adquirida pela Coca Cola. E a fábrica foi comprada pela igreja Universal do Reino de Deus, que a devastou em poucas semanas, pelos receios de que as obras pudessem ser embargadas, que fosse a fábrica reconhecida como patrimônio histórico. Pesquisadores responsáveis por seu inventário e registro, a fim de compor a publicação Paisagens Fabris (BARROS et al, 2012), mal conseguiram fazer o seu trabalho, foram impedidos de entrar. Fizeram então outros registros, como as várias entrevistas com ex-funcionários. Uma delas, de Heinz Landgraff, diz sobre os colegas de trabalho que eram devotados e apaixonados pelo ofício, que contagiavam a todos, e a brincadeira era que essas pessoas tinham “chá mate correndo nas veias” (p.30).

Ter o mate nas veias é uma expressão surpreendentemente apropriada à nossa pesquisa, pois tanto a Mate Leão, como a empresa de Fido, que é conhecida atualmente pela marca Mate Real, mantiveram as duas marcas mais competitivas do Brasil. A exemplo do que a Silva, Irmão & Fontana faziam no comércio do rio da Prata, a Leão Junior construiu nos difíceis anos de 1930 um moinho em Buenos Aires – Molino Leão Junior. E em meio à grave crise, lançou o mate tostado, produto que mais a promoveu. A próxima geração da família Fontana, a de Ildefonso, também dedicado à fábrica, fez numerosas pesquisas de mercado para tornar-se mais competitiva à Mate Leão, a qual em 1960 havia conquistado 90% do mercado nacional.

São esses detalhes importantes para a história da economia ervateira. Mas a questão relevante nesse momento é: O engenho Tibagy (ILUSTRAÇÃO 5) foi comprado de Fido? Ele não era da Baronesa do Serro Azul?

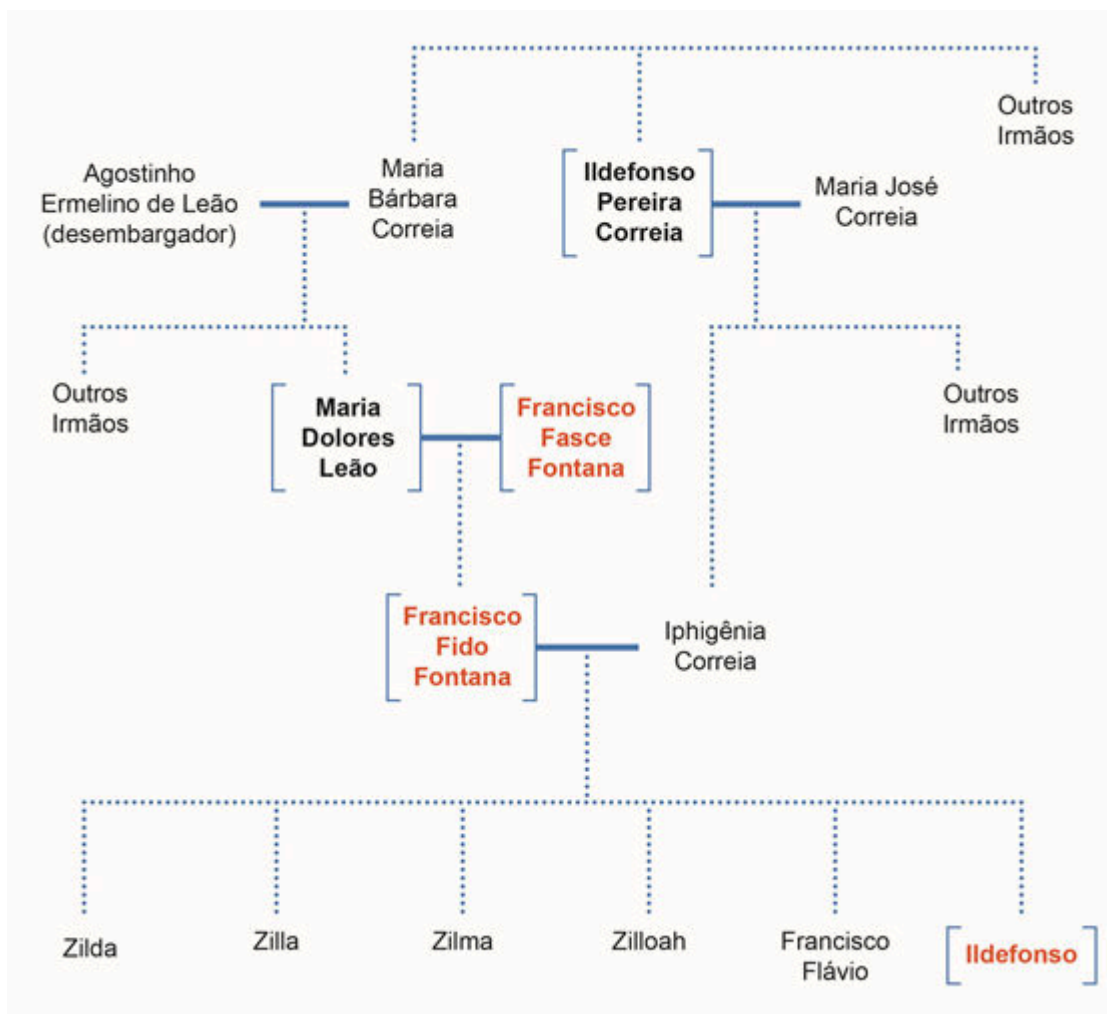
Conforme Leão (1928), Fido foi criado pelo avô desde os onze anos, após o falecimento de Fasce. Esse coincide com o ano em que Barão do Serro Azul foi assassinado, na revolução Federalista. Quando isso acontece, a Baronesa assume o

engenho. Os três maiores engenhos da região ficam nas mãos de três viúvas, protagonistas nesse espaço, mesmo que por pouco tempo.

David Carneiro foi nomeado procurador da baronesa, e continuou registrando marcas em 1897, 1899, 1900 (CHAVES, 1995:263). Então ela partilhou o Tibagy entre os três filhos, Ildefonso (6 anos), Maria Clara (9 anos) e Iphigênia (11 anos). Esta se casou com Fido, seu primo de segundo grau, aos quatorze anos, mantendo o padrão de estratégias matrimoniais do grupo familiar. Com ele teve seis filhos: Zilda, Ziloah, Zilla, Zilna, Francisco e Ildefonso (ÁRVORE GENEALÓGICA 5). Este seria o sucessor nos negócios de erva mate da próxima geração. Iphigênia faleceu cedo, em 1910.



ILUSTRAÇÃO 5 Engenho Tibagy em litografia de Marcos Leschaud em 1889, quando ainda pertencia ao Barão do Serro Azul. Acervo Casa da Memória



ÁRVORE GENEALÓGICA 5 Fonte: Michelin, 2016

Fido teve um segundo casamento, em 1911⁶⁹, com Mercedes da Silva Jardim, filha de Constante da Silva Jardim e Leopoldina Gomes Jardim. Tiveram as filhas Consuelo e Maria Helena.

Ele continuou então no ramo da indústria ervateira, assim como fizeram sua mãe, seu tio e seu meio-irmão, mas prestava contas à baronesa. A maior parte dos documentos e informações sobre Fido falam de trabalhos e investimentos, e poucos são os registros de outras atividades⁷⁰. Não encontramos qualquer fonte que remeta ao

⁶⁹ Certidão de casamento, Juízo da 2ª zona de Registro Civil

⁷⁰ Nos referimos ao acervo dos Moinhos Brasil Mate S.A., atualmente propriedade do Instituto Federal do Paraná.

passado de Fasce ou a família do pai, embora ele tenha ido ao Uruguai algumas vezes, desde criança⁷¹.

4.2.2 O Paraná aos Paranistas

Fido pertence a uma geração que coexistiu com conflitos intensos em vários âmbitos e de várias proporções. Das consequências da Revolução Federalista à Guerra do Contestado e à Primeira Guerra Mundial, da criação do Estado Novo à Segunda Guerra Mundial, as experiências individuais e coletivas certamente sofreram muitas mudanças.

Curitiba na Primeira República, uma cidade que se pretendia multicultural e a caminho da modernidade, refletia as preocupações de um contexto nacional em várias dimensões, preocupações ironizadas continuamente por alguns periódicos satíricos locais

Incontestavelmente Curitiba é uma terra fadada para as grandes reformas que o nosso século vem despejando desassombradamente sobre a humanidade exausta de novidades. Tudo pelo progresso!...E quando lesado em seus princípios conservadores um pedaço dessa multidão de que V. Hugo dizia ser pequena por andar de joelhos, vocifera indignada a solemne instituição do “Não póde!” ahí veem carrancudos esbirros de sabre em punho ou com as patas dos seus cavalos, impor silencio com a mesma violência com que, *pro reforma*, se põem hoje focinheiras nos cãesinhos de estimação. Proibições, censuras, multiplicam-se pela policia ou chovem emmaçadas nas posturas municipais, todo dia, porque entendem os novos Solons desta Athenas nova, que ellas são o adubo vigoroso das reformas premeditadas. (...) Sim, há de ser calçada (talvez com asfalto?...), há de ter...(porque não?) empresa de saneamento, bondes electicos da “Light”, ruas varridas meticulosamente por uns cortezes garçons de importação direta; e como ilação logica, a Hygiene, leitores, que virá em breve com um Oswaldo Cruz e o seu luzido cortejo de cavalheiros da Cruz Vermelha (evitaremo-lhes a alcunha de mata-mosquitos), deixar tudo por aqui a deslumbrar os nortistas e à nossa sympathica vizinha que ficará com a *barriga verde* de contorções de inveja. Teremos tudo: as polacas não gritaram mais insolentemente á nossa porta oferecendo batatas e feijão, nem o pipeiro com estardalhaço encherá nossa casa de plasras de lama em dias de chuva. Há de tudo

⁷¹ Jornal do Brasil, 7 de junho de 1896, p.5

se reformar, e, até o chafariz do Juca Enéas rolará por terra mutilado, desfeito, pela clava possante dos obreiros do progresso⁷²

Para citar algumas outras preocupações em voga, e ilustrar as modificações rápidas que a capital paranaense sofreu: as doenças epidêmicas não haviam sido controladas (CASTRO, POSSE, 2008; DUDEQUE, 2010), as greves operárias não aconteciam com a frequência existente nas terras paulistas, mas aconteciam e eram antes inimagináveis (CARNEIRO, 1965); a busca por uma identidade regional existia no campo artístico e político e se pretendia definitiva (BAHLS, 2007); a preocupação com a saúde mental, inaugurando o hospital para alienados (GRUNER, 2012); e a preocupante necessidade de um primeiro abrigo antibombas aéreas, criado no Moinho Paranaense (ROMANEL, SCHERNER, 2007).

Entre as mudanças no estado, a demográfica é impressionante. Em 1872, início da grande imigração, existiam 126.722 habitantes, e em 1890, 249.491 (BALHANA, 2003:28). Até o ano de 1900, a população total é multiplicada e vai a 685.711 habitantes em 1920, sendo este o período de maior crescimento até então. O número de estrangeiros contabilizados no estado é de 62.753 (ROSEVICS, 2009:38), ou seja, quase 10% da população total.

A verdadeira revolução demográfica do Paraná é, entretanto, ligada ao desenvolvimento da cafeicultura a partir de 1920, quando em vinte anos a população chega em 1.236.000, quase duplicada na década de 1950 (2.115.000), e novamente duplicada em 1960 (4.268.000). A população paranaense cresceu praticamente o dobro, ou mais que o dobro da população brasileira de 1920 até 1960, quando acontece uma queda brusca para um terço da média de crescimento nacional. O índice se manteve superior ao crescimento da região sul até a mesma década, 1970, quando fica abaixo desta.

Nos anos de 1920, há o esforço por definir essas pessoas. Elas serão os “paranistas”.

⁷² Jornal O Olho da Rua, Curitiba, 8 de junho de 1907, Anno I, n.5, n.p.

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Esta é a acepção em que o neologismo, se é que é neologismo, é tido esse nobre movimento de idéias e iniciativas contidas no Programa Geral do Centro Paranista. (...) Paranista é todo aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, luminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (MARTINS, 1946:91)

Além de sujeito, paranista era um homônimo movimento cultural que surgiu e terminou na década de 1920, também um processo político, o Paranismo, que existiu entre 1900 e 1930. A busca por uma identidade paranista era uma reação das elites a um contexto de perda de visibilidade e domínio econômico, mas possuía um caráter dúbio em sua construção,

enquanto os intelectuais do período eram de estabelecidos brasileiros e exprimiam em suas obras e nas instituições que participavam ideais que lhes garantissem a manutenção do poder e das suas idéias, os artistas plásticos de origem imigrante traziam novos elementos para a construção da identidade paranaense. (ROSEVICS, 2009:31)

Na construção intelectual dessa identidade, homogeneizadora de grupos culturalmente diferentes, recriadora de um passado fictício comum e, por consequência, de um destino idem, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná possuía um papel ativo. Romário Martins estava entre os membros fundadores da instituição, cunhando definições que serão retomadas diversas vezes até a década de 1950. “O Paranismo está para os paranaenses, assim como o nacionalismo está para os nacionais”, afirma Rosevics (2009:07).

A preocupação que o brasileiro se “dissolvesse nesse outro” levantava questões de diferenciação social que foram respondidas regionalmente. Em São Paulo, os imigrantes italianos bem sucedidos participavam do IHGSp, e mesmo assim, italianos eram registrados na vida cultural apenas no campo da caricatura (OLIVEIRA, 2006:55). Alguns modernistas consideravam também que “as correntes migratórias constituíam

uma ameaça no campo das artes e da cultura, já que podiam dissolver os sinais da autêntica cultura nacional” (2006:63), um risco a uma “cultura nascente”.

Até 1910, a corrente migratória italiana se mantém tanto para os EUA como para a Argentina, países que continuaram a receber mais italianos que o Brasil. Aqui, especificamente em São Paulo, o fluxo de imigrantes espanhóis e portugueses superou o de italianos em 1909. O decreto Prinetti (1902), que vigorou até a Primeira Guerra Mundial, freou a emigração italiana recrutada pelas companhias de imigração brasileiras, e somado à crise do café, diminuiu significativamente o número de italianos a desembarcarem – de 76.451 em 1897 a 9.445 em 1904. A saída de italianos dos portos brasileiros, entretanto, manteve-se estável (HUTTER, 1987:12).

Apesar das novas migrações terem começado no final do século, os fluxos anteriormente comuns passaram a se deslocar pela Europa mesmo ou se deparar com alguns impedimentos ou situações restritivas. Entre 1900 e 1915, novas leis sobre a imigração brasileira fariam dela responsabilidade dos estados e da iniciativa privada (IOTTI, 2003:24), invertendo o padrão da década anterior, em que a federação financiou “63 a 80% da entrada de imigrantes” (SCHWARCZ, STARLING, 2015:324):

Entre 1917 e 1924, os EUA limitaram a entrada de estrangeiros, e em dezembro de 1930 o então presidente Getúlio Vargas adotou o mesmo tipo de restrição diante daquilo que o historiador Sérgio Buarque de Holanda definiu como “a afluência desordenada de estrangeiros”, que seria responsável pelo desemprego das populações locais.

No Brasil, esse período foi marcado por um incentivo à industrialização, provocada entre outros fatores pela crise da agricultura em 1910 e a necessidade de substituir importações, mas foi marcado igualmente por dezenas de greves operárias. Entre os anos de 1919 e 1920, apenas em São Paulo foram 69 greves (SCHWARCZ, STARLING, 2015:337; BEIGUELMAN, 2005:165). Em Curitiba, a Praça Tiradentes era o palco das concentrações em julho de 1917.

E assim foram sendo paralisadas, uma a uma, as maiores fábricas da cidade: a cervejaria Atlântica, o Engenho Jacaré, a Fábrica de Fósforos Pinheiro, a Usina da Força e Luz, cuja adesão e consequente tomada pelos piquetes deixou Curitiba às escuras

durante toda a noite de 19 de julho. [...] No dia 21 eram pouquíssimas as fábricas em atividade.” (CARNEIRO, 1965:154)

O movimento e as demandas dos operários tinham inspiração nos acontecimentos paulistas, e constava a jornada de oito horas, a proibição do trabalho de menores de 14 anos, a baixa no valor dos alimentos, entre outras. É interessante observar que houve uma fábrica de beneficiamento de erva mate que, além de não ter seus operários parados, se manifestou a favor dos grevistas. A Hervateira Americana, que funcionava com um regulamento próprio desde 1910 (CARNEIRO, 1965:155), já cumpria boa parte das demandas. Até 1913, o Paraná teria 4 mil operários, bem pouco se comparado à São Paulo, com 24 mil (OLIVEIRA, 2001:24).

Durante toda a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a demanda de café oscilava e enfrentava uma depressão nos preços. Em 1918, entretanto, uma geada reduziu a safra e valorizou a produção, padrão que se manteve nos anos seguintes, favoravelmente, por uma série de motivos no mercado externo, mas entre eles a Lei Seca estadunidense que entre 1919 e 1933 aumentou o consumo do café *per capita* em 20% (MARTINS, 2008:230). Em 1924, o café começa como empreendimento paranaense, assim como se inicia uma nova fase de colonização das terras do norte, pela Brasil Plantations de Londres (mais tarde Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP).

Em 1933, a maior parte dos compradores de terras na área da CTNP são brasileiros e alemães, mas no curso de quase uma década, de 1933 a 1941, os italianos e os japoneses foram os compradores mais numerosos, depois dos nacionais. A soma de todos os compradores imigrantes nesse período é, entretanto, praticamente equivalente a soma de brasileiros (do total de 7.395, 3.705 são nacionais) (KOHLEPP, 2014:67).

O crescimento urbano é acompanhado pela expansão rural, mas responde, em Curitiba, a novos imperativos. Da década de 1920 a década de 1940, tivemos dois planos urbanos importantes. O de Saturnino de Brito, que em 1920 continuaria os melhoramentos da capital iniciados na década de 1910, tentando reduzir a incidência de febre tifoide. Ela já era epidêmica de 1889 a 1891, mas ocorria principalmente em colônias polonesas, tornando-se um “problema do Estado apenas quando atingiu o

Centro” (DUDEQUE, 2010:355), assim como a pneumonia e a disenteria. Ser considerado um problema característico de colônias polonesas e muito vinculado aos imigrantes reforçava a imagem negativa contrária aos preceitos do higienismo.

O plano Agache, de 1941, foi localmente a única referência de um “pensamento bélico num projeto urbanístico” (DUDEQUE, 2010:76), também tentava reduzir os efeitos da circulação dos colonos na cidade, “a fim de se prevenir contra os hábitos dos imigrantes, (...) recorreram às carroças para qualificar os poloneses de *toscas*”. (DUDEQUE, 2010:356). Essas características vinculadas aos imigrantes não eram novas, mas tinham um respaldo político renovado.

O discurso de Vargas, quando ainda candidato à presidência da República em 2 de janeiro de 1930, dizia que “(...) durante muitos anos encaramos a imigração, exclusivamente, sob seus aspectos econômicos imediatos; é oportuno entrar a obedecer o critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade” (KOIFMAN, 2012:28). Koifman afirma que esse critério foi rigorosamente obedecido no Estado Novo, implicando numa seletividade:

No grupo de pessoas consideradas ideais para as futuras gerações de brasileiros estavam os portugueses e suecos. No grupo dos inadequados, os indesejáveis, incluindo os orientais, negros, indígenas, judeus e todos os considerados “não brancos”, além dos portadores de deficiências físicas congênitas ou hereditárias, os doentes físicos ou mentais e os homens e mulheres fora da idade reprodutiva (KOIFMAN, 2012:38)

Se Lesser sugere que as leis sobre a imigração não foram cumpridas no governo Vargas, sendo bastante flexibilizadas, Koifman defende que ao analisar a concessão de vistos permanentes, pelo Serviço de Visto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o descumprimento das regras parecia na maior parte dos casos impedir a entrada dos “indesejados”, o que incluía critérios de padrões eugênicos, que tornavam a seleção dependente de um “juízo absolutamente subjetivo”, competência do Ministro da Justiça e assistentes (KOIFMAN, 2012:43). Os critérios de aceitação explícitos eram a afinidade étnica e assimilação, o que se justifica com o português, mas se contradizem com a predileção pelos suecos.

Em termos locais, o contexto era de apoio a práticas cívicas, a iniciativas que inculcassem uma cultura do civismo, principalmente nas escolas de colônias imigrantes, o que incluía a distribuição do Hino nacional e periódicas comemorações patrióticas (MASCHIO, 2012:56),

Neste sentido, acentuo o caso dos saberes a serem ensinados em torno das disciplinas de História e Geografia Pátria. A uniformização dos livros em todas as escolas buscava possibilitar o controle dos saberes ensinado pelos professores, principalmente nas escolas coloniais. Assim, o governo os enviava e os professores eram obrigados a utilizá-los. Lançando a atenção para a necessidade de difundir o sentimento de brasilidade – a *brasilità* – um dos livros amplamente utilizado como instrumento de formação do sentimento de patriotismo brasileiro, foi o livro de história *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo. O livro foi editado pela primeira vez em 1917 pela Cia. Melhoramentos de São Paulo e foi amplamente difundido no Brasil durante a década de 1920, chegou sua 18ª edição com 395 mil, dos 452 mil exemplares impressos. A maioria desses livros utilizados pelas escolas públicas primárias na década de 1920 continuou a ser solicitado para uso nas aulas nas colônias após 1930. (MASCHIO, 2012:256)

A preocupação nacionalizadora fechou escolas, proibiu dialetos, substituiu professores e oprimiu as manifestações culturais,

Assim, no período que corresponde às décadas de 1930 e 40, quando as campanhas de nacionalização tornavam-se compulsórias, a escola italiana laica já não tinha mais lugar na cidade. Existiam ainda várias escolas católicas italianas, diante das quais a postura do governo foi mais tolerante. Com sensíveis diferenças das escolas italianas laicas, as escolas italianas católicas conseguiram prolongar a sua atuação e, conseqüentemente, a disseminação dos sentimentos “italianófilos” por mais tempo através de táticas. Certeau diz que “quanto mais fraca as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática” (MASCHIO, 2012:312)

Nesse contexto é interessante notar que Fido não tenha mantido qualquer vínculo com sua origem cultural imigrante, nem italiana, nem oriental. Não parece ter havido herança, nesse sentido. Ele era um industrial brasileiro e, enquanto tal mantinha-se alinhado com o projeto político nacional. Algumas referências comuns aos industriais em propagandas e almanaques enfatizavam apenas os valores do trabalho feito e a capacidade individual, ser imigrante ou descendente virava um complemento a ser nivelado, colocado em condição de igualdade. Um exemplo notável são os

anúncios do álbum do Paraná (edição do ano 1924-25), que acrescentam a algumas apresentações a frase de efeito: “este italiano de origem que é brasileiro de coração” (FOTO 11). Novamente, os “laços do coração” são evocados como uma não obrigatoriedade conveniente.



FOTO 11 Os “italianos que são brasileiros de coração” num exemplo do Almanaque do Estado do Paraná (s.d.). Acervo Arquivo Público Municipal

Fido abandonou seus estudos na educação formal, mas tinha noções de mecânica boas o bastante para consertar as máquinas de sua fábrica e seus futuros automóveis (CARNEIRO, 1981:130). De acordo com a sua própria descrição,

É gordo, baixo e moreno,/Tem o pé 47/Burguez, pacato e sereno,/Por elogios se derrete
 Em tudo que ele se mette/De fidalguias é pleno:/Para o futuro promete/Passar a vinho do
 rheno

Tem algumas propriedades:/A casa de Novidades/ E outras mais (não é história)
 Como marchante é excelente/ E é chronico presidente/ Dos amadores da Glória
 (Fido Fontana - Figurinha de Cera⁷³)

Apesar das diferenças de contexto, as estratégias iniciais de Fido para compor sua fábrica de beneficiamento de mate foram similares a algumas bem conhecidas por Fasce: o contato direto com casas comerciais do rio da Prata e as técnicas de secar banhados. Mantendo os contatos herdados e aterrando um lote próximo à estação ferroviária, Fido construiu o engenho Tibagy-Ildefonso em 1924 (ILUSTRAÇÃO 6). Antes disso, entretanto, se envolveu em vários empreendimentos como importador.



ILUSTRAÇÃO 6 A fábrica de Fido algumas décadas depois, notando as ruas já asfaltadas. Fonte: MIRANDA; URBAN, 1998

Dean, tentando identificar o posicionamento das indústrias de imigrados e descendentes, percebeu uma conexão sólida “entre os negócios de importação e o desenvolvimento industrial” (DEAN, 1971:22, *apud* CAPPELLIN, 2010:54), constatando que

No Brasil, *mercado de fronteira*, o importador detinha um conhecimento privilegiado do mercado. A figura do importador estrangeiro, segundo Dean, foi a de um negociante cuja posição estrategicamente válida pode torna-lo um potencial industrial. As pesquisas de Dean mostram que muitas vezes os importadores convertiam suas agências de vendas em “fábricas autorizadas” de empresas inglesas, espanholas e portuguesas. (CAPPELLIN, 2010:54)

⁷³ A Notícia, 26 de agosto de 1906

O conhecimento e as conexões ultramarinas eram importantes nesse processo. Fido manteve negociações com o Uruguai, com as firmas Taranco & Cia (Montevideo) e José Gonçalves & Irmão (Nova Palmyra), a partir de sua firma individual, “Francisco F. Fontana”, que em 1904 já estava no segundo livro de cartas comerciais. As correspondências mais frequentes eram as destinadas à Azevedo & Cia, Bellegarde & Bittencourt, Banco Alemão, Bravo J. Rodrigues, Cardoso & Cia, Demosthenes Simas, Farhat & Cia, Freixas Urquijo & Cia (Buenos Aires), Guimarães & Cia (Paranaguá), Luiz C. Erc & Cia, Marçallo Veiga & Cia (Antonina), Mathias Bohn (Paranaguá), Peixoto Morales & Cia, Souza, Filho & Cia (Rio de Janeiro), Zeuca Ramos & Cia (Rio de Janeiro), e a Baroneza do Serro Azul. Com essa, tratava sobre a situação dos negócios e remessas em dinheiro, lista de retiradas e gastos, etc. Repetidamente, as cartas são sobre transações comerciais, envio de mercadorias ao porto, incluindo venda de farinha e arroz.

Não apenas itens alimentícios, Fido importava também objetos aleatórios e equipamentos fotográficos, o que pode questionar sua ligação com a Ildefonso & Cia, que apostava na indústria cinematográfica. Tudo comercializado em sua Casa de Novidades⁷⁴. Em 1903, ele expandiu os negócios de importação para um nicho muito pouco explorado nacionalmente. Trouxe um Renault, modelo La Minerve (CHAVES, 1995; ROMANEL; SCHERNER, 2007), o primeiro automóvel do Paraná. Fez também a primeira travessia de um estado a outro em automóvel, em 1907, e em 1913, era o representante dos automóveis Benz.



ILUSTRAÇÃO 7
Essas propagandas circulavam no periódico satírico *A Bomba*, em 1913. Fonte: bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

⁷⁴ A Notícia, 24 de julho de 1906

O terreno em que seria construída a fábrica de Fido foi comprado em 1924. Coronel José Carvalho de Oliveira, antigo dono, não incluiu o ramal ferroviário que



FOTO 12 Firma começada por Fido, que tinha como ramo de comércio "a indústria, exportação, fábricas de beneficiar herva matte e outros negócios que convenham à sociedade". Possuía um endereço também na Argentina. Fonte: Álbum comemorativo da Exposição-feira de Curitiba

atravessava os limites da futura fábrica na compra, o qual haveria de ser pago pelo uso. Entre a avenida Ivahy (Getúlio Vargas) e a João negrão foi estabelecida a Tybagi-Ildefonso três anos depois, que já funcionaria com a firma F.F.Fontana & Cia (FOTO 12), da qual participavam Alipio Ferreira Maciel, Manoel Francisco Correia e Leocadio Souza.

Seu ramo de comércio era "a indústria, exportação, fábricas de beneficiar herva matte e outros negócios que convenham à sociedade".

Parte do maquinário era composto pelas invenções de seu pai, como os pilões inclinados (FOTO 13). Os moinhos e parte de outros mecanismos como os silos, foram



FOTO 13 Os Pilões inclinados foram uma entre as inovações registradas por Fontana. Verificamos que algumas ervateiras, como a Lapeana Herva Matte Legendária, continuam utilizando esse mesmo mecanismo, adquirido por eles em 1940. Fonte: Acervo Pessoal Fernando Fontana

projetados por encaixe, permanecendo montados pelo menos até a venda da fábrica, em 2012. As barricas eram obrigatoriamente utilizadas- a própria Hervateira Americana possuía um setor para confecção de barricas para suprir as necessidades da fábrica. Na

Tibagy-Ildefonso estas não eram fabricadas, obrigando a compra. Na casa já existente no terreno

comprado foi instalado um laboratório, e nos prédios próximos à administração havia um dentista. Fontana seguiu em parte os princípios do Regulamento de 1910 praticado por Carneiro.

Entretanto, em boa parte do terreno, os prédios eram destinados à produção litográfica. A Sociedade Metalgraphica, existente desde 1917, num prédio sito na rua João Gualberto, foi transferida para a sede do novo engenho. Ela existia pelo trabalho de Kirstein e Schroeder, dois alemães que trouxeram a técnica da decalcomania ao Paraná, imigrados em 1912. Numa entrevista com o contador da Sociedade entre 1929-1935, Cesar Pinto Junior, concedida à Rosirene Gemael (1975)⁷⁵, é explicado que praticamente todos os litógrafos eram alemães ou descendentes de alemães, que a maior parte deles aprendia o ofício na própria fábrica, e da Alemanha vinham livros e folhetos



DECALCO 1 Inicialmente, os decalques eram feitos para crianças. Eram as famosas "figurinhas pra tirar". Esse é um decalque infantil produzido pela Fontana. Fonte: Acervo IFPR

sobre o tema.



DECALCO 2 Rótulos como os da ervateira Emilie Van Linzeng (de Rio Negro) eram confeccionados pela Metal Graphica. Fonte: Casa da Memória (FCC)

Ainda que inicialmente as decalcomanias⁷⁶ (DECALCOMANIA 1) fossem feitas para crianças (as 'figurinhas pra tirar'), depois se disseminaram como forma de propaganda e decoração. O foco da sociedade era fazer rótulos, incluindo os da Fontana e da Leão Jr., ambos sócios da firma. Os serviços eram fornecidos a também a outras grandes indústrias (DECALCOMANIA 2), como a Senegaglia e a Cervejaria Atlântica, "também fizemos para a Cervejaria Adriática uns cartazes

⁷⁵ <http://fenodesign.blogspot.com.br/2013/02/entrevista-cesar-pinto-junior-fala.html>

⁷⁶ De acordo com Fernando Fontana, "(...) a decalcomania, diferentemente do rótulo, é impressa num papel, que inicialmente era duplo, tipo papel de seda grosso. Na hora de aplicar recortavam a decalco, separavam os dois papéis e colocavam na região a ser aplicada, principalmente em cerâmica. Eram três tipos de decalcomania: decorativa promocional, comercial e industrial. Para a produção de decalcomania, a fábrica chegou a ter cerca de 60 funcionários" (PRESAS, 2007)

em folha, com a impressão de uma garrafa cheia de cerveja com a seguinte inscrição: “Pão líquido”.”, lembra Cesar. A Sociedade Metal Graphica foi absorvida pela Fontana na década de 1940.

5. ILDEFONSO, FERNANDO E FASCE

Fido faleceu em 1946, no Rio de Janeiro⁷⁷. No periódico “A Noite” são listados os cargos e funções que ele cumpria: presidente das fábricas Fontana S.A., da Associação Comercial do Paraná, do departamento regional de Touring Club do Brasil e Vice-cônsul da Bélgica em Curitiba⁷⁸. Entre os filhos, Francisco Flávio Fontana e Ildefonso Correia Fontana manteriam a fábrica de erva mate.

As duas gerações seguintes foram marcadas, portanto, pela continuidade da família nos negócios do chá (ILUSTRAÇÃO 8) e pela busca de um passado familiar. Flávio trabalhou por um pequeno tempo na fábrica e se dedicou à advocacia, ingressando no Instituto dos Advogados do Paraná em 1931⁷⁹. Ildefonso permaneceu nas ocupações do pai até aposentar-se e foi quem estabeleceu contatos com parentes uruguaios para reconstruir a história do avô.



ILUSTRAÇÃO 8 A idade da indústria é contada somando os anos em que Fasce não havia ainda adquirido o Engenho. Aí temos o centenário (fictício, portanto) do Sistema Fontana. Acervo IFPR

⁷⁷ Jornal A Noite, 22 de outubro de 1946, Ano XXXVI, n.12

⁷⁸ Fontana foi reconhecido como Encarregado do Consulado Honorário da Bélgica, pelo Decreto n. 290 de 1942, contexto influenciado pela reorganização do Ministério de Relações Exteriores de 1938. Conforme o Decreto-lei n.791, de 14 de outubro de 1938, cap. IV, Art.23, as funções consulares honorárias poderiam ser exercidas por brasileiros ou estrangeiros, nos consulados ou vice-consulados

⁷⁹Sobre o tempo na fábrica, pouco pode ser deduzido do arquivo do Instituto Federal do Paraná. Sobre a carreira na advocacia, a informação foi cedida pelo Instituto dos Advogados do Paraná, que informou também sobre o exercício de promotor em Prudentópolis e Procuradoria da Receita Federal, sendo transferido à São Paulo por razões políticas e falecendo lá aos 77 anos

Ser ervateiro no pós-trinta não tinha o mesmo significado que ser um *illexfactor* no fim do século XIX. A conexão entre indústria e progresso no aspecto da modernização foi substituída na década de 1950 em diante pela ideia de *desenvolvimento*. As cooperativas nos ervais foram incentivadas e atraíram também imigrantes às áreas rurais, descentralizando espacialmente ainda mais a produção. A Confederação Nacional do Mate aparece como estratégia de agregar esses produtores, mas não dura muito tempo.

As cooperativas se uniram então para, em 1939, fundarem a Federação do Mate do Paraná e de Santa Catarina. As organizações não apenas dos industriais, mas dos atores rurais que trabalhavam em outras etapas produtivas, ou mesmo no beneficiamento em cooperativas, se tornaram supralocais, ou seja, ultrapassavam o antigo centro produtor. A Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores do Mate, criada pelo Serviço de Economia Rural, por exemplo, reunia 7446 associados do Paraná e de Santa Catarina no ano de 1943 (OLIVEIRA, 1974). Nessa década existiriam as quotas de exportação e o financiamento às cooperativas da economia ervateira, registradas em inúmeras cartas comerciais como uma dor de cabeça aos industriais bem estabelecidos, como Leão e Fontana.

Quatro importantes engenhos se fundiram em 1953, por iniciativa de Ildefonso, e formaram os Moinhos Unidos Brasil Mate S.A. (MU). Ele era composto pelos produtores David Carneiro & Cia S.A., José Lacerda & Cia Ltda., B.R. Azevedo & Cia Ltda e Fábricas Fontana S.A. Por essa união, o MU se tornou produtor do famoso Mate Real, e permaneceu sob o controle dessas famílias até gerações atuais⁸⁰.

Na década de 1970, alguns pedidos de intervenção foram enviados a Newton Carneiro, presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), também descendente de família ervateira, em forma de cartas e diagnósticos econômicos, estratégias bastante conhecidas. Na sua criação como repartição do

⁸⁰ Até mesmo a sua produção permaneceu, até meados de 2012, na mesma fábrica construída por Fido em 1927. Localizada na esquina entre a rua João Negrão e a Av. Getúlio Vargas, atualmente é uma sede do Instituto Federal do Paraná. O MU continua funcionando em nova fábrica, em Almirante Tamandaré.

Ministério da Agricultura, em 1967, o IBDF assumira a função de regulamentar a produção, antes competência do Instituto Nacional do Mate⁸¹.

Os industriais dos Moinhos Unidos e da Leão fizeram sérias denúncias de cooperativas que, isentas de impostos estaduais e federais, pouco fiscalizadas pelos Órgãos Federais, aproveitavam de suas vantagens para negociarem diretamente com seus clientes oferecendo o mate em condições sustentáveis apenas por uma série de ilegalidades⁸². Num contexto em que as exportações estavam em constante queda, entre 1965 e 1969 diminuiu de 46 mil a 25 mil toneladas, o sistema de quotas e as irregularidades denunciadas ao IBDF eram assuntos importantes para a sobrevivência dessas indústrias antigas.

Nesse período, a fábrica de Ildefonso, conhecida então por Mate Real, buscava outras aberturas no mercado. As decrescentes demandas uruguaias, disputadas pelas cooperativas, e argentinas, afinal, a Argentina passou de importadora a exportadora de erva mate, foram motivação para novas estratégias. Essas também incluíam parcerias com empresas estrangeiras, como a norte-americana Celestial Seasonings.

A expansão dos países aos quais o mate era exportado foi notável – a partir da década de 1950, são citados em cartas comerciais a Alemanha, Bolívia, Canadá, Espanha, Estados Unidos, México, Peru, Síria, Suécia, Itália, Israel, União Sul Africana, Líbano, entre tantos outros (STOLLMEIER, 2013:56). As estratégias de venda e propaganda haviam logicamente sido muito alteradas, e o chá sofreu uma recorrente identificação à cultura tropical brasileira, como “Em vez de CHÁ: TENTE VENDER O CHÁ TROPICAL”.

“Tipicamente brasileiro” (ILUSTRAÇÃO 9), mas ainda pouco consumido no Brasil, a propaganda criada pelo MU incentivava o chá a fazer as vezes do café após a geada de 1975, momento em que esse havia encarecido e passava por inúmeras fraudes na produção. Essa pretensão era a do Mate Real, que anunciava ser “a outra

⁸¹ O IBDF, junto à Secretaria Especial de Meio Ambiente e outros órgãos formaram o IBAMA em 1989.

⁸² As denúncias constam em ofícios dos Moinhos Unidos Brasil Mate S.A. ainda não catalogados pelo IFPR, sendo assim, sem referência catalográfica. Datam de abril a agosto de 1970.

bebida brasileira”. Mas o plano do “café das cinco e chá no balcão” não passou de um devaneio,

Como bem disse certa vez Newton Carneiro: - A diferença do tratamento que foi dado entre o chá comumente chamado Chá da Índia e o Chá de Mate foi bem desigual. O primeiro, tratado como produto comercial e o outro como produto político. Sendo assim, o resultado foi o quadro que hoje se apresenta: o grande consumo do Chá da Índia e o pouco consumo mundial do Chá de Mate (Discurso do presidente da Moinhos Unidos na inauguração da sala dedicada ao Cel. David Carneiro em 23 de agosto de 1978).



ILUSTRAÇÃO 9 Nas propagandas estrangeiras, o mate estava assumindo a identidade brasileira, enquanto continuava sendo menos consumido que o chá da Índia no Brasil. Acervo IFPR

O discurso de Ildefonso toca numa dimensão interessante dos negócios do mate, ser *um produto político* se relaciona tanto com a forma como a indústria tentou se fortalecer como com as representações das quais o próprio chá foi investido para seu consumo ser incentivado além do território platino, nacional e internacionalmente. A propaganda para o mate durante a gestão de Ildefonso continuou uma atividade de suma importância, e acompanhava o desenvolvimento da indústria de decalcomanias.

Quanto às decalcomanias, a Sociedade Metal Graphica havia sido incorporada pela Fontana S.A. no começo da década de 1940. Os gerentes cotistas eram o Fido Fontana, Manuel Francisco Correia, Ildefonso Correia Pereira e Gabriel Leão da Veiga, todos parentes. Essa parte se manteve separada do MU e se tornou cada vez mais especializada, através da atualização dos maquinários europeus e norte-americanos, e de um serviço de assistência técnica pela firma americana The Meyercord Co. O empenho na produção de decalcomanias termina em 1975, quando essa parte da fábrica sofre um sinistro (FOTO 14) que destrói todo o equipamento recém-importado. Restou então apenas a produção de erva mate.

Ildefonso faleceu em 1981, momento em que Fernando Fontana se ocupava de outras funções, como a secretaria da Indústria e do Comércio do Paraná. Ele trabalhou no MU durante a década de 1960, mas não permaneceu por muito tempo. Entre os quatro filhos de Ildefonso, escolhemos Fernando por ser um dos descendentes de imigrantes que mantém a história familiar no IHGPr. Como associado, participa das atividades do Instituto, apresentando palestras em seu auditório em algumas ocasiões. O legado

de Ildefonso a Fernando aconteceu no aspecto da construção de uma memória familiar: no arquivo da Mate Real foram encontradas várias cartas trocadas entre Ildefonso e Daoiz, um uruguaio de Nova Palmira, a fim de recriar a genealogia de Fasce, trocando textos e jornais sobre a outra parte da família que não veio ao Brasil.



FOTO 14 O incêndio na fábrica Fontana provocou o fim da produção de decalcomanias. Poucos anos depois foram construídos prédios para estocar erva mate no mesmo local.
Acervo: IFPR

5.1 Fernando e o imigrante “Tipo”

A busca pelos antepassados é um fato recorrente e certamente foi potencializada pela demanda da dupla cidadania⁸³, proporcionando um movimento regresso generalizado, comum a muitas famílias. Suliani (2012) organizou uma coletânea de narrativas sobre as gerações que percorrem os arquivos nacionais e estrangeiros em busca do passado, em busca dos imigrantes “construtores da história”, tornando-se elas mesmas construtoras de histórias no sentido literal.

⁸³ A Dupla nacionalidade foi viabilizada no Brasil em 1994, com a emenda revisional n.03/94 sobre a Constituição de 1988 (www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/ECR/ecr3). Antes disso, a naturalização em outro país implicava na perda da nacionalidade brasileira. A nacionalidade brasileira, entretanto, funciona com sistema *jus solis*, quer dizer, é brasileiro nato o nascido em território brasileiro.

Nessas e em outras narrativas observamos a completa romantização dos fatos, conectada à busca de uma identidade étnica herdada, ao reforço da ideia de “sangue italiano”, “sangue alemão”, que são sugestões de categorias operando na prática e no tempo. Ser imigrante, como aponta Lesser ao falar do Brasil, por ancestralidade, “não necessariamente vinculada ao local de nascimento” (2013:165).

(...) No Brasil, indivíduos apresentam-se e são rotulados como imigrantes de formas situacionais, algo que não é tão comum nos Estados Unidos, onde o *status* de imigrante em geral desaparece depois de uma geração. No Brasil, no entanto, a categoria “imigrante” muitas vezes é ancestral ou herdada e pode permanecer mesmo entre aqueles que nasceram no país: categorias hifenizadas (como nipo-brasileiro ou ítalo-brasileiro) são raras. (LESSER, 2013:163)

Alguns relatos em Suliani enfatizam o compromisso de procurar saber sobre o próprio passado e não “se envergonhar da sua história”, de sentir-se “orgulhoso” e “honrar as próprias tradições”, elementos subjetivos que envolvem o afeto e a memória, e reforçam os vínculos entre gerações. Por exemplo, uma das viajantes narra que ao chegar a Roma em 2008, foi “tomada por uma grande emoção. Chegava à terra do nono, mesmo sabendo que ele não conheceu Roma” (2012:16). Tanto as buscas como as histórias se conectam duplamente, com o passado genealógico, familiar, e com o passado de um grupo, que pode ser ou não definido etnicamente. Nessa última constatação, a “memória de grupo” age na manutenção do mesmo e no agrupamento das memórias “vivas” (ASSMAN, 2011:54), o que quer dizer que a narrativa histórica reconstrutiva faz legitimar, ou existirem as bases legitimadoras, de uma situação ou grupo, ainda que não tenha sido essa a motivação.

Notamos, entretanto, que a pesquisa de Ildefonso não parecia conectar Fasce à nacionalidade italiana. A história da imigração de toda a família e o estabelecimento em Nova Palmira eram os assuntos principais das cartas trocadas. Ser italiano parecia ser uma informação menos relevante, até mesmo secundária, que ser um comerciante no rio da Prata, talvez pelas poucas informações de Rapallo, a cidade de origem. A busca de Ildefonso e a de Fernando também pertenciam a dimensões diferentes. Aquele

manteve as cartas guardadas e a história destinada apenas aos familiares, e guardou as diferentes versões da história contadas por outros parentes, por mais romantizadas que fossem. Esse levou a busca a palestras, objetiva escrever um livro e associou-se ao IHGPr.

Entrevistei Fernando três vezes. A primeira delas aconteceu no mesmo dia em que telefonei pela primeira vez, em 2012 (entretanto, não pode ser gravada). Naquela semana, ele respondia à Gazeta fornecendo parte do material que deu origem a uma grande publicação sobre erva mate⁸⁴ – sua história, personagens, fábricas, rótulos, etc⁸⁵. Observando alguns itens de seu acervo, mencionei a pesquisa que havia iniciado no acervo da Mate Real, transferido ao Instituto Federal do Paraná quando a antiga fábrica foi comprada, e ele teve interesse em ir ao arquivo para falar sobre os documentos existentes lá.

Nessa primeira visita, Fernando se lembrou do local exato na sala forte⁸⁶ em que uma réplica da “sumaca La Constanza” deveria estar. Essa réplica importava porque representa a forma que os Fontana cruzaram o Atlântico, numa embarcação tipo “sumaca”, um pequeno navio à vela. Tanto ela, como os quadros, móveis e esculturas foram mantidos na família depois da destruição da Mansão das Rosas, na década de 1970 (FOTO 15). Podem ser compreendidos como “objetos biográficos” deslocados pelas gerações, às vezes representando a distância no tempo e no espaço, expandindo a noção de Fausto, que é a de “(...) fragmentos de um mundo a que se deseja voltar, mas que se suspeita jamais ser possível rever, ou pior, ao revê-lo não mais reconhecer seus traços originais” (FAUSTO, 2012:18), guardando medalhas de honra, selos e livros, geração após geração.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/erva-mate/index.jpg>

⁸⁵ Fotos de seu acervo particular também nos foram cedidas, algumas incluídas neste trabalho

⁸⁶ Todos os documentos estavam guardados numa sala forte, espécie de cofre, na qual foram sendo acumulados por quase um século. Quando Fernando foi lá, ainda eram poucos os que eu tinha tirado do cofre. O estado do material era, no geral, muito danificado, o que prorrogou o trabalho de campo. Sobre essa pesquisa, ver STOLLMEIER, 2013.



FOTO 15 Interior da Mansão das Rosas, num período em que colecionar livros não era algo tão viável. Muitos desses objetos e móveis foram mantidos. Fonte: Gazeta do Povo

No ano em que a Mansão das Rosas foi demolida o problema principal era a manutenção de sua estrutura, de forma que após a venda apenas o portal em estilo toscano e algumas árvores foram mantidas⁸⁷ (FOTO 16).

FOTO 16 O portal da mansão das Rosas e algumas das árvores no jardim da década de 1960 foram os patrimônios conservados. Acervo: Casa da Memória



⁸⁷ Jornal "O Estado do Paraná", 31 de janeiro de 1974, p.4

Na década de 1970, a família procurou o diretor do Museu Paranaense, Oldemar Blasi, duas vezes⁸⁸. A primeira, para doar um livro de catálogo de madeiras do Paraná, pertencente ao Barão do Serro Azul, o “Madeiras do Paraná: Império do Brasil 1889”. A segunda, para explorar a possibilidade de doar o moinho principal da antiga fábrica de Fido (FOTO 17 e 18). Estabelecido do prédio do Paço da Liberdade, o Museu não tinha espaço suficiente para a doação (que permaneceu no lugar original).

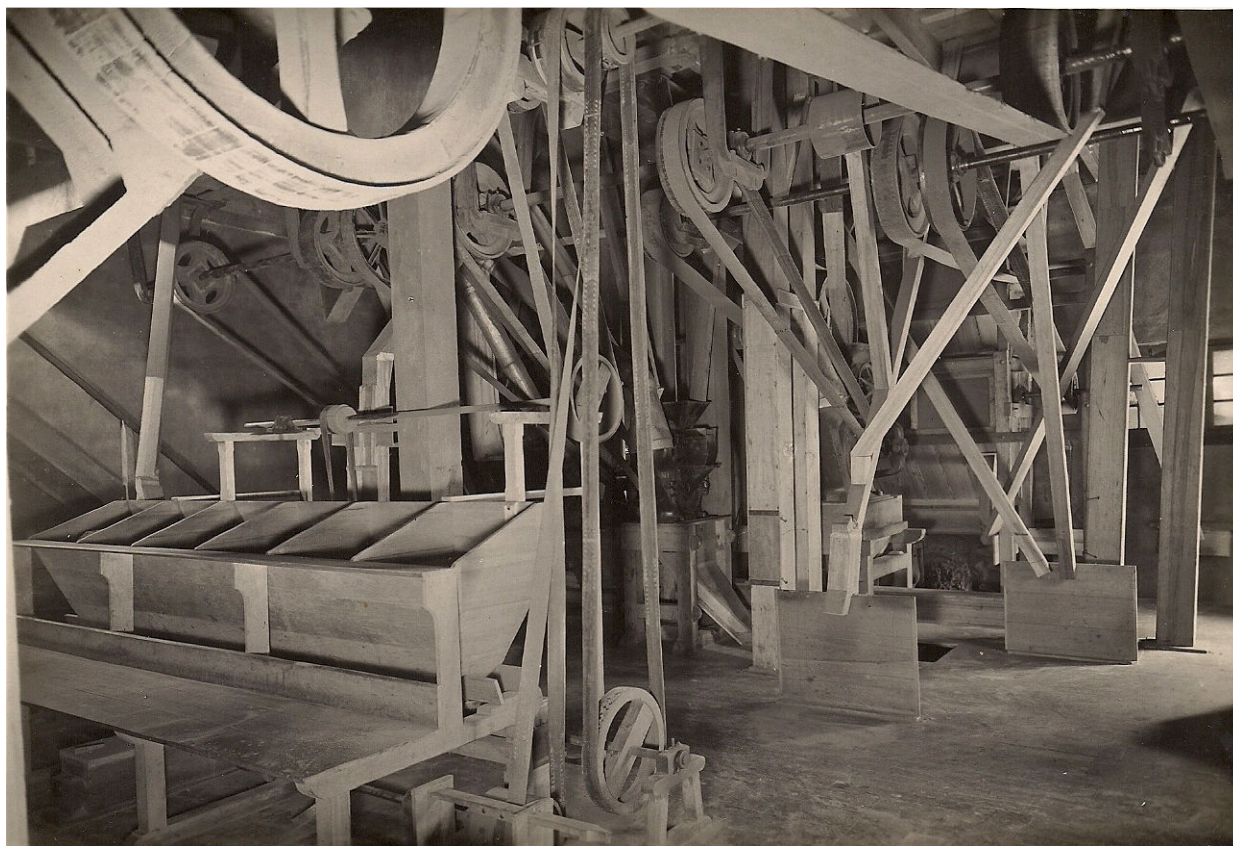


FOTO 17 Foto de 1933. Maquinário principal da Fábrica construída por Fido. A doação ao Museu Paranaense não deu certo, sendo mantido na fábrica até que ela fosse desativada. Fonte: Acervo Fernando Fontana

⁸⁸ Essas informações foram retiradas de ofícios do acervo dos Moinhos Unidos Brasil Mate S.A. não catalogados pelo IFPR



FOTO 18 O mesmo maquinário, ainda na fábrica em 2013, do ângulo oposto. O IFPR estudava a possibilidade de mantê-lo como memorial após as reformas para adaptar o local em salas de aula. Fonte: Stollmeier, 2013

Os objetos fazem parte da busca de Fernando e da sua produção, são fontes de informações constantes nos seus escritos, compõem o conjunto de dados acessível apenas a um colecionador de memórias e coisas familiares. Essa é uma possibilidade de interação com as gerações anteriores, pois os dados que os objetos contêm não são apenas as características de suas formas.

Pensamos no termo de Mannheim de “dados experienciais”, que são passados pela herança junto a certas práticas, e que, numa perspectiva arqueológica, possuem a dimensão material. Em outros termos, a predileção pela história familiar está potencialmente contida nos retratos feitos por Alfredo Andersen, mantidos pela família. Está também nos quadros de medalha de honra, bens que são apropriados tanto material como simbolicamente, e que pressupõem, portanto, a transmissão do capital cultural.

As cuias de erva mate estão entre os objetos que Fontana manteve, algumas agregadas à coleção em suas voltas ao Uruguai, local em que começou suas próprias

pesquisas sobre Fasce⁸⁹. Em Montevideo, Fernando conheceu Vicente Perez Caffarena, e narrou que “no apartamento (de Caffarena) logo na entrada, estava um recorte da “Gazeta do Povo” de 1978 dando conta de minha posse na Secretaria de Administração: o pai de Vicente e meu pai trocaram correspondência durante muito tempo (mas o Fonso nunca contou!)”. Mesmo que a busca de Ildefonso se voltasse ao âmbito familiar, ele não tinha falado a Fernando sobre o contato com Daoiz, que era, então, neto de Felipe Fontana (irmão de Fasce que permaneceu em Nova Palmira). Caffarena, um memorialista, filho de Daoiz e bisneto de Felipe, e Fernando prosseguiram as pesquisas num âmbito diferente, visando a pesquisa histórica e a exposição pública de suas narrativas.

A produção de Fontana participa da finalidade do Instituto⁹⁰ também pelas palestras. O material de “A História do Homem que Construiu o Passeio Público”, apresentada em outubro de 2013 no IHGPr, nos foi inteiramente cedido, junto a três rascunhos elaborados por Fernando – “Francisco Fasce Fontana”, “Minhas anotações” e “Atividades de Interesse Social no Paraná”. Todos esses documentos conformam um quadro-síntese do que considera relevante – dos tópicos prioritários, das contradições a serem desfeitas e temas a serem mencionados, que ele descobriu e ampliou quando esteve no Uruguai.

De forma geral, a conclusão de Fernando é a de que tanto pela forma de chegada (uma segunda migração do rio da Prata, diferente dos italianos da *grande imigração* no mesmo período), como pela entrada numa “elite”, o avô não era um

⁸⁹ Fontana empreendeu uma longa busca no Uruguai, menciono algumas anotações do meu caderno de campo: “Quando Fernando foi atrás da história original, passando pela igreja de Nueva Palmira (Uruguai), cujos documentos de antes de 1890 não abrigava mais, ele teve que ir atrás de uma Fontana pela lista telefônica. Deu num brexó, e a senhora que atendeu possuía uma série de documentos recolhidos pela filha que queria dupla cidadania. Mas indicou uma outra pessoa que saberia ajudar melhor, e este um outro, que era o filho do Daoiz (este com o qual Ildefonso se comunicava por cartas como as que encontramos na fábrica). O que aconteceu foi que o irmão mais velho de Fasce foi mandado para o Uruguai antes dos mais novos os seguirem. Então eles vieram, dois dos irmãos já estavam bem encaminhados (...) Fasce ficou sendo treinado quando jovem no Uruguai por um engenheiro chamado Cominjes, quem o ensinou a escoar pântanos, atividade realizada por ele para o passeio público, também para os Moinhos por Fido. A fábrica está em cima de troncos inteiros de pinheiros, pois lá também era um grande banhado”

⁹⁰ O Estatuto do IHGPR estabelece no Art.2º que a sua finalidade principal é “o estudo, a pesquisa, a preservação, a promoção e a difusão da História, Geografia e/ou ciências afins, especialmente referentes ao Estado do Paraná, e entre os deveres dos associados, definidos no Art.7º, está “prestar ao IHGPR todo o apoio e auxílio intelectual, moral e material possível”.

imigrante típico, era o que ele definiu de “imigrante tipo”, que conseguiu se diferenciar em seu contexto, mas que aos olhos do presente continua um anônimo.

O anonimato de Fasce pode parecer um paradoxo, visto que ele tenha sido homenageado postumamente através da instalação de monumentos duas vezes. A primeira, pelo prefeito Cândido de Abreu (1913-1916) que, aos se completarem trinta anos da inauguração do Passeio público, colocou ali uma estátua de Fontana. Isso aconteceu depois de uma grande reforma promovida pela Comissão de Melhoramentos de Curitiba, que adaptou o projeto junto ao responsável pelo portal de acesso inspirado no *Cemitière des chiens*, o arquiteto francês Bouvard (RIZZI, 2003:67),

(...) o novo projeto para o Passeio Público, com canalização do Rio Belém e obras nas ruas próximas, havia ficado pronto em 1913. Supõe-se que em 1915, foi contratado Bouvard para reformulá-lo, já que o Passeio possuía proposta de ampliação da área em direção à chácara Nhá Laura (atual colégio Estadual) e em direção à chácara Bittencourt (Círculo Militar), ao qual foi doado em 1916 parte do terreno (RIZZI, 2003:72)

A segunda, na gestão do prefeito Iberê de Mattos (1958-1962) quando foram colocadas duas placas de bronze. Uma no portal do Passeio, indicando que quem o projetou, construiu e doou foi Fasce enquanto Visconde de Taunay era presidente provincial. Outra identificando a estátua existente: “Comendador Francisco Fasce Fontana, saneou, construiu e doou ao povo de Curitiba esse Passeio Público em 1886”. Essas homenagens aconteceram no fim de uma reforma em 1960 que desviou o curso do rio Belém. A água seria fornecida por poços artesianos nos novos lagos moldados com concreto armado. Os problemas que o rio criava para a expansão das construções na região seriam resolvidos, entretanto, apenas na década de 1970 com a sua canalização⁹¹.

Observamos que as homenagens ao Fasce estavam totalmente correlacionadas com alterações no Passeio Público, e sua identificação aconteceu unicamente como “o construtor” desse espaço. Isso faz sentido na lógica da representação local, pois as prioridades eram as homenagens aos heróis nacionais e postumamente aos personagens da Primeira República, não aos atores locais,

⁹¹ Para mais informações sobre o Passeio Público, recomendamos a pesquisa “Retratos do Belém” disponível em <http://retratosdobelem.blogspot.com.br> (acessado em janeiro de 2016)

Grande parte do acervo de obras é de heróis ligados diretamente à República e o restante (exceto O Semeador) foi adotado para propagar a mensagem da nova administração política do Brasil. A comprovação de que houve culto aos heróis de forma tardia em Curitiba, está verificada a partir das datas de inauguração dos monumentos: cerca da metade foi erguido somente após o fim da Primeira República. Diferentemente de Porto Alegre, a capital paranaense não teve o governo local como o grande financiador das obras, tarefa concretizada por pequenos grupos. Está visível o modismo em erguer monumentos em Curitiba. Ao invés de glorificar heróis que atuaram diretamente na região, preferiu-se cultuar homens que se destacaram nacionalmente. A incoerência de ter na praça da cidade uma obra homenageando Floriano Peixoto nos mostra a dimensão das contradições encontradas nos acervos analisados. (SILVA, 2008:372)

A fama tem seu espaço na memória cultural, mas como lembra Assman, até mesmo a “memoração religiosa dos mortos depende da recordação dos vivos” (ASSMAN, 2013:37). Por isso, o IHGPr ocupa um lugar paradoxal na história e participação de descendentes de imigrantes, porque na prática ele surgiu e operou com propósitos políticos desde 1900, que incluíam a difusão de sua produção historiográfica, como veremos adiante.

Enquanto instituição de guarda de materiais históricos, o Instituto funciona como apoio de uma memória cumulativa, termo criado por Assman (2013) para definir uma forma de memória seletiva do “o repertório de possibilidades perdidas, opções alternativas e chances desperdiçadas” (ASSMAN, 2013:154). A memória cumulativa não possui uma relação vital com o presente, é secundária, e “precisa ser apoiada por instituições que preservam, conservam, investigam e difundem o saber cultural” (ASSMAN, 2013:153). É importante porque dispõe o que pode ser apropriado, associado em processos que geram sentido e que fazem a memória funcional operar e ser recriada.

É a produção do Instituto e o que é feito dela que cria ou altera os sentidos potencialmente agregadores à memória funcional, transpondo uma espécie de fronteira entre esta a memória secundária, em potencial. A memória funcional, também definida por Assman (2013), “trata-se de uma memória que, ao passo que se apropriam dela, resulta de um processo de seleção, associação, constituição de sentido” (ASSMAN, 2013:150). Por isso as atividades produtivas são tão ou mais relevantes que a

constituição do acervo, pois evocam o mesmo processo construtor das memórias oficiais, das que são legitimadoras de uma ordem política ou deslegitimadoras, das que distinguem grupos sociais.

O IHGPR foi criado a partir do modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma instituição fundada no Rio de Janeiro em 1838, cuja missão era produzir “informações corretas e precisas, imparciais e objetivas sobre a nação” (BARBATO, 2014:341), trabalho de uma seleta elite intelectual luso-brasileira, como também estabelece Guimarães,

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo. (GUIMARÃES, 1988:08)

As atividades de pesquisa do IHGB promoveram, portanto, um esforço pela definição do que seria incluído ou excluído do “nacional”. No critério político, os “outros” seriam nesse período as repúblicas latino-americanas, pois o que se promovia era a continuidade da “tarefa civilizatória” da colonização portuguesa, Guimarães continua o seu argumento sobre esse “movimento de dupla face”:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do ‘outro’, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. (GUIMARÃES, 1988:07)

O modelo do IHGB foi praticamente transposto ao IHGPr, demandando a construção de uma identidade coletiva num contexto regional. Rosevics afirma que este “expressou uma ação política de manutenção do poder a partir da produção dominante

de ideias que fossem hegemônicas na sociedade” (ROSEVICS, 2009:30). Num primeiro momento,

O trabalho exigido para o *IHGP*, de coleta de dados sobre o Paraná, elaboração de pesquisas e produção científica, foi um dos instrumentos encontrados pelos intelectuais do período estudado para diferenciar o estado do Paraná das demais unidades políticas da federação, mantendo assim a legitimidade de sua autonomia política. Ao mesmo tempo, ele possibilita a construção de laços de solidariedade entre os habitantes tão dispares que passaram a compor o território do estado. (ROSEVICS, 2009:33)

Em termos políticos, como afirma a autora, até mesmo pelos diferentes momentos de constituição, o instituto paranaense defendia os ideais republicanos, criticando os limites territoriais instituídos em tempos de Império e homenageando as repúblicas latino-americanas, como no texto de publicado por Alcides Munhoz, em 1925, *Saudações à Bolívia*.

Ele também defendia um “projeto de progresso e futuro” comum, no qual até as diferenças entre os imigrantes desapareceriam, seriam pouco relevantes. Esse projeto se inicia primeiro com a coleta de documentos que poderiam definir os limites do estado com Santa Catarina, auxiliando o poder público. Por essa razão a autora constata que boa parte das publicações se dedicavam primeiro aos assuntos geográficos, às descrições de estradas e características físicas do território em geral. A figura do imigrante continuou atrelada aos ideais de branqueamento e civilidade na produção do instituto, parte de uma história que

seria pensada fortemente sobre a constituição étnica do Estado, ainda então seguindo fielmente as normas do IHGB, destinadas, conforme Elias, a aglutinar a “identidade coletiva e, como parte dela, o orgulho coletivo e as pretensões carismáticas grupais”. A definição de pertencimento paranaense era cada vez mais urgente, pois, o convívio com os hábitos marcadamente “estranhos” dos ádvenas fazia as definições do território simbólico se tornarem da ordem do dia (CAMARGO, 2007:58)

Os “alienígenas de alto valor cultural” demonstravam a inclusão dos estrangeiros nesse projeto, em concordância com o imigrante imaginado, civilizador. Eles não foram força de expressão do discurso de fundação do Instituto, eles existiram e eram Camillo

Vanzolini e Luiz Tonissi, dois italianos que representavam os imigrantes do Paraná. Mas o que se representou foi uma imigração seleta, o primeiro, um médico estabelecido em Curitiba, e o segundo, um agente das companhias de imigração e escritor. “Ambos são o espelho daquilo que se esperava dos imigrantes europeus trazidos ao Paraná: homens e mulheres ilustres, empreendedores, dispostos a adotar a nova pátria como sua própria, ao construí-la e torná-la um lugar de progresso” (ROSEVICS, 2009:65).

Camillo Vanzolini foi parte da equipe de redatores do primeiro Estatuto do IHGPr, em 1900, junto a Romário Martins e Dario Velloso. Entre os compromissos assumidos pelo Instituto estavam o com a ciência, com as instituições paranaenses e com o desenvolvimento do próprio estado; com o Estado Brasileiro, através das relações mantidas com o IHGB; e com o dever cívico, a partir da presença em escolas, comemoração de datas históricas do estado, etc (ROSEVICS, 2009:47).

Romário Martins era membro do IHGB, IHGSP, IHGRS e Redator da Revista do Clube Curitibano. Dario Velloso era o diretor literário dessa e poeta, e na década anterior representava as preocupações de uma “elite luso-brasileira” com a descaracterização nacional pela “invasão do imigrante” (CAMARGO, 2007:61), como expressou em seu discurso aos integrantes do Clube em 15 de abril de 1892:

(...) E o Brasil sentirá o derrocar do monumento de seus labores, - porque o solo amesquinhar-se-á sob os milhões de concorrentes!... E a raça nacional desaparecerá, - porque esses mesmos concorrentes, em limitadíssimo numero de anos, seja pelo cruzamento estabelecido para com os nacionais, seja pela superioridade numérica, farão predominar o tipo de sua raça, conquanto mais decadente, - menos apta à soberanidade dos povos e da nova pátria! (...)

Longe, muito longe por certo, vem ainda tão mal aventurado sucesso, - porém, não será por isso, menos temerário, menos inevitável!... E o pauperismo espanhol e o pauperismo lusitano; a indigência do proletariado russo e do proletariado britânico; a imigração germânica e a imigração itálica: - são nimbus que se condensam e se acastelam nos horizontes do Globo, e que, ao rugir das tempestades sociais, desencadear-se-ão por sobre as plagas imaginadas por Colombo, deslocando fortes colunas atmosféricas, rasgando violentamente o espaço sob a pressão elétrica de magnânimas e impetuosas forças!... (...) (VELLOSO, 1892:03, *apud* CAMARGO, 2007:62)

Percebemos que incluir os imigrantes no projeto do IHGPr não era simples, mas que esse contexto se serviu das distinções que se faziam entre os estrangeiros ilustres,

para usar um termo de Taunay (1998) e os proletários ou colonos, estes cada vez mais caricaturados nas obras literárias e outras publicações (FOTO 19). De Laney enfatiza a tangibilidade dos discursos intelectuais e produzidos pelas elites, os quais “could not determine whether immigrants arrived, but they could mediate the experiences of them once they were present on national soil” (2014:91).



FOTO 19 Foto de imigrante, publicada na *Ilustração Paranaense* em 1928. Cf. Camargo (2007), essa e outras publicações reforçavam a “especificidade étnico social e o caráter exótico” dessas pessoas, e eram direcionadas também aos descendentes de imigrantes. Diferente do que acontecia no mesmo período com os industriais “italianos, mas brasileiros de coração”, em que identificação étnica era amenizada. Fonte: Camargo, 2007:63

Como mediações da experiência, argumentamos que esses discursos fazem parte dos diversos elementos que incorporam e promovem os “sentidos das distâncias”, num termo bourdiesiano, que é a percepção dos limites existentes no

mundo social conforme a posição que se ocupa. “As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele” (BOURDIEU 2002:141).

A percepção e a experiência sustentam e reproduzem as distâncias determinadas por relações de força bastante complexas, inscritas no comportamento de gerações que conservam ou transformam as categorias de percepção desse mundo. Nesse aspecto, as estratégias de assimilação eram possibilitadas conforme a posição ocupada no espaço social, a operação e disposição de capitais, mas sempre mediadas pelas categorias já instituídas, pelo sentido das distâncias antes naturalizados.

A possibilidade de recontar a própria memória familiar não foge da lógica de reprodução dos capitais, tampouco do sentido das distâncias. A busca de Fernando está inscrita e é proporcionada por sua posição herdada nesse espaço: é pela fuga do anonimato, é pela restituição de um heroísmo aos seus antepassados, afinal, como ele gosta de fazer lembrar nas entrevistas, *a história do Paraná jantou lá em casa*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, o nome associado à homenagem não poderia ser outro senão o de Maria José Correia, a Baronesa do Serro Azul, sócia benemerita desta Sociedade Portuguesa desde 1902. Certamente também, a primeira Comenda a ser entregue não poderia deixar de sê-lo senão ao Dr. Fernando Fontana, que além de reunir méritos mais que suficientes para o recebimento da Comenda, é bisneto da Baronesa do Serro Azul. Assim, simbolicamente, pela homenagem ao Dr. Fernando Fontana, esta casa homenageia em seu descendente a própria Baronesa, pelo tanto que contribuiu para o povo paranaense e, em particular, para a comunidade portuguesa radicada em Curitiba⁹².

A *Comenda Benemerita Baronesa do Serro Azul* foi uma criação recente da Sociedade Portuguesa 1º de Dezembro para homenagear *personalidades de destaque*. Atribuída a Fernando Fontana, os méritos arrolados diziam respeito às posições profissionais ocupadas durante sua vida. Além desses méritos se fazia importante homenagear a Baronesa, como mencionado, doadora de vários terrenos à Sociedade no início do século⁹³.

Francisco Fernando Fontana é um entre os 25 milhões de descendentes de italianos no Brasil (COLOGNESE, 2004:16), e é quarta geração da tradição “F.F.F.” nessas terras (Francisco Fasce Fontana, Francisco Fido Fontana, Francisco Flávio Fontana e Francisco Fernando Fontana). A continuidade dos nomes próprios nessa família também inclui outras homenagens, como o Ildefonso Correia Fontana, dedicado ao Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul.

Não apenas a continuidade dos nomes, mas a da indústria ervateira marcou essas gerações. Num contexto em que ser estrangeiro era um fator de diferenciação relevante no processo definição dos nacionais, Fasce mobilizou capitais bastante heterogêneos, garantindo uma posição no espaço social que era possível a um imigrante, embora improvável. O capital de mobilidade mostrou ter um peso relativo

⁹² Leitura de José Borges Neto durante evento da primeira entrega da “Comenda Benemerita Baronesa do Serro Azul” em setembro de 2010 (disponível em: <http://www.sociedadeportuguesa.com.br/baronesa.html>)

⁹³ A Sociedade foi fundada por dezesseis portugueses no ano de 1878, em Curitiba, e a doação dos terrenos aconteceu em 1902. (Jornal A República, terça feira, 28 de outubro de 1902, p.1)

bastante significativo no conjunto de capitais possuídos, tanto pela frequência de deslocamento entre os países do rio da Prata, como pelos conhecimentos técnicos adquiridos na primeira migração e reforçados em outras viagens. Esse capital promoveu e fortaleceu o capital social, possibilitando algumas relações.

A transmissão do capital social, o capital das redes e relações, é identificada em diversos momentos. Essa forma de capital não é independente do capital econômico e cultural, exigindo um esforço pela captação generalizada desses ou pelo investimento em estratégias de reprodução dos mesmos, mas não pode tampouco ser reduzida a eles. De acordo com Bourdieu, “(...) the possession of an inherited social capital, symbolized by a great name, are able to transform all circumstantial relationships into lasting connections” (1986:51).

As redes de conexões são duráveis no caso dos Fontana. As que possuíam um caráter comercial foram potencializadas pela migração ao Brasil, com a aquisição do engenho, e algumas foram reforçadas pela permanência da indústria de beneficiamento de mate ao longo das gerações. O casamento de Fasce foi outro potencializador de conexões, reforçadas pelo parentesco na geração de Fido.

O capital social demanda o reconhecimento dos agentes e fortalece as fronteiras dos grupos, a partir de sinais que as trocas entre os membros consagram. Conforme os registros que dispomos, a troca de bens simbólicos foi relevante na primeira geração, dedicada a se inserir nesse contexto de “contato original”, para usar o termo de Mannheim (1982:75), na biografia de um imigrante. O capital das obrigações, desdobramento do capital social, era um resultado das trocas e arriscava os reconhecimentos já adquiridos, como os elogios tornados públicos. O reconhecimento público numa geração não constrói necessariamente a fama num contexto póstumo, como vimos.

Sobre o ofício ervateiro, a arte de negociar, o comércio das importações e a técnica de secar banhados, bem, novamente habilidade e talento são da mesma forma produtos da transmissão doméstica de capital cultural. Nesse sentido, a transmissão

desse capital específico se confirma como “a melhor forma oculta de transmissão de capital” (BOURDIEU, 1986:49), relevante na reprodução de estratégias.

O capital cultural objetivado, composto por bens materiais como os livros, as fotos, quadros, máquinas, etc., permanece importante à geração atual. Em Fido, o maquinário da fábrica foi especialmente mantido e restaurado, as invenções do pai permaneciam em operação. Verificamos que parte do maquinário permaneceu na fábrica até 2012, ou seja, até sua completa desativação, passando por todas as gerações tratadas aqui. Idem com a Mansão das Rosas, seu mobiliário e decoração permaneceram por todas as gerações mesmo depois da sua demolição. Os objetos de memória, que compõem a pesquisa de Fernando, são parte do capital cultural herdado, assim como, de certa forma, a dedicação à busca genealógica pode ser considerada.

Fasce fazia parte de um grupo minoritário na produção ervateira, o de estrangeiros. Fernando faz parte de um grupo minoritário nas pesquisas e produções do IHGPr, o de descendentes de imigrantes. A experiência imigrante que percorre gerações vem de um processo histórico complexo que fazia prioritária a assimilação a um projeto nacional. Sendo o discurso da civilidade do “europeu branco e genérico” uma característica constante no incentivo aos fluxos migratórios, embora existissem fatores primordialmente práticos também, existiram no Paraná distinções entre imigrantes, estrangeiros e colonos, além dos “tipos” étnicos, descritos com um interesse quase etnográfico, por escritores como Dario Velloso.

Como argumenta Bourdieu, *categorizar* (que etimologicamente é “acusar publicamente”), tornar explícito, publicar, não são atos “vazios de significado”. Ao contrário, “a passagem do implícito ao explícito nada tem de automático” (2002:142), por ser objeto e também produto de lutas importantes pelo modo de percepção mais legítimo do mundo social, a ser naturalizado. Essas lutas não são necessariamente apagadas pelas gerações, que podem retomar aspectos do passado e construir novas histórias. Não se trata de serem construções historiograficamente verdadeiras ou não, mas de serem autênticas, de fortalecerem significados e de moverem práticas.

Os fenômenos que se estendem no tempo possuem muitas dimensões a análise. No espaço das relações, não há prazo limite para a reprodução das lutas, capitais e estratégias de passados longínquos, mesmo que relativamente alterados pelos seus contextos. No espaço físico, as estruturas têm efeitos de longo termo que persistem na paisagem ainda depois da sua demolição, indeterminadamente (HANSON, HILLIER:1984), mantendo uma lógica espacial entre itens anacrônicos, diacrônicos e símbolos em constante ressignificação.

E inscrito no tempo, há também o fenômeno das gerações, que se vincula primeiro com a possibilidade biológica da reprodução humana, e depois com a dinâmica social que não corresponde à rígida sucessão da linearidade, como coloca Mannheim (1982). O passado e suas relações coexistem e afetam as relações do presente, e vice versa. O fenômeno da memória cultural, como afirma Assman (2013), faz lembrar então que nem todo passado é antiguidade, que ele pode ser corporificado, objetivado, simbolizado, apropriado e revivido. *Quanto de passado o presente precisa*⁹⁴ cabe também à sociologia observar.

⁹⁴ Frase com a qual Assman iniciou sua palestra sobre Memória cultural, Curitiba, 20 de maio de 2013.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. O Paraná político na década de 1880. In. OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org). **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015

ANDERSON, BENEDICT. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: estudo de um grupo imigrante ucraniano: 1895-1995. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 1996

_____.; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, n. 11, 1994

ASSIS, Glaucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Teoria das imigrações internacionais. XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu, outubro de 2000

ASSMAN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011

BAHLS, Aparecida V da S. A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2007

BALHANA, Altiva Pilatti. Presenza di comunità dialettali Italiane in Brasile, 1987. In. **Um Mazzolino di Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003, pp.71-87

BALHANA; Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Demografia e economia: o empresariado paranaense (1829-1929). In. **Um Mazzolino di Fiori**. Vol.II. Curitiba, Imprensa Oficial, 2003. pp.407-451

BALHANA, Altiva Pilatti; GRAF, Márcia Campos; WESTPHALEN, Cecília Maria. Mudanças das estruturas demográficas e urbanas em Curitiba no final do século XIX e início do XX. In. **Um Mazzolino di Fiori**. Vol.III. Curitiba, Imprensa Oficial, 2003. pp.447-463

BARROS, Marcio Innocenti Ribeiro de. I. , MARTINS, Patricia, MOSCAL, Janaina; PINHEIRO, André. Matte Leão – Fábrica e trabalho no bairro Rebouças. In. **Paisagem Fabril – Matte Leão e Matadouro Modelo de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2012.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. São Paulo: Edusp, 2005

BENJAMIM, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2008

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In. RECEL, Jacques. **Jogo de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

BÔAS, Silvia Keller Villas; MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo. Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu (MG), 20-14 de setembro de 2014

BONOW, Stefan Chamorro. A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados? Tese. (Doutorado) PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp.183-191

_____. **O Poder simbólico**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008

_____. The Forms of capital. In. RICHARDSON, J.F. (org) **Handbook of theory of research for the sociology of education**. Greenword Press, 1986

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. São Paulo: Celta Editora, 2002

_____. Le capital social: notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 31, 1980.

BRANDÃO, Ângela. **A fábrica de ilusão**: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913). Curitiba: PMC-FCC, 1994.

BRANDALISE, Carla; CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, Gian Mario; ORO, Ari P.; PACE, Vincenzo (org). **Entre memória e mercado**, famílias e empresas de origem italiana no Brasil. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010

BUSSOLA, Diego; CARREIRAS, Helena; MALAMUD, Andrés; PADILLA, Beatriz; XAVIER, Maria. Do fado ao tango: A emigração portuguesa para a região platina. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n. 54, 2007, pp.49-73

CARNEIRO, David. **Perfil histórico da associação comercial do Paraná e galeria dos presidentes**. Curitiba: Repro-Set, 1981

CARNEIRO, Maria Tucci; HIRANO, Sedi. **Histórias migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas**. São Paulo: Editora Humanitas: FAPESP, 2014

CARNEIRO, Newton. **As artes gráficas em Curitiba**: Surto e desenvolvimento dos processos tipográfico e litográfico, arte editorial e comércio de livros na capital paranaense. Curitiba: Ed. Paiol, 1976.

_____. **Um precursor da Justiça Social**: David Carneiro e a Economia Paranaense. Curitiba, 1965

CARNIERI, Christopher Augusto. A italianidade em movimento: travessias e olhares. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Curitiba, 2013

CARVALHO NETO, João Baptista Penna de. Floriano Essenfelder: A trajetória de um empresário. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Curitiba, 1991

CASTRO, Elizabeth Amorim de; POSSE, Zulmara Clara Sauner. **As virtudes do Bem-morar**. Curitiba: Edição das autoras, 2012.

CHAVES, M.L.M. **Voltando ao Passado**: Histórico de determinadas Indústrias e Casas Comerciais de Curitiba. Curitiba: Gráf. Vitória, 1995

COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa**: A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939). Rio de Janeiro: Rocco, 2014

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX. Ver. Sociologia Política, vol. 17, n.32. Curitiba, fev. 2009. pp.139-184

COSTA, S.G. **A Erva-Mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995

DE BONI, Maria I. M. O espetáculo visto do alto. Vigilância e punição em Curitiba (1890- 1920). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985

DELANEY, Jeane. Imaginando *la raza argentina*. In. DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco A. (orgs). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008. pp.213-238

_____. Immigration, Identity, and Nationalism in Argentina, 1850–1950. In. FOOTE, Nicola; GOEBEL, Michael. **Immigration and National Identities in Latin America**. University Press of Florida: Florida, 2014

DEMARTINI, Zella de Brito Fabri. Diferentes gerações e imigração: uma opção metodológica. Pp. 355-363

_____. Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos. Cadernos Ceru v.21, n.2, 2011. Pp. 49-75

DEVOTO, Fernando. La inmigración de ultramar. In. TORRADO, Susana (org.) **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario**. Buenos Aires: EDHASA, 2007. PP. 531-548.

_____. **Historia de la inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004. pp.11-42

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem nem uma linha**. Uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010

ECKSTEIN, Susan. On deconstructing immigrant generations: cohorts and the Cuban émigré experience, The center for comparative Immigration Studies, Working paper 97, University of California, 2004

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVERSON, David. Of capital and closure: the utility of Marx and Weber for understanding U.S. immigration policy. American Sociological Association Annual Meeting, 2010

FANTAS, Daniel. Duas demarcações de fronteiras: Max Weber e os trabalhadores alemães ao leste do Elba. XXVIII encontro anual da ANPOCS, 2004

FAUSTO, Boris. Imigrações: cortes e continuidades. In. SCHWARCZ, Lilia M. **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. pp.13-61.

FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba: Lítero Técnica, 1973

_____. Colombo: centenário da imigração italiana. Curitiba: Lítero Técnica, 1979

FORACCHI, Marialice Mencarini (org). **Karl Manheimm**. São Paulo: Ática, 1982

FUGMANN, Wilhelm. **Os alemães no Paraná**: Livro do centenário. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba – evolução urbana**. Curitiba: UFPR, 2006

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. P.237-364

GOMES, Raul. Aspectos Gerais e Econômicos do Paraná. In: Guia Globo Paraná de Importação e Exportação (1953-1954). Porto Alegre: Clarim, 1953

GOMES, A. C. Imigrantes italianos: entre a *italianità* e a brasilidade. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

GREEN, Nancy L. A french Ellis Island? Museums, memory and history in France and the United States. *History Workshop Journal*, Issue 63, Spring 2007, pp.239-253

_____. Time and the Study of Assimilation, *Rethinking History*, vol. 10, n° 2, juin 2006, p. 239-258.

GRUNER, Clóvis Mendes. Manter a ordem, assegurar o progresso: Modernização policial e controle social em Curitiba durante a Primeira República. *Revista FSA*, Teresina, v.10, n.4, art.13, p.239-259, out/dez 2013

_____. Paixões Torpes, Ambições sórdidas: Transgressão, Controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do século XX. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vidas nas Ciências Sociais. In. *Revista Campos* 12(1), 2001. pp.9-29

GUIMARÃES, Odah Regina. Câmara Municipal de Curitiba – 1850 – 1900. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol XLVIII. Curitiba, 1993.

HANSON, J.; HILLIER, B. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984

HIGGINS, Silvio Salej. O capital social está na moda: Análise para sua reconstrução teórica. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003

HUGARTE, Renzo Pi. Elementos de la cultura italiana em la cultura del Uruguay. Conferência Universidad de Bolonia, 9 de outubro de 2001

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. *Revista Inst. Est. Bras. SP*, 27:59-73, 1987.

IOTTI, Luiza Horn(org). **Imigração e Colonização: Legislação de 1747-1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS – Caxias do Sul: EDUCS, 2001

_____. Os Estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*. São Paulo, julho de 2011

_____. **Imigração e Colonização**, 2003

KALBERG, Stephen. **Max Weber: uma introdução**. Rio de Janeiro, Zahar:2010

KANASHIRO, Milena. Paisagens étnicas em Curitiba: um olhar histórico-espacial em busca de entopia. Tese (DOUTORADO), Programa de Pós Graduação em meio Ambiente, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006

KARVAT, E.C. **A sociedade do trabalho**: Discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998

KOHLEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná**: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Maringá: Editora UEM, 2014

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012

KULAITIS, Fernando; OLIVEIRA Marcio. Au Québec at au Canadá: l'immigré brésilien et le fait français, 1990-2012. In. Migrations Societé. Vol. XXVI, n. 155, sep-oct, 2014

LANGE, Ivone Xavier. **A saga dos Engenheiros Lange do Paraná**. Curitiba: Editora Juruá, 2008

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre**: Brasil, 1550-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

LAMOUNIER, Maria Lucia. Primeiras experiências com o trabalho livre: contratos, conflitos e leis. In. História: Questões & Debates, Ano 7, n.13, Curitiba, dezembro de 1986

LEÃO, Ermelino de. Curitiba. In. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLVIII. Curitiba, 1993

_____. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. VOL.I, II, III. Empresa Gráfica Paranaense: Curitiba, 1926

LESSER, Jeffrey. Heranças compartilhadas e diferenças culturais. In. KULCSÁR, João; SHIRTS, Matthew (orgs). **Herança Compartilhada** – Shared Heritage. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. P. 161-179

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002

LIMA, Tania Andrade. El Huevo de la serpiente: uma arqueologia del capitalismo embrionário em el Rio de Janeiro del siglo XIX. In: **Sed Non Satiata**, 2001

LUZ, João Hecker. Jacob Kroeff – Jacob Kroeff Filho – Jacobe Kroeff Netto : o hoteleiro, o coronel, o intendente : 1855 a 1966. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2010

MAGNUS, Roberto de Mello Pereira. Fazendeiros, industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico, econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: UFPR, 1990

URBAN, T; NEGÓ, M. **Engenhos e Barbaquás**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1998

MARTINS, Romário. Paranística. In A divulgação. Curitiba. Fev-mar, 1946

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: Editora Contexto, 2008

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. A escolarização dos imigrantes e seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930). Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. De imigrante a empresário: formação e atuação da empresa de navegação fluvial de Nicolás Mihanovich (1875-1919). História Unisinos, set/dez 2005, pp.198-210

MELLO, Sílvia Gomes Bento de. Esses moços do Paraná...Livre circulação da palavra nos albos da República. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008

MIRANDA, Nego; URBAN, Teresa. **Engenhos e barbaquás**. Curitiba: FCC, 1998

MIO, J. Notícias históricas sobre a erva mate e os seus engenhos de beneficiamento em Curitiba a datar de 1888 à 1950. In. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. V, fsc. 3-4. Curitiba: Papelaria Requião, 1951

MORENO, Barry. Imigrantes do Velho Mundo num Novo Mundo: a herança compartilhada do Brasil e dos Estados Unidos. In. KULCSÁR, João; SHIRTS, Matthew (orgs). **Herança Compartilhada** – Shared Heritage. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. P. 127-148

MYERS, Jorge. Língua, história e política na identidade argentina, 1840-1880. In. DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco A. (orgs). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008. pp.179-212

NADALIN, Sergio Odilon. A origem dos noivos nos registros de casamentos da comunidade evangélica luterana de Curitiba (1870-1969). Dissertação (Mestrado),

Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974

_____. Construindo alteridades: A trajetória de vida de um jovem imigrante no Brasil (Curitiba, Segunda metade do século XIX). História: Questões & Debates, Editora UFPR, Curitiba, n.51, pp.181-208. Jul/dez, 2009

_____. **Une paroisse d'origine germanique au Brèsil: la Communauté Evangélique Luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969**, Tese (Doutorado), Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS. França, 1978

_____. **Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade**. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. SER imigrante, ESTAR colono: o processo de transformação dos imigrantes em colonos na Província do Paraná. Revista Antíteses, v.4, n.7, pp.99-126. Londrina, jan/jun 2011

OLIVEIRA, Marcio de. Imigração e diferença em um estado do Sul do Brasil: o caso do Paraná. In. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/5287> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.5287

_____. O tema da imigração na sociologia clássica. In. Dados – Revista de Ciências sociais, Rio de Janeiro, vol.57, n.1, 2014. pp.73 - 100

_____. Representações sociais: uma teoria para a Sociologia . In. **Estudos de Sociologia**, vol. 7, nº 1-2, pp. 71-94, 2001

_____. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa ao Paraná, 1871-1914. Estudos Históricos, Dossiê Memória, vol. 22, nº 43, vol. 1, 2009 p. 218-237

_____. De la Double colonisation au préjugé : Polonais dans le sud du Brésil. Migrations Société. Vol. 21, nº 123-124, 2009a, p. 289-304

_____. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba: 1960-2000. Ver. Sociol. Polít., Curitiba, n.16, junho de 2001. pp.97-106

OLIVEIRA, Marisa Correia de. Estudo da erva-mate no Paraná: 1939-1967. UFPR, 1974

OLIVEIRA, Ricardo Costa. O silêncio das genealogias: Classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930). Unicamp, 2000

OLIVEIRA, LÚCIA LIPPI. Nós e Eles, relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

PASSETTI, Gabriel. O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885). Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Versões, reversões, controvérsias: O desafio biográfico. In. Revista USP. São Paulo, n. 92, p.190-200, dez.-fev. 2011-2012

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius**. Instituto Superior de Economia e Gestão da UTL, paper nº11, 2004.

PENA, Eduardo Spiller. O jogo da Face: A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba Provincial. Dissertação (Mestrado), Pós-graduação de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1990

_____. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. In. História: Questões e Debates, ano 9, n.16, junho de 1988, pp.81-103

PENEFF, Jean. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. In. Politix, Vol.7, Nº27. Troisième trimestre 1994, pp.25-31

PERISSINOTO, Renato Monseff. **Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo** (1889-1930). São Paulo: FAPESP, 1999

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná** (1854-1954). IHGPR: Curitiba, 1976

PORTES, Alejandro. Embeddeness and immigration: notes on the social determinants of economic action. In. The American Journal of sociology, vol.98, n.6 (May, 1993), pp.1320-1350

_____. Migration and social change: some conceptual reflections. Theorizing Key Migration Debates, Oxford University, 2008

_____. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Ver. Sociologia, Problemas e Práticas, n.33, 2000, pp.133-158

PRESAS, Guadalupe Fernandes. **Memórias & Histórias da Indústria gráfica do Paraná**. Curitiba: SIGEP; ABIGRAF-PR, 2007

REIS, José Carlos. **Teoria & História**: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012

ROMANEL, Maria Cecília Trevisan Scherner; SCHERNER, Maria Luiza Trevisan. **Álbum de memórias**: A trajetória das indústrias no Paraná. Curitiba: Ed. Univer Cidade, 2007

ROSEVICS, Larissa. O Instituto Histórico Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional. Dissertação (Mestrado), Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009

RUCKER, Neusa Gomes de Almeida. Erva-Mate: mercado em gradual otimismo, comunicação, 2004.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SEGA, Rafael Augustus. Melhoramentos da capital: a reestruturação do quadro urbano durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Dissertação (Mestrado), Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996

_____. Revolução Federalista, 110 anos. Ver. Histórias e Perspectivas, n.29/30, Uberlândia, jul/dez 2003 e jan/jun 2004, pp.177-215

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naíra (orgs). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: ULBRA, 1994.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Revista Mana, Ed. 3, pp.95-131, 1997

_____. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. 26 Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 1 a 4 de junho de 2008

SILVA, Luiz Geraldo. Escravos e Africanos no Paraná, 1853-1888: uma história inscrita nas possibilidades de um catálogo. s/d. Disponível em www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/escravidao_luiz_geraldo.pdf, acessado em maio/2013.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis (1900-1940): Monumentos, Heróis e Imaginário. Tese (Doutorado), Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

Simpósio de Cultura paranaense Terra Cultura e Poder: a arqueologia de um Estado. 1º a 5 de dezembro de 2003. – Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005

SCHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina**: História de uma ideia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008

SPITZER, Leo. **Vidas de Entremeio** Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental (1780-1945). Rio de Janeiro: Eduerj, 2001

SULIANI, Antonio (org). **Construtores de História**. Famílias Italianas do Brasil.Vol 2. Porto Alegre: Est Edições, 2012

TAUNAY, Visconde de. **Amor ao Brasil**. Catálogo de estrangeiros ilustres e prestimosos (1800-1892). Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 1998

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira Republica. In. História: Questões & Debates, ano 11, n.20/21. Curitiba, junho e dezembro de 1990, pp.17-35

VEIGA, Augusto Bernardo da; TOURINHO, L. C. P. Passeio nas ruas de Curitiba. *In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol XLVIII. Curitiba, 1993. p.370

WEBER, Max. **Ciência e Política – duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1999

_____. **Economia e Sociedade**. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim: perspectivas para a análise das relações entre educação e trabalho. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2005

WESTPHALEN, Cecília Maria. Os comerciantes paranaenses na conjuntura ervateira. Boletim do Departamento de História da UFPR, n.21